

EDSON DOS SANTOS DIAS

**ATUAÇÃO DO AGENTE FUNDIÁRIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO - COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ: UMA
PRESENÇA CONSTANTE NA CIDADE DE CIANORTE**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre.
Curso de Pós-Graduação em Geografia,
Área de Desenvolvimento Regional e Urbano,
Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Profª Drª Margareth de Castro
Afeche Pimenta**



UFSC-BU

FLORIANÓPOLIS

1998

ATUAÇÃO DO AGENTE FUNDIÁRIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO - COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ: UMA
PRESENÇA CONSTANTE NA CIDADE DE CIANORTE

Edson dos Santos Dias

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia,
concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do
Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e
Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos
requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de
Mestre em Geografia.



Profª Drª Leila Christina Duarte Dias

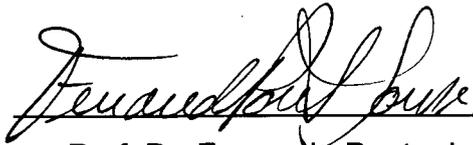
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Geografia

APROVADA COM CONCEITO (A) PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM:
15/01/1998



Profª Drª Margareth de Castro Afeche Pimenta
Departamento de Arquitetura e Urbanismo- UFSC

Orientadora



Prof. Dr. Fernando Ponte de Souza
Departamento de Ciências Sociais - UFSC



Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued
Departamento de Ciências Econômicas - UFSC

FLORIANÓPOLIS

JANEIRO DE 1998

Se se considera a cidade como obra de certos "agentes" históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu "produto". Sem com isso separá-los. Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, uma "natureza", um campo e um meio. As relações sociais são atingidas a partir do sensível; elas não se reduzem a esse mundo sensível e no entanto não flutuam no ar, não fogem na transcendência. Se a realidade social implica formas e relações, se ela não pode ser concebida de maneira homóloga ao objeto isolado, sensível ou técnico, ela não subsiste sem ligações, sem se apegar aos objetos, às coisas.

HENRI LEFEBVRE

AGRADECIMENTOS

À Maria José

pelo companheirismo de todos os momentos

À toda a minha família

pelo apoio e incentivo

À profª Margareth

pela amizade, incentivo constante e orientação dedicada

Ao prof. Cesar Mendes

pela discussão inicial sobre esse trabalho

À Clarice

pelo trabalho de revisão

À Prefeitura Municipal de Cianorte

pela concessão de dados fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa

À Universidade Federal de Santa Catarina e, em especial, aos professores do Curso de Mestrado em Geografia

pela aprendizagem

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de estudo que viabilizou a conclusão desse Mestrado

A todos que, de diversas formas, contribuíram para a realização deste trabalho

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	vii
LISTA DE GRÁFICOS.....	vii
LISTA DE QUADROS.....	viii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
INTRODUÇÃO.....	1
- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
1. Algumas reflexões sobre a produção do espaço urbano.....	7
1.1 As características da produção espacial no capitalismo...	11
1.2 Sobre a produção do espaço urbano.....	13
CAPÍTULO 1 - O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO NORTE E NOROESTE PARANAENSE	
1. Expansão da cafeicultura - o elo entre o Norte do Paraná e o interior paulista.....	18
1.1 A crise mundial de 1929 e seus desdobramentos na economia brasileira e paranaense.....	21
1.2 A estreita ligação entre a expansão da cafeicultura e o processo de povoamento mais sistemático da região norte paranaense.....	23
2. A ação empresarial da CMNP - da venda de terras à produção agroindustrial.....	26
2.1 Constituição da Companhia Colonizadora e compra de terras junto ao governo do Estado	28
2.2 A considerável autonomia da CTNP/CMNP nas terras que adquiriu	32
2.3 A importância da ferrovia para o bom desempenho do projeto de colonização.....	34
2.4 A compra da CTNP por capitalistas brasileiros e a diversificação de investimentos da empresa.....	36
3. A ocupação do Norte e Noroeste paranaense: uma relação de dupla expropriação - do Homem e da Natureza	39
3.1 O vilipêndio dos elementos naturais no processo de ocupação do Norte do Paraná.....	41
3.2 O encaminhamento para uma colonização planejada.....	44
3.3 A busca da acumulação de Capital através da ocupação dirigida.....	47
CAPÍTULO 2 - INSERÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CIANORTE	
1. O Município de Cianorte no contexto regional.....	50
2. A relevância da cafeicultura no início da ocupação de Cianorte.....	55
2.1 A formação de um fluxo migratório em direção à frente de expansão que se delineava.....	58
2.2 A dinâmica da economia local.....	59

3. Cianorte no contexto da modernização agrícola paranaense.....	62
3.1 Cianorte dentro do conjunto de mudanças que se processavam.....	64
3.2 Concentração de terras - um dos reflexos da “Modernização Conservadora”.....	68
3.3 A evolução econômica do Município de Cianorte conforme os diversos setores.....	75
4. A indústria do vestuário em Cianorte.....	77
4.1 Os novos desafios colocados diante do setor de confecções em Cianorte.....	82
CAPÍTULO 3 - APRESENTAÇÃO DO ESPAÇO PRODUZIDO DE CIANORTE TENDO COMO REFERÊNCIA A AÇÃO/CONCEPÇÃO DA CMNP	
1. Pensar a cidade: uma necessidade que se impõe a partir do século XIX.....	88
2. O plano urbanístico de Cianorte elaborado pela CMNP: sua relação com o projeto da cidade-jardim.....	93
3. A interferência da CMNP na organização espacial de Cianorte - uma cidade planejada de acordo com a racionalidade econômica.....	101
3.1 O quadro natural que serviu de receptáculo para a edificação da cidade de Cianorte.....	101
3.2 A forma urbana de Cianorte e sua organização espacial - herança da ação planejada.....	105
3.3 Planejamento urbano aliado a interesses imobiliários.....	107
3.4 A configuração organizacional implementada para a cidade de Cianorte.....	110
4. A expansão territorial da cidade de Cianorte.....	115
4.1 A primeira fase de expansão - monopólio das vendas dos lotes urbanos pela CMNP.....	117
4.2 A segunda fase de expansão - a superação do plano original.....	120
CAPÍTULO 4 - CMNP: AGENTE FUNDIÁRIO PRIVILEGIADO ATUANDO SOBRE CIANORTE	
1. Natureza da renda fundiária urbana - uma categoria econômica subordinada ao processo de acumulação capitalista.....	126
2. Objetivos da CMNP com o projeto da cidade de Cianorte.....	134
2.1 Sobre as condições de venda dos terrenos urbanos.....	136
3. Estratégia da CMNP: estoque de terras e preço futuro.....	139
3.1 A CMNP e as suas relações políticas com o poder público.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
BIBLIOGRAFIA.....	158

LISTA DE FIGURAS

1.1 ÁREAS DE DIFERENTES COLONIZAÇÕES DO NORTE E NOROESTE PARANAENSE.....	31
1.2 EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA RODOFERROVIÁRIA PARANAENSE - 1940/1973.....	35
1.3 PARANÁ: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS - 1940/1970....	46
2.1 MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS QUE COMPÕEM O NORTE E NOROESTE DO ESTADO PARANAENSE.....	53
2.2 REPRODUÇÃO DA PRIMEIRA PÁGINA DO JORNAL CIANORTENSE A HORA - 1953.....	56
3.1 OS TRÊS ÍMÃS DE HOWARD.....	94
3.2 PLANO ORIGINAL DA MALHA URBANA DE CIANORTE - 1953.....	99
3.3 REPRESENTAÇÃO DA CIDADE-JARDIM DE LETCHWORTH.....	100
3.4 TIPOS DE PLANOS DE CIDADES LOCALIZADAS NA ÁREA COLONIZADA PELA CTNP.....	107
3.5 CIANORTE - CRESCIMENTO URBANO: PERÍODO DE LOTEAMENTOS- 1953/1995.....	116
4.1 MAPA DA CIDADE DE MARINGÁ - 1957.....	138
4.2 CIANORTE: LOTES PERTENCENTES À CMNP - (maio de 1996).....	142
4.3 CIANORTE: ZONEAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	146
4.4 PANFLETO DE CAMPANHA ELEITORAL EM MARINGÁ - 1952.....	148

LISTA DE TABELAS

1.1 PROPRIEDADES AGRÍCOLAS PERTENCENTES À CMNP - 1985.....	38
1.2 PROGRESSÃO DO DESMATAMENTO NO ESTADO DO PARANÁ - 1912/1990.....	42
2.1 POSIÇÃO NA ESCALA DE GRADUAÇÃO DA HIERARQUIA DOS CENTROS E DAS FUNÇÕES URBANAS - MUNICÍPIOS DO PARANÁ: 1987/1991.....	51
2.2 PARTICIPAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE CIANORTE NA ARRECADAÇÃO DO ICMS - 1993.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

2.1 ÁREA COLHIDA (HA) E QUANTIDADE PRODUZIDA (TON) CAFÉ NO MUN. CIANORTE - 1974/1994.....	61
2.2 ÁREA OCUPADA PELAS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS (HA) NO MUN. CIANORTE - 1970/1985.....	65
2.3 ÁREA (HA) DE MANDIOCA COLHIDA NO MUN. CIANORTE - 1970/1994.....	67
2.4 ÁREA DESTINADA ÀS PASTAGENS PLANTADAS (HA) NO MUN. CIANORTE - 1970/1985.....	68

2.5 ÁREA RELATIVA (%) DOS ESTABELECIMENTOS AGROP. DO MUN. CIANORTE CONFORME GRUPOS DE ÁREA - 1970/1985.....	70
2.6 ÁREA RELATIVA (%) DOS ESTABELECIMENTOS AGROP. MICRO. HOMOG. DO NORTE NOVÍSSIMO DE UMUARAMA CONFORME GRUPOS DE ÁREA - 1970/1985.....	70
2.7 ÁREA RELATIVA (%) DOS ESTABELECIMENTOS AGROP. EST. PARANÁ CONFORME GRUPOS DE ÁREA - 1970/1985.....	70
2.8 ÁREA EM HA DESTINADA ÀS PRINCIPAIS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DA MICROR. HOMOG. DO NORTE NOVÍSSIMO DE UMUARAMA 1970/1985.....	71
2.9 NÚMERO DE TRATORES EMPREGADOS EM ATIVID. AGRÍC. NA MICROR. HOMOG. NORTE NOVÍSS. DE UMUARAMA - 1970/1985.....	73
2.10 POP. RESIDENTE - MUN. CIANORTE (%) - 1960/1991.....	74
2.11 POP. RESIDENTE - ESTADO PARANÁ (%) - 1960/1991.....	74
2.12 PARTICIP. DOS SETORES DE ATIVIDADES NA COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO MUN. CIANORTE (%) - 1983/1993.....	76
2.13 PARTICIP. DO MUN. CIANORTE NO VALOR ADICIONADO TOTAL DO PARANÁ (%) - 1983/1993.....	77
2.14 TOTAL PERCENTUAL DE ESTAB. INDUSTR. DE CIANORTE - março de 1997.....	79
3.1 POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL, URBANA E RURAL DO MUN. CIANORTE: 1960/1991.....	117
3.2 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LOTES URBANOS EM CIANORTE.....	121

LISTA DE QUADROS

2.1 TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO RURAL, URBANA E TOTAL (%) - 1950/1996.....	54
2.2 QUANTIDADE (TON) E ÁREA (HA) DO CAFÉ COLHIDO: 1970/1994.....	64
2.3 QUANTIDADE (TON) E ÁREA (HA) DE SOJA COLHIDO: 1970/1994.....	66
2.4 TOTAL DAS INDÚSTRIAS DO RAMO DE CONFECÇÕES DE CIANORTE POR ANO DE INÍCIO DAS ATIVIDADES, CADASTRADAS NA SIC.PR - 1977 até dezembro de 1993.....	79
2.5 TOTAL DAS EMPRESAS DO RAMO DE CONFECÇÕES DE CIANORTE, CADASTRADAS NA SICEPAR até julho de 1993.....	80
3.1 EVOLUÇÃO DA ÁREA LOTEADA E O NÚMERO DE LOTES EM CIANORTE - 1950/1995.....	120
3.2 QUADRO GERAL DE LOTEAMENTOS URBANOS - CIANORTE: 1953/1995.....	125

RESUMO

Essa pesquisa versa sobre as estratégias da **Companhia Melhoramentos Norte do Paraná** (empresa privada responsável pela colonização de extensa área do norte e noroeste paranaense), no processo de formação da cidade de **Cianorte**, que foi planejada pela referida **Companhia** para ser uma das quatro “grandes metrópoles regionais” da área por ela colonizada.

No decorrer dessa dissertação, efetuiremos um resgate da gênese e desenvolvimento da cidade de **Cianorte**, assim como as expectativas, por parte da empresa colonizadora responsável pela sua fundação em 1953, no que se refere à sua organização espacial presente no plano urbanístico original projetado para a cidade.

Abordaremos questões referentes ao processo de ocupação do norte e noroeste do estado do Paraná, a inserção regional e desenvolvimento econômico do Município de **Cianorte**, a produção do espaço urbano e expansão territorial da cidade de **Cianorte**, assim como a atuação da **Companhia** colonizadora como agente fundiário urbano privilegiado sobre a cidade.

ABSTRACT

This research deals about the strategies of **Companhia Melhoramentos Norte do Paraná** (private company responsible for the colonization of large area from the Paranaense North and Northwest), in the formation process of the city of **Cianorte**, which was planned by the referred **Companhia** to be one of the four “big regional metropolis” of the area colonized by it.

On the going of this dissertation, we will carry out a ransom of the genesis and development of Cianorte’s city, as well as the expectations, from the colonizer enterprise responsible for its foundation in 1953, in what it refers to its spatial organization present in the original urbanistic plan designed for the city.

We will approach questions referring to the occupation process of the North and Northwest of Parana State, the regional insertion and economic development of Cianorte municipality, the urban space production and territorial expansion of Cianorte city, as well the actuation of the colonizer **Companhia** as a privileged urban agrarian agent on the city.

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo que caracteriza este trabalho é a cidade de **Cianorte**. Resgatamos a sua gênese e desenvolvimento, assim como as expectativas quanto à sua organização espacial presentes no plano urbanístico da cidade, projetada pela empresa colonizadora responsável pela sua fundação - a **Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**.

A pesquisa versa sobre as estratégias da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (empresa privada responsável pela colonização de extensa área do norte e noroeste paranaense), no processo de formação da cidade de Cianorte, que foi planejada, pela referida Companhia, para ser uma das quatro “grandes metrópoles regionais” na área por ela colonizada.

A cidade de Cianorte, desde sua fundação - em 1953, teve parcela considerável da sua área nas mãos da Companhia colonizadora, que buscava grandes lucros com a venda futura de terrenos do planejado “centro de importância regional” que a empresa esperava que Cianorte se tornasse. Em razão disso, continuou com a posse de muitos terrenos, estrategicamente distribuídos dentro e em volta do perímetro urbano, sempre retirando vantagens do crescimento da cidade, pois esse resultava numa valorização de suas propriedades. Consideramos que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (doravante apresentada como CMNP neste estudo), vem procedendo como um **agente fundiário-imobiliário urbano privilegiado** na cidade de Cianorte.

No processo de (re)produção do espaço urbano, os procedimentos postos em prática para o desenvolvimento da cidade são acionados por **agentes sociais concretos**, com papéis socialmente definidos e que buscam atender a seus interesses, a partir de uma ordenação que lhes seja favorável diante de determinada situação social. É a partir desta situação que serão adotadas práticas que se combinam ou práticas conflituosas, conforme os interesses envolvidos em dado momento. Apesar destes agentes

sociais poderem ser distinguidos conforme suas áreas de atuação e interesse, consideramos um tanto quanto temerário apresentar uma listagem composta pelo conjunto desses agentes. Isso se dá pela complexidade e sobreposição de atuação dos mesmos no espaço urbano atual, num momento de estreitamento das relações comerciais entre o capital industrial, fundiário e financeiro (o que não significa a inexistência de particularidades que caracterizem cada um), assim como a porosidade do Estado¹ (Instituição que aparece como a responsável pela realização do interesse geral, mas que, na realidade, é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade - a classe dos proprietários - ganham a aparência de interesses de toda a sociedade. CHAUI, 1982, p. 69) em relação às pressões da burguesia ou possíveis conquistas conseguidas pelos movimentos populares organizados.

Quando utilizamos o termo “agente fundiário-imobiliário” para definir a CMNP no processo de produção do espaço urbano cianortense, o fazemos mais no sentido de pontuar, dentro das relações sociais responsáveis pela organização daquele espaço, o papel exercido por essa empresa e seu campo de atuação. Porém, o termo tomado em si mesmo é insuficiente, visto que a CMNP encontra-se diretamente envolvida com o capital financeiro e industrial, do qual é um desdobramento.

Após termos alertado para a impropriedade da supervalorização do termo “agente fundiário-imobiliário”, passamos para sua definição, mais como elemento didático e ilustrativo do que como conceito definitivo. Os **agentes fundiários** são os proprietários de terras urbanas, e mesmo terras rurais próximas à cidade, que têm como objetivo, primordial e constante, conseguir a maior renda fundiária possível das terras que possuem (CORRÊA, 1989, p.16). Aqui, é mister ressaltar a categoria econômica renda da terra (que será abordada posteriormente), enquanto instrumento que possibilitará ao agente fundiário auferir uma parte da mais-valia produzida no contexto social

¹ Durante toda a dissertação haverá uma diferenciação quanto à grafia desta palavra, compreendendo-se **Estado** como o conjunto de instituições que constituem a organização político-administrativa de uma nação, e **estado** para designar as diversas partes em que se divide administrativamente o território nacional brasileiro.

capitalista. O referido agente não pode ser tomado como detentor de papel único, pois isso vai depender das circunstâncias envolvidas. Por exemplo, no caso de um empreendimento de demanda solvável, o proprietário fundiário também pode atuar como **promotor imobiliário** (agente complexo, interessado em criar novos valores de uso para outros, com o objetivo de efetivar valores de troca para si próprio), participando de todo o processo, desde o loteamento até a venda e construção de casas.

A elaboração de uma pesquisa que discorra sobre o problema apresentado, justifica-se em razão de não haver nenhuma contribuição teórica abordando a atuação dessa Companhia, enquanto um importante agente no processo de organização espacial das cidades em que foi a responsável pelo planejamento e fundação. A escolha pelo estudo da cidade de Cianorte não ocorreu de forma aleatória, mas em função das **particularidades** que a envolvem: o fato da CMNP possuir, ainda recentemente, um número significativo de terrenos dentro e em volta da cidade, sendo que, conforme o Cadastro Imobiliário de Cianorte, a empresa detinha **978 propriedades (991.061 m²)** dentro da área urbanizada (não computando aqui a extensa área de propriedade da empresa que envolve a cidade, denominada de "Cinturão Verde") até o mês de maio de 1996, o que se constitui num número relevante, tratando-se de uma cidade com 35.834 habitantes, segundo Censo de 1991. Isso nos permite levantar a hipótese de que a Companhia age como um proprietário fundiário urbano privilegiado quanto aos rumos da reprodução espacial dessa cidade, e mais ainda nas primeiras décadas de formação desta, já que, até a década de oitenta, era a única empresa particular a fazer a abertura de novos loteamentos.

Além disso, despertou-nos a atenção o fato de Cianorte ser uma cidade cuidadosamente planejada para tornar-se uma das "metrópoles regionais" existentes no portentoso empreendimento imobiliário da empresa.

Através da análise do papel da Companhia, marcado por sua atuação como proprietário fundiário, e considerando todas as implicações em nível das relações sociais que disso resulta, poderemos contribuir para uma leitura da organização espacial dessa cidade que, se até o momento não obteve o êxito quanto ao desenvolvimento planejado pela empresa colonizadora, não permanece estagnada.

No Brasil, há diversos estudos abordando as ações dos agentes sociais produtores do espaço urbano em grandes cidades e áreas metropolitanas. Isso não significa, no entanto, que esses agentes estejam ausentes em cidades menores. O que acontece, nessa situação, é que o processo vai se dar em escala mais modesta (em valores absolutos), e apresentar peculiaridades locais, sendo que essa última característica tem que ser considerada em qualquer situação, pois um conjunto de fatores e seu escalonamento sempre possuirá características exclusivas que o distinguem de outras situações semelhantes. Nesse sentido, pretendemos que este estudo venha a constituir-se num subsídio para a compreensão do processo que envolve o agente fundiário e a produção do espaço urbano.

Os procedimentos operacionais empregados para a elaboração deste trabalho consistiram, de forma resumida, no seguinte: utilização de diversos dados censitários e econômicos do Município de Cianorte e Microrregião Geográfica de Cianorte; consulta ampla sobre os trabalhos acadêmicos relacionados à ocupação do Norte do Paraná e à CMNP; opção por um privilegiamento quanto ao uso de material visual de apoio (gráficos, tabelas, fotos, figuras), bem como a elaboração de mapas temáticos que contribuem sobremaneira para a compreensão das distintas questões abordadas no decorrer desta pesquisa. É imprescindível destacar a importância da aplicação de entrevistas junto a alguns pioneiros do Município de Cianorte e ex-funcionários da CMNP, que resultaram em valiosas informações.

No decorrer da dissertação, estivemos conscientes da necessidade de conseguir dar conta de alguns desafios que se colocam diante de um trabalho como este, quais sejam:

1º - compreender a análise espacial como uma interpretação de estreita relação entre conhecimento empírico do objeto e a teoria baseada em distintas categorias de análise;

2º - conceber o espaço social como, simultaneamente, reflexo e influenciador das múltiplas determinações sócio-econômicas, políticas e culturais;

3º - procurar, sempre que possível, fazer a intermediação das diversas escalas de análise, na busca do entendimento do contexto amplo que vai resultar em desdobramentos sobre o local. Por esta razão, quando necessário, procuramos nos deslocar da realidade local para uma realidade regional, nacional, ou mesmo mundial, por avaliar que uma conjuntura mais abrangente resulta em reflexos sobre o objeto privilegiado do nosso estudo.

* A estrutura desta dissertação encontra-se organizada, inicialmente, com a **fundamentação teórica** consultada sobre o tema da produção do espaço urbano, com o propósito de possibilitar uma aproximação e maior esclarecimento sobre alguns conceitos essenciais que permitem uma análise mais ampla do assunto abordado. Esse referencial teórico tem o propósito de demonstrar como foi se organizando a nossa percepção sobre o tema, assim como revela as fontes norteadoras do nosso processo de sistematização acerca do mesmo.

No capítulo primeiro, privilegamos um encaminhamento que destaca o processo histórico de ocupação do norte e noroeste paranaense, a partir da expansão da cafeicultura paulista, além de reconstruirmos a trajetória e participação da CTNP/CMNP no referido processo. Buscamos, ainda, fazer um balanço da ocupação do norte e noroeste paranaense sob uma dupla perspectiva - a expropriação do Homem e da Natureza.

No segundo capítulo, procedemos, deliberadamente, a um afinamento que coloca em foco o Município de Cianorte em seu contexto

regional. É feita uma periodização tendo como referência três ciclos econômicos bem caracterizados no Município estudado, a saber: a cafeicultura, a modernização agrícola e a indústria do vestuário.

No capítulo seguinte, abordamos mais especificamente a cidade de Cianorte, apresentando suas particularidades. Começamos por descrever o quadro natural onde se encontra, para, em seguida, passar à discussão da sua forma urbana planejada e o plano urbanístico do qual resultou, assim como sua relação com a proposta de "Cidade-Jardim". A expansão territorial da cidade desdobra-se em duas fases: a do monopólio sobre as vendas dos lotes urbanos pela CMNP e a da superação do plano original.

✕ O último capítulo começa com um esforço interpretativo sobre a categoria econômica renda da terra, pois a consideramos um elemento importante para a compreensão do papel da CMNP como agente fundiário urbano. Após indicarmos os objetivos da CMNP com o projeto da cidade de Cianorte, partimos para uma avaliação de suas estratégias comerciais na cidade e suas ligações políticas. Essas últimas mostram-se indispensáveis para garantir algumas vantagens para a empresa que, se não detinha um controle hegemônico da máquina político-administrativa dos municípios que fundava, se debruçava sobre um campo de tensões no qual conseguia certas vantagens, em determinados momentos.

Assim, com o objetivo de compreender o desenvolvimento das práticas espaciais realizadas pela empresa colonizadora (CMNP), que contribuiu para a produção do espaço urbano de Cianorte, começamos por trazer a lume algumas reflexões teóricas indispensáveis sobre um tema muito caro ao geógrafo - a **produção do espaço urbano**, reflexões essas abordadas no próximo item.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. Algumas reflexões sobre a produção do espaço urbano.

As reflexões seguintes são indicativos do nosso esforço de leitura e interpretação sobre o tema referente à produção do espaço urbano, na busca de referências que oferecessem um maior esclarecimento sobre como a problemática tratada nesta dissertação (focalizando o local), faz parte de um contexto bem mais abrangente, podendo ser avaliado a partir de categorias de análise que têm relações com desdobramentos práticos do nosso cotidiano.

Como toda expressão que permite uma série de interpretações, a própria definição de **produção** também exige uma opção clara pela forma da acepção empregada no desenvolvimento da pesquisa. Assim, julgamos conveniente trazer, na íntegra, o pensamento fundamental que serviu de fio condutor para os estudos feitos por MARX (1983, p. 24), formulado resumidamente por ele da seguinte forma:

...na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral.

Conforme nossa interpretação dessa passagem, as condições materiais existentes numa sociedade, em determinado momento histórico, são resultado das relações de produção inerentes a essa sociedade, juntamente com o nível alcançado pelo desenvolvimento das forças produtivas desse período. Essas relações de produção referem-se à maneira como os homens relacionam-se entre si, através do trabalho, forma de propriedade pelo qual as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas. As relações de produção em seu conjunto (base concreta) têm uma influência determinante sobre os procedimentos próprios da superestrutura - concepções político-jurídicas,

filosóficas, religiosas, éticas, artísticas e algumas de suas formas institucionalizadas através do Estado.

Nesse momento, faz-se necessário tecer alguns comentários a respeito do procedimento de análise adotado: infraestrutura e superestrutura ideológica, motivo de diversas polêmicas. Ponderamos que a metáfora do edifício da sociedade, contando com uma base - a estrutura econômica da sociedade (infraestrutura), a qual condiciona a existência social, as formas do Estado e a consciência social - visão de mundo de uma classe (superestrutura), refere-se a um sistema explicativo que oferece indicativos para a interpretação da realidade. Nesse sentido, não deve ser tomado como um "esquema" explicativo monolítico, levando a um resgate empobrecedor do pensamento marxiano, ao desconsiderar as complexidades resultantes de uma análise mais apurada. Esta advertência é necessária porque seria um erro, resultante de uma análise precipitada da citação de Marx exposta no início deste capítulo, conceber a compreensão desse autor sobre a produção como exclusivamente preocupada com a produção material. De maneira geral, a compreensão está voltada tanto para a reprodução da formação social quanto da economia, pois a sociedade **produz** suas relações políticas e ideológicas bem como as econômicas. A produção de idéias, de concepções e de consciência está, de início, diretamente entrelaçada à atividade material e ao intercâmbio material entre os homens (BEN FINE, In: BOTTOMORE, 1993, p.302-303).

Ademais, a superestrutura não deve ser tomada como algo passivo, numa relação base-determinante e superestrutura-determinada, análise inadequada ao método dialético empregado por Marx na elaboração de sua vasta obra. Quando o referido autor escreve que "O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral", conclui-se que infraestrutura e superestrutura são aspectos organicamente articulados, correspondentes a uma dada realidade social.

Esta sucinta exposição referente à **produção**, conforme nossos

interesses neste trabalho, acaba por suscitar um desdobramento referente à sua ligação com o **espaço**.

Antes de incursionarmos em interpretações sobre o espaço urbano, de maneira específica, iniciamos por engendrar comentários sobre a produção do espaço, num sentido mais amplo.

Uma primeira colocação a ser feita, refere-se ao entendimento de que o espaço (urbano ou não), aqui sempre avaliado como **social**, não é apenas reflexo de uma estrutura multidimensional (sócio-econômica, política e cultural), mas também é condicionante sobre a mesma. O espaço não é algo inerte, apenas um “palco”, mas também influencia na reprodução da sociedade, ao mesmo tempo que é influenciado por esta. Na busca de sustentação para essa interpretação, recorreremos a CORRÊA (1995, p. 25), quando este afirma que o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção.

Uma análise lúcida sobre o espaço é fornecida por SANTOS (1992, p. 1), quando este escreve:

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém e é contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual.

Considerando a avaliação exposta acima, afirmamos que o espaço social é um produto social, e, portanto, dotado de uma dimensão histórica. Essa interpretação coloca-nos a necessidade de refletir sobre a sociedade para compreendermos o espaço. Apesar de produto, não significa que esse espaço (social) é completamente “controlado” segundo os interesses dos vários grupos sociais envolvidos no processo de produção espacial.

Tratando dessa questão, LEFEBVRE (1974, p. 35) escreve: “Tanto que o espaço assim produzido serve tanto de instrumento ao pensamento como à ação, que é, ao mesmo tempo que um meio de produção, um meio de controle pois de dominação e de poder - mas que escapa parcialmente, enquanto tal, a aqueles que se servem dele. As forças sociais e políticas (estáticas) que o organizam tentam dominá-lo e não conseguem;”²

SANTOS (1990, p. 161-163) afirma que o ato de produzir é o mesmo ato de produzir o espaço. “Produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis. Pela produção o homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural, socializando, dessa forma, aquilo que Teilhard de Chardim chama de ‘ecossistema selvagem’. É por essa forma que o espaço é criado como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada.”

Assim, a produção espacial é sempre um ato contínuo, resultado da ação do homem sobre a natureza, sendo que “... o trabalho é visto como mediador universal na relação do homem com a natureza, o que leva a admitir que a chamada relação homem-natureza é uma relação de trabalho.”(CASSETI, 1991, p. 16). No entanto, para não incorrerem em generalizações ou abstrações que dificultariam nossa compreensão sobre a realidade, esse homem deve ser analisado enquanto um ser social, portanto histórico, integrante de uma sociedade dividida em diferentes classes sociais, logo, permeada por conflitos. Além disso, esse homem vai (re)produzir as suas condições materiais de existência a partir de um dado contexto histórico, construindo um cotidiano que é resultado de uma realidade composta por aspectos multidimensionais - econômicos, sociais, políticos e culturais.

² D'autant que l'espace ainsi produit sert aussi d'instrument à la pensée comme à l'action, qu'il est, en même temps qu'un moyen de production, un moyen de contrôle donc de domination et de puissance - mais qu'il échappe partiellement, en tant que tel, à ceux qui s'en servent. Les forces sociales et politiques (étatiques) qui l'engendrèrent tentent de le maîtriser et n'y parviennent pas;

1.1 As características da produção espacial no capitalismo

Para pensar sobre a produção do espaço (social) de maneira geral, aí incluído o urbano, deve-se levar em consideração a influência de alguns elementos constitutivos do capitalismo - capital financeiro, capital fundiário, capital comercial - enquanto deflagradores de práticas concernentes ao espaço, cada um com possibilidades de interferência mais ou menos grande, mas não sem conflitos, inclusive entre os capitalistas da mesma fração de classe ou de outra (LEFEBVRE, 1974, p. 16-17).

Uma série de reflexões importantes pode ser feita a partir das colocações de Lefebvre, presentes abaixo, referentes ao espaço produzido no capitalismo, com seus conflitos.

O capitalismo e o neocapitalismo têm produzido o espaço abstrato que contém o “mundo da mercadoria”, sua “lógica” e suas estratégias na escala mundial, ao mesmo tempo que o poderio do dinheiro e aquele do estado político. Este espaço abstrato se apóia sobre as enormes redes bancárias, centros de negócios, grandes unidades de produção. E também sobre o espaço das auto-estradas, dos aeroportos, das redes de informação. (...) A luta de classes? Ela intervém dentro da produção do espaço, produção cujas classes, frações e grupos de classes, são os agentes. A luta de classes, hoje mais do que nunca, pode ser lida no espaço. Para dizer a verdade, só ela impede o espaço abstrato de se estender ao planeta apagando literalmente as diferenças; (...) É necessário reconhecer contudo que a burguesia conduz sua luta pelo espaço e dentro do espaço conservando a iniciativa. (LEFEBVRE, 1974, p. 65-69)³

Pelo exposto, a “lógica” do capital (re)produz o **espaço abstrato**, assim como este é um componente que contribui para a própria (re)produção da “lógica”. O princípio elementar dessa “lógica” é orientar-se pelo valor-de-troca, na busca da acumulação ampliada do capital. Conforme MÉSZÁROS

³ Le capitalisme et le néo-capitalisme ont produit l'espace abstrait qui contient le “monde de la marchandise”, sa “logique” et ses stratégies à l'échelle mondiale, ne même temps que la puissance de l'argent et celle de l'État politique. Cet espace abstrait s'appuie sur les énormes réseaux des banques, des centres d'affaires, des grandes unités de production. Et aussi sur l'espace des autoroutes, des aérodromes, des réseaux d'information. (...) La lutte des classes? Elle intervient dans la production de l'espace, production dont les classes, fractions et groupes de classes, sont les agents. La lutte des classes, aujourd'hui plus que jamais, se lit dans l'espace. A vrai dire, seule elle empêche l'espace abstrait de s'étendre à la planète en gommant littéralement les différences; (...) Il faut reconnaître cependant que la bourgeoisie mène sa lutte pour l'espace et dans l'espace en conservant l'initiative.

(1989, p. 22-23):

O capital não trata *valor-de-uso* (que corresponde diretamente à necessidade) e *valor-de-troca* meramente como dimensões separadas, mas de uma maneira que subordina radicalmente o primeiro ao último.[...] não há consequência alguma para o seu sistema se a taxa de uso, que caracteriza a relação do consumidor com um dado produto, for máxima ou mínima. Isto não afeta em absolutamente nada a única coisa que realmente importa do ponto de vista do capital. A saber: que uma certa quantidade de valor-de-troca seja efetivamente realizada na mercadoria em questão através do ato de venda em si, sem levar em conta se ela subseqüentemente estará sujeita a uso constante ou a muito pouco, se é que a algum (por exemplo a câmera fotográfica, que poderei usar apenas uma vez por ano, nas férias, se tanto), como pode ser o caso. Pois o capital define "útil" e "utilidade" em termos de *vendabilidade*;

Quanto à luta de classes, que nesses tempos "neoliberais" é identificada como algo inexistente, resquício de um jargão teórico ultrapassado, não encontrando respaldo numa sociedade moderna (ou seria pós-moderna?), esse termo é empregado por Lefebvre como elemento de resistência à expansão ilimitada do espaço abstrato. Inclusive, segundo o autor, essa resistência pode ser averiguada através das marcas deixadas no espaço.

Por um lado, a atual fase histórica do Modo de Produção Capitalista, com toda a sua complexidade inerente, torna insuficiente a análise da luta de classes, enquanto constituída por duas classes antagonicamente bem definidas: o burguês e o operário. Por outro lado, a luta de classes continua existindo⁴, com uma configuração dotada de uma série de novas especificidades - próprias das mudanças de cunho social, político, cultural e econômico-tecnológico, de um mundo intensamente modificado pela transformação técnico-científica e dotado de crescente complexidade da estrutura de classes.

⁴ A superação da luta de classes não é possível sem a própria superação da lógica do capital (por pressuposto do próprio capital), significando bem mais que a tomada do poder político por grupos progressistas e revolucionários. Isso é evidente a partir da constatação do fracasso da experiência iniciada em 1917 na Rússia e que se repetiu em alguns lugares do mundo, onde, através da *revolução política* desmantelou-se as formas capitalistas de estruturação e dominação sociais, mas foi incapaz, constringida pelo seu baixo padrão de produção e reprodução materiais de vida, de ascender à *revolução social* propriamente dita, e através desta organizar uma sociedade voltada para além da lógica do capital. (CHASIN, 1989, p. 10)

O espaço (social) não deve ser reduzido a mais um objeto, ou a um receptáculo de objetos, ou ainda, ser concebido como algo subjetivo, metafísico. “Portanto, ele não tem nada de ficção, de uma irrealidade ou ‘idealização’ comparável a aquela de um signo, de uma representação, de uma idéia, de um sonho. Efeito de ações passadas, ele permite ações, sugere ou interdita. Entre estas, umas produzem, outras consomem, quer dizer gozam dos frutos da produção...” (LEFEBVRE, 1974, p. 88)⁵

1.2 Sobre a produção do espaço urbano

Conforme nossa avaliação, o **espaço urbano** tem sua organização disposta de forma a refletir a estrutura social na qual está inserido, sendo, no Modo de Produção Capitalista, o local privilegiado onde se desenvolvem as relações sociais que revelam a divisão social do trabalho, os conflitos existentes entre as classes sociais, bem como os interesses divergentes entre os elementos constitutivos de cada classe social - as frações de classe. Mas, como já foi escrito antes, esse espaço urbano também vai interferir na formação social da qual faz parte, dentro do próprio processo de interação com esse espaço através dos agentes sociais.

Segundo as reflexões de LEFEBVRE (1991, p. 60 e 1972a,p.121), a busca da essência do fenômeno urbano exige o emprego de alguns instrumentos metodológicos que, se não são suficientes, porém são necessários. Entre esses instrumentos, o filósofo destaca os termos função, estrutura e forma. Quanto ao primeiro termo, sua análise distingue as **funções** internas à cidade, funções da cidade em relação ao território (campo, agricultura, cidades menores e subordinadas numa rede), e finalmente as funções da cidade - de cada cidade - no conjunto social (divisão técnica e

⁵ Pourtant, il n'a rien d'une fiction, d'une irréalité ou 'idéalité' comparable à celle d'un signe, d'une représentation, d'un idée, d'un rêve. Effet d'actions passées, il permet des actions, en suggère ou en interdit. Parmi ces actions, les unes produisent, d'autres consomment, c'est-à-dire jouissent des fruits de la production.

social do trabalho entre as cidades, redes diversas de relações, hierarquias administrativas e políticas). Sobre essa categoria, o autor citado ainda adverte sobre a necessidade de considerar o duplo caráter das funções da cidade.

Temos classificado, temos situado e até temos visto nascer no tempo esquematizado a função política e administrativa, a função comercial, a função produtiva (artesanal, manufatureira, industrial) no seio da cidade clássica. Se notarmos o duplo caráter destas funções, observamos, por um lado, o território administrado, dominado, coberto de redes pelos centros urbanos, e, por outro, a cidade administrada, dominada (tanto como e por ser dominadora) e inserida por sua parte em redes de produção e distribuição. A característica do fenômeno urbano se situa, evidentemente, no cruzamento, na articulação destas duplas funções. Por esta razão, enumerar as funções não pode ser suficiente. (LEFEBVRE, 1972a, p. 121)⁶

Com relação às **estruturas**, existe a estrutura da cidade - de cada cidade - sendo ela morfológica (paisagens, edifícios, casas, praças) e sociológica (distribuição da população, idade e sexo, categoria profissional). Em seguida temos a estrutura urbana da sociedade e, finalmente, a estrutura social das relações cidade-campo. Daí um emaranhado de determinações analíticas e parciais e as dificuldades de uma concepção global.

A **forma** da cidade se traduz numa determinada disposição espacial, podendo ser do tipo quadriculada ou radiocêntrica, estando diretamente ligada às vias de tráfego. A forma refere-se ainda ao arranjo ordenado dos objetos que constituem a cidade.

Para SANTOS (1992, p. 52), que também destaca o uso destas categorias para a análise do espaço, as mesmas devem ser analisadas conjuntamente, consideradas em suas relações dialéticas. Cada categoria tomada de forma isolada representa apenas realidades também isoladas, fragmentadas. Porém, consideradas em conjunto e de maneira relacionada,

⁶ Hemos clasificado, hemos situado y hasta hemos visto nacer en el tiempo esquematizado la función política y administrativa, la función comercial, la función productiva (artesana, manufacturera, industrial) en el seno de la ciudad clásica. Si anotamos el doble carácter de estas funciones, observamos por un lado el territorio administrado, dominado, cubierto de redes por los centros urbanos, y, por otro, la ciudad administrada, dominada (tanto como y por ser dominadora) e insertada por su parte en redes de producción y de distribución. La característica del fenómeno urbano se sitúa, evidentemente, en el cruce, en la articulación de estas dobles funciones. Por esta razón, enumerar las funciones no puede ser suficiente.

essas categorias permitem a construção de uma base teórica e metodológica a partir da qual se pode discutir os fenômenos espaciais em sua totalidade.

Fazendo uma avaliação sobre o papel da cidade dentro do pensamento marxista, LEFEBVRE (1972b, p. 132-133) conclui que o local onde se forma a mais-valia é a unidade de produção: a empresa, o ramo da indústria, as grandes e médias unidades de produção agrícola (as que empregam mão-de-obra assalariada). No entanto, a cidade assume o papel de **força produtiva**.

Contém uma parte importante do trabalho passado e fixado, literalmente morto, de que o capitalismo dispõe para se apoderar do trabalho vivo, o que ela [a cidade] contém sobrevive deste modo ao desgaste quotidiano dos instrumentos de trabalho (...); mantém, à maneira de uma instituição, a divisão do trabalho indispensável ao funcionamento do capitalismo e por consequência mantém e aperfeiçoa no seu seio a divisão social do trabalho; aproxima os elementos do processo de produção.

Atualmente a cidade moderna intensifica, através de uma nova organização, a exploração de toda a sociedade (não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes). Assim, acreditar que a cidade é um lugar passivo da produção ou da concentração de capitais é equivocado, pois o urbano intervém na produção - nos meios de produção (LEFEBVRE, 1991, p. 57).

Sobre “as vantagens da aglomeração” oferecidas pelas grandes cidades, já é possível encontrar referência na obra de ENGELS (1986, p. 32-33), editada pela primeira vez em 1845, quando escreveu que as vias férreas, os canais e as estradas; a escolha entre os trabalhadores experimentados, entre uma série de outros fatores reunidos num dado local, contribuíam para o melhor aproveitamento econômico pelo capital.

Análises semelhantes vêm sendo feitas por inúmeros estudiosos, considerando a cidade como o lugar onde se reúnem as condições mais favoráveis para o desenvolvimento do capitalismo. Entra essas, o seu caráter de concentração permite maior rapidez para completar o ciclo do capital, ou

seja, diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto (SPÓSITO, 1994, p. 64).

Após termos apresentado esclarecimentos sobre como a cidade beneficia a classe social detentora dos meios de produção, por conta de vantagens ligadas à sua própria constituição, devemos alertar para o fato de que essa avaliação não se esgota nesta constatação. Conforme SANTOS (1994, p. 127) "...todo perigo de uma análise simplista deve ser exorcizado. Dizer, por exemplo, que as cidades se põem sobretudo, ao serviço do capital é, apenas, um discurso." Essa referência é necessária na medida em que as cidades favorecem também a organização da classe trabalhadora, por vezes emergindo em vários movimentos sociais com uma pauta de reivindicações específica.

A lógica da acumulação de capital regula, de forma privilegiada, as mudanças sócio-espaciais na cidade, resultando em injustiças sociais que se materializam, também, no espaço. Porém, isso não significa a inexistência de reações por parte daqueles que se percebem prejudicados, pois tal situação indicaria a configuração de uma sociedade sem conflitos pelo uso do espaço, não correspondendo à realidade quando constatamos os diversos conflitos cotidianos.

Nesse sentido, um ponto de diferenciação marcante nas idéias de Lefebvre, em relação aos outros autores marxistas, refere-se à sua compreensão de que a transformação da sociedade moderna capitalista para uma sociedade humanista, não se resume à transformação econômica, exigindo ainda uma revolução em torno da vida cotidiana desalienada.

Sobre a concepção de espaço encontrada nas obras de Lefebvre, GOTTDIENER (1993, p. 127) escreve que o mesmo é abordado como um elemento central, não se limitando a ser apenas uma localização, ligada às relações sociais da posse de propriedade. O espaço representa uma multiplicidade de preocupações sócio-materiais: é ao mesmo tempo um meio

de produção, parte das forças sociais de produção, um objeto de consumo, um instrumento político e um elemento na luta de classes. O espaço é, simultaneamente, o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação.

Na produção de um espaço urbano verdadeiramente humano, faz-se necessário mudanças significativas que estão colocadas enquanto possibilidades, enquanto vir-a-ser. Lefebvre torna-se nosso porta-voz quando menciona o desapontamento com o “homem novo”, resultado da produção industrial e da racionalidade planificadora. No entanto, é necessário continuar o esforço em direção a um novo humanismo, resultado de uma nova práxis visando a criação de um outro homem, através de um caminho no qual a sociedade urbana seria obra e não produto (LEFEBVRE, 1991, p. 106-107).

Essa distinção entre obra e produto pode ser encontrada em LEBVRE (1974, p. 84) quando este escreve sobre a natureza, afirmando que o **produto** pode se repetir e resulta de gestos repetitivos, enquanto a **obra** tem qualquer coisa de singular, única. A obra é resultado de uma ação criadora, fornecendo valores-de-uso, não tendo como objetivo fundamental o valor-de-troca. Trata-se da busca da superação do espaço abstrato, que contém o mundo da mercadoria e a sua lógica.

Também deve ser considerado que não existe um espaço social, mas vários espaços sociais, e mesmo uma multiplicidade indefinida dentro do termo “espaço social”, sendo que o mundial não abole o local.

Ao abordarmos as estratégias econômicas realizadas por um grupo empresarial, ligado ao capital fundiário-imobiliário, numa extensa área adquirida junto ao Estado, e mais especificamente numa cidade que a empresa teve a possibilidade de projetar, certamente não estaremos nos referindo a um fragmento espacial, isolado de um conjunto de relações de produção material e social existente. Evidentemente, a produção do espaço urbano da cidade de Cianorte não é resultado exclusivo das ações tomadas pela CMNP, o que seria

simplificar a situação. Toda produção espacial conta com uma série de agentes sociais que mantêm entre si relações solidárias ou conflituosas de forma estrutural ou conjuntural. Assim, não pode ser menosprezado o papel do Estado, da classe empresarial local ou dos pequenos agricultores que vieram para a região plantar o café, cuja renda movimentava a cidade em suas primeiras décadas. Porém, nosso propósito é dar relevância a esse agente fundiário, aqui particularizado numa empresa, a CMNP, analisando a pesquisa enquanto um agente social “deflagrador de práticas espaciais ao espaço”, tendo influenciado diretamente no processo inicial de ocupação e organização espacial de Cianorte, através de instrumentos de planejamento, motivado por interesses comerciais ligados à “lógica” do capital.

CAPÍTULO 1

- O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO NORTE E NOROESTE PARANAENSE.

1. Expansão da cafeicultura - o elo entre o Norte do Paraná e o interior paulista.

Como essa pesquisa tem como objetivo analisar as estratégias empresariais de uma Companhia Colonizadora, adotadas em uma das cidades planejadas pela própria empresa, consideramos imprescindível tecer alguns comentários sobre os elementos que compõem o elenco da formação histórico-econômica e espacial do norte e noroeste¹ do estado paranaense.

Os elementos acima apontados dizem respeito ao processo de expansão da cafeicultura paulista, sobre como o Norte do Paraná foi arrolado no mesmo, e como um grupo de capitalistas ingleses, num primeiro momento, aproveitou-se dessa situação favorável para empreender um projeto imobiliário que iria adquirir fama nacional.

Esses comentários objetivam fornecer subsídios para um acompanhamento quanto ao desdobramento histórico que resultou na forma de atuação da referida empresa e a incorporação desse território paranaense, nas primeiras décadas desse século, ao processo de acumulação capitalista, que se irradiava a partir de São Paulo.

Diversas obras consultadas sobre a cafeicultura paranaense convergem para a perspectiva de observar a ocupação do **Norte do Paraná** enquanto resultado do prolongamento da atividade cafeeira desenvolvida em terras paulistas, onde o café já despontava desde a primeira metade do século XIX.

Mas a importância desse produto, para a economia brasileira, tem sua origem muitos anos antes, pois, em razão da contestação do domínio francês, por escravos rebelados no ano de 1791, o Haiti, na época, um importante

¹ Os conceitos de **Norte e Noroeste** do Paraná adotados nessa pesquisa, são os referentes às Mesorregiões utilizadas pelo IBGE (Conforme FIGURA 2.1, pg. 53), que realizou uma nova divisão Meso e Microrregional, aprovada em 30/07/89, segundo a resolução PR n.51.

produtor de café, envolveu-se em turbulências políticas que resultaram no aumento do preço do café no mercado internacional. Essa alta de preços possibilitou ao café brasileiro adquirir destaque nacional, enquanto produto de exportação.

De acordo com informação encontrada em FURTADO (1991, p. 113-114), a produção cafeeira, então concentrada na região montanhosa do estado do Rio de Janeiro², aproveitou-se, nessa primeira fase de expansão, dos recursos sub-utilizados (mão-de-obra escrava, transporte por mulas) da economia mineira em desagregação e estendeu-se em direção ao estado de São Paulo.

Como bem frisa MARTINS (1979, p.108), o café é uma **cultura itinerante**, cujo roteiro inicial, quando adquire importância comercial, dá-se nas cercanias do Rio de Janeiro, no final do século XVIII, deslocando-se progressivamente até a província de São Paulo, tendo tomado toda a região paulista do Vale do Paraíba no período correspondente à primeira metade do século XIX. No começo da segunda metade do século passado, o café penetrou na região central da província paulista espalhando-se até o extremo Oeste de São Paulo nos primeiros anos do século XX. Nas décadas de trinta e quarenta, expandiu-se pelo Norte do Paraná, tomando o rumo Oeste do estado e atingindo, inclusive, o Paraguai. Toda essa apropriação espacial de novas regiões, pela atividade cafeeira, ocorria ao mesmo tempo em que, na maior parte das regiões antigas, a cultura era abandonada.

O território paulista tornou-se indelévelmente marcado pelas transformações resultantes da “marcha” do café. Para MATOS (1990, p. 43), essa atividade, conforme avançava conquistando novos espaços, “...povoaria regiões novas, abria zonas pioneiras, plantaria um rol de cidades vivas, que durante muito tempo vão viver do café, e as quais, quando ele as abandonou, sempre na sua itinerância, procurarão outros embasamentos econômicos e às vezes de tal maneira que, visitando-as hoje, nem nos lembramos de que ali, um dia existiu café.”

² Aqui está se considerando o início do período que levaria à expansão da cafeicultura ligado à importância que o produto estava adquirindo nas exportações brasileiras, e não à introdução da cultura no país, o que ocorreu no começo do século XVIII em outros pontos do país, então voltado apenas para o consumo local.

As áreas recém-ocupadas, num período de tempo geralmente curto, tinham suas paisagens inteiramente modificadas, integrando-se às demandas da formação capitalista, sendo que essa integração da frente de expansão resultava de uma dupla relação: 1- ocorria a absorção do excedente demográfico que não podia ser contido dentro da fronteira econômica; 2 - tinha-se a produção de excedentes, no caso o café, que se realizava como mercadoria dentro da economia de mercado. (MARTINS, 1975, p. 46).

A expansão da cafeicultura, cujo trajeto já foi delineado e atingiu diferentes áreas do país, alcançou sua maturidade no estado de São Paulo, especialmente nos anos vinte, quando o café atingiu o ápice de sua participação no total das divisas geradas pelas exportações, contribuindo, no ano de 1924, com 75% da arrecadação. (BRASIL, 1973, p. 13).

Essa atividade, constituindo-se no instrumento através do qual novas relações sócio-econômicas eram estabelecidas no país, motivou uma dinâmica de ocupação do interior de São Paulo, dirigida por paulistas que se deslocavam de uma região do estado para outra, rumo ao Oeste, incitados pela busca de melhores condições de vida ou acumulação de mais riquezas, conforme a classe social. Além disso, as cidades de São Paulo e Santos eram referências no que tange às relações econômico-financeiras e à exportação do produto, respectivamente.

As características mencionadas acima não se limitavam às frentes pioneiras do estado de São Paulo, mas diziam respeito a territórios de outros estados, como era o caso do Norte do Paraná, pois, até o início da década de sessenta, grande parte da produção cafeeira proveniente dessa região era exportada através do porto de Santos, cuja ligação rodo-ferroviária mostrava-se mais eficiente que aquela direcionada para o porto paranaense.

Somente com a gradativa melhoria da ligação rodoviária com a cidade portuária de Paranaguá, através da construção da "rodovia do café" em 1961, que a maior parte do café produzido no Paraná passou a ser exportado por essa saída. (PADIS, 1981a, p. 126).

1.1 A crise mundial de 1929 e seus desdobramentos na economia brasileira e paranaense

Sendo o café tão sensível às ressonâncias do mercado internacional, toda a fase compreendida por esse ciclo esteve sujeita a sobressaltos econômicos - períodos de crise e altos lucros, superproduções e políticas econômicas internas favoráveis aos fazendeiros, os quais tinham muito prestígio junto ao governo. Além desses fatores, a especulação comercial a nível internacional, envolvendo influentes agentes financeiros, ofereciam o contorno da situação cafeeira no país.³

A crise mundial de 1929 torna o contexto econômico brasileiro ainda mais delicado, em razão dos seus reflexos no mecanismo de organização econômica da atividade cafeeira no país, tendo desdobramentos políticos imediatos. A referida crise enfraqueceu a oligarquia cafeeira e também o governo - "República Velha", apoiado pelos fazendeiros de café. Durante as eleições presidenciais de 1930, um político mineiro deveria assumir o cargo (dentro da política "café com leite"), mas os paulistas indicaram Júlio Prestes. Com o rompimento entre o Partido Republicano Mineiro e o Partido Republicano Paulista, grupos de oposição articularam-se para disputar a eleição, vencida por Júlio Prestes. Alegando fraude, o gaúcho Getúlio Vargas, da Aliança Liberal, liderou um movimento que o colocou no poder em 1930.

Após ter dominado a revolução paulista de 1932, precipitada pelos fazendeiros paulistas insatisfeitos com a política econômica, o governo de Getúlio Vargas procurou, como outros governos já haviam tentado antes, deter a proliferação de novos cafezais, para não aumentar o estoque do produto no país.

Essa breve retrospectiva histórica está sendo lembrada para destacar que as plantações não estavam interdidas no estado do Paraná, pois aplicou-se a proibição apenas para aqueles estados que possuíssem mais de cinquenta milhões de pés de café, o que ainda não era o caso do Paraná, o qual contava, por essa época, com considerável parte de seu território coberto de mata nativa.

³ Essa questão é tratada de forma precisa e eficiente em PRADO JR. Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1980; especialmente entre as p. 225-235.

O governo paranaense tinha interesse em incentivar a cafeicultura porque, apesar das dificuldades conjunturais, ainda era o produto mais importante da lista de exportações do país, contando, por esta razão, com o apoio do governo federal. A deliberação para que a proibição fosse válida somente para estados com mais de cinquenta milhões de cafeeiros, foi resultado da pressão do governo paranaense, pois a concessão de terras para particulares era uma promissora fonte de renda para os cofres públicos do governo. Se a interdição fosse válida também para o Paraná, muitos dos pequenos lavradores que, nesse período, estavam dirigindo-se para esse estado, deixariam de comprar terras, frustrando as expectativas da arrecadação obtida com as transferências das terras loteadas. (CANCIAN, 1981, p. 32-33).

Não deve ser subestimado o poder de pressão das Companhias colonizadoras que atuavam na região, em especial a maior delas, a CTNP, cujos investimentos no empreendimento imobiliário haviam começado no ano de 1925, poucos anos antes da crise de 1929.

Um indício da pressão exercida por essa empresa junto ao governo federal, na época, pode ser encontrado nessa passagem de uma publicação da empresa: "O Brasil produzia mais café do que as necessidades mundiais, de modo que passou a queimá-lo. Proibiram-se novas plantações por decreto federal, e embora se fizesse uma exceção limitada para a Companhia Norte do Paraná (**graças a esforços tenazes por parte da Companhia**) poucas pessoas tinham fé suficiente para enterrar nela seu dinheiro." [Sem grifo no original] (CMNP, 1956, p. 4).

Por conta de tudo isso, a cafeicultura paranaense, a qual já vinha se desenvolvendo desde o começo da década de vinte, em razão dos altos preços adquiridos pelas terras paulistas e de doenças que atingiram os cafezais em algumas regiões daquele estado, recebeu um importante impulso, levando a uma intensificação da ocupação das terras norte paranaenses.

1.2 A estreita ligação entre a expansão da cafeicultura e o processo de povoamento mais sistemático da região norte paranaense

A fase de povoamento da região, inaugurada com a entrada do café, teve como um dos marcos o empreendimento desenvolvido por alguns fazendeiros paulistas atraídos pelas manchas da famosa terra-roxa.

Entre esses fazendeiros, o mais regularmente mencionado é o senhor Antonio Barbosa Ferraz, importante fazendeiro em Ribeirão Preto, onde possuía grandes extensões de terra, e que adquire, em 1910, uma gleba situada na fronteira com o Paraná, entre Ourinhos-SP e Cambará-PR, plantando um imenso cafezal. Esse fazendeiro, juntamente com outros investidores da região, percebendo a necessidade de uma via de escoamento para o produto, organiza uma empresa (Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná), com o objetivo de prolongar os trilhos a partir de Ourinhos, o que começou a ser feito em 1922, com destino a Cambará, atingida pelos trilhos no ano de 1925, perfazendo um total de 29 quilômetros de estrada de ferro construída.

A construção da ferrovia mostrava-se como elemento indicador para o colonizador da região norte-paranaense, de que este não ficaria isolado em sua propriedade, e o escoamento da safra estava garantido.

Uma importante corrente migratória formou-se em direção às zonas novas paranaenses, oriundas das antigas zonas paulistas, onde a produtividade encontrava-se em declínio. Como ocorrera no estado de São Paulo, o deslocamento era influenciado pela produtividade do café nas áreas novas, pois as áreas ocupadas pelo café há muito mais tempo apresentavam seus solos já exauridos pela sustentação da cultura, acarretando uma diminuição da quantidade produzida, enquanto as áreas novas, recém-desmatadas, geralmente apresentavam grande produção. Inclusive, a fertilidade do solo do Norte do Paraná adquiriu fama nacional, sendo a **terra-roxa** sempre associada a altos índices de produtividade agrícola.

O estado do Paraná realmente atingirá uma produtividade singular, tendo seu auge na década de cinquenta, como comprova-se observando que, em 1952, os cinco primeiros municípios na produção cafeeira do Brasil são do Norte

do Paraná.⁴ Conforme acrescenta CANCIAN (1981, p. 45), nesse período o preço do café sofreu uma elevação no mercado internacional, chegando a obter, no ano de 1954, o maior preço médio absoluto do período, revertendo na busca acelerada de mais terras virgens de alta fertilidade para o plantio, as quais encontravam-se disponíveis rumo ao norte-noroeste do estado paranaense.

As grande levadas de migrantes que se dirigiam para essa região eram constituídas, em sua maior parte, por mineiros e paulistas, mas contou com a participação também dos imigrantes alemães, italianos e japoneses.

Amparado em dados de 1970, referentes à população recenseada no Paraná, segundo o estado de nascimento, PADIS (1981b, p. 63) constatou que mais de um terço da população do Paraná era formada por migrantes oriundos de outras regiões do país, sendo que os mineiros e paulistas constituíam o maior número entre esses migrantes. Ainda de acordo com a avaliação desse autor, pelo fato de a região **Norte do Paraná** ter sido indiscutivelmente a mais procurada pelas correntes migratórias vindas desses dois estados, pode-se supor que a maioria da soma da população paulista e mineira residente no estado, nessa época, morava na região norte.

A mobilidade dessas pessoas, em direção ao Paraná, aponta os contornos da frente de expansão caracterizada por MARTINS (1975, p. 46), tendo o norte do estado absorvido o excedente demográfico de regiões antigas e incorporado as relações da economia de mercado, visando a produção de excedentes - principalmente o café - para serem comercializados.

Entretanto, se a história da ocupação do norte do Paraná encontra-se estreitamente vinculada à evolução da economia cafeeira paulista, isso não significa que o processo de ocupação e organização espacial tenha se dado da mesma maneira. Evidentemente, existem particularidades para serem consideradas, até porque o contexto histórico, que então se delineava, era outro.

⁴ Os cinco municípios são: Bela Vista do Paraíso (2.200.000 arrobas), Apucarana (1.500.000 arrobas), Cornélio Procopio (1.457.000 arrobas), Assaí (1.500.000 arrobas) e Mandaguari (1.200.000 arrobas). (MÜLLER, 1956, p. 94).

De fundamental importância foram, também, as estratégias desencadeadas pelo governo do estado do Paraná e pelas empresas privadas de colonização, para ocupar a região.

Uma passagem esclarecedora sobre a diferença no processo de ocupação dos territórios paulista e paranaense é encontrada em MONBEIG (1984, p. 211):

No Estado de São Paulo todas as terras são de propriedade particular, tanto as de florestas como as de campos. Isso se deve à legislação fundiária, ao povoamento da fase inicial e à perseverança dos grileiros. A noção de terra pertencente ao Estado é tão estranha à mentalidade paulista, que foi impossível manter uma reserva florestal na serra do Diabo. No Paraná a situação é diferente e o governo do Estado possui ainda [o autor está se referindo ao ano de 1949] grandes extensões de florestas. Se, às vezes, ele mesmo criou centros de colonização, no norte do Estado preferiu vender glebas a empresas de grande porte. Dessa forma, para onde quer que se dirija, o avanço paulista encontra sempre propriedades privadas. O pioneiro não pode, portanto, como nos países de *free land*, instalar-se a seu bel-prazer e criar amplos patrimônios, limitado apenas pelas suas possibilidades de trabalho, sem despesa e sem o risco de ser barrado pela propriedade de um vizinho. Aqui, ele deve instalar-se em um quadro preestabelecido, **com limites traçados pelo proprietário da terra que ele comprou.**[sem grifo no original]

Proprietário esse constituído pelas companhias particulares de colonização no Paraná, as quais adquiriram extensas áreas de terras e tiveram um papel incisivo na ocupação do norte do estado, apesar das estratégias e dimensão das empresas apresentarem particularidades em cada caso.

A empresa de maior expressão, quanto ao projeto imobiliário de colonização do norte paranaense, foi a Companhia de Terras Norte do Paraná, interferindo diretamente no processo de ocupação dessa região, e usufruindo, inclusive, de satisfatória autonomia para o desenvolvimento do seu projeto.

2. A ação empresarial da CMNP - da venda de terras à produção agroindustrial

Na segunda década deste século, o governo paranaense adotou uma política de colonização voltada para a entrega de concessões em grande número à empresas particulares, com a condição dessas assumirem o compromisso de conduzir o processo de colonização da região.

Apenas no ano de 1919, foram realizados onze contratos de concessões para empresas interessadas em atuar no Norte do Paraná.(LOPES,1982, p. 70). Porém, essas concessões resultaram numa série de ações conflitivas, devido á confusão referente á legitimidade dos títulos de posse, e quebra, por parte das concessionárias, de várias cláusulas contratuais firmadas com o governo, como a venda de áreas maiores do que o tamanho máximo estipulado, ou a não ocupação da área, dentro do prazo mínimo exigido.

Após a Revolução de 1930, o governo de Getúlio Vargas, assumindo com um discurso moralizador, nomeou um interventor para o Paraná, o qual suspendeu a maioria das antigas concessões, sendo que a Companhia de Terras Norte do Paraná não foi atingida por essa medida. Essa ação do governo significou uma devolução de aproximadamente 2.300.000 ha para o domínio do Estado, que colonizou essa área por iniciativa estadual, associada ou não á empresas particulares. (LOPES, 1982, p. 84).

Atuando no processo de colonização, algumas empresas de capital estrangeiro tiveram papel marcante, tornando-se referências quando se faz o resgate histórico da ocupação norte paranaense.

Entre essas empresas, a “Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada”, formada por capital japonês e fundada em 1929 (não existe mais atualmente), adquiriu 18.000 alqueires no norte do Paraná e instalou 3.000 nipônicos no atual município de Assaí, os quais dedicaram-se principalmente á produção do algodão. (CAMBIACHI, 1953, p. 87).

No entanto, o empreendimento relacionado à ação dessa empresa japonesa foi pouco expressivo, no tocante à dimensão do projeto e seu raio de

abrangência, quando comparado com o projeto desenvolvido por outra empresa estrangeira, a **Companhia de Terras Norte do Paraná**. Essa última, aproveitando-se da expansão da cafeicultura, conduziu o seu projeto imobiliário e interferiu diretamente na futura configuração de uma extensa área do norte do estado.

Enquanto empresa colonizadora, interveio, no primeiro momento de ocupação, nos meios rural e urbano dessa região, através da venda de terras, organização de uma infra-estrutura urbana mínima e desenvolvimento rodod-ferroviário. Todas essas iniciativas encontravam-se interligadas enquanto estratégia empresarial de um empreendimento capitalista voltado, em sua fase inicial, para a venda de terras.

Sobre a constituição da empresa, faz-se necessário recuar alguns anos antes da sua fundação oficial, procurando suas origens em uma comissão inglesa de caráter financeiro, conhecida como "Missão Montagu", organizada para proceder um levantamento da situação econômica brasileira no final do ano de 1923.

Oficialmente, consta que a missão veio a convite do governo do país, então presidido por Arthur Bernardes, mas essa declaração gerou muita controvérsia, com historiadores e jornalistas afirmando que a missão foi uma imposição dos ingleses, que eram os principais credores do Brasil, nessa época.

A esse respeito, BUESCU (1984, p. 180) faz uma observação perspicaz: "O envio de uma missão econômica inglesa ao Brasil, como aconteceu com outras missões do 'centro' para vários países, naquela época e depois, pode ter correspondido a interesses ingleses, mas o Governo brasileiro, se fez o convite ou apenas aceitou a visita, tinha, também, seus propósitos." Parece-nos bastante plausível que esses propósitos referiam-se a um novo empréstimo de vinte e cinco milhões de libras, pleiteado pelo governo do presidente Bernardes. (JOFFILY, 1985, p. 42).

A missão não era governamental, mas tinha entre seus membros diversas pessoas próximas ao governo inglês, a começar pelo chefe da missão, Edwin S. Montagu, ex-secretário financeiro do Tesouro da Inglaterra. Um dos

membros da referida missão era Simon Joseph Fraser, mais conhecido como Lord Lovat, homem já experiente em projetos imobiliários de colonização organizados no Sudão.

Esse empresário inglês incursionou pelas terras paulistas e do Norte do Paraná, com o objetivo de avaliar a rentabilidade de possíveis investimentos na região. A experiência do cultivo de algodão em terras brasileiras, empreendida por um grupo de empresários ingleses, inclusive Lord Lovat, indicou o início da organização do que viria a constituir-se no projeto imobiliário realizado em terras paranaenses. A citação abaixo, apresenta, de forma concisa, os desdobramentos iniciais ligados à atuação desse grupo de capitalistas ingleses.

Outro de seus interesses [sic] imediatos era a possibilidade do cultivo do algodão em larga escala. Os primeiros frutos de sua visita ao Brasil foram o lançamento, no mesmo ano, da "Brazil Plantations Syndicate", que adquiriu duas fazendas e fez [sic] a sua primeira plantação antes do fim daquele [sic] ano. A história dessa campanha não foi um sucesso completo. O plantio do algodão num período de preços baixos, com sementes deterioradas, as únicas então disponíveis, e numa época de alta no preço do cultivo, produziu resultados decepcionantes; mas por outro lado, a aquisição sensata das terras, que valorizaram consideravelmente, compensou as perdas. (CMNP, 1956, p. 1)

Incentivado por essa experiência, o grupo reforça o interesse em criar um projeto imobiliário de grande dimensão próximo à região cafeeira, sendo que o vizinho estado do Paraná dispunha de muitas terras que se enquadravam dentro dos objetivos desses empresários.

2.1 Constituição da Companhia Colonizadora e compra de terras junto ao governo do Estado

Para a efetivação do projeto de colonização, foi necessário um aumento de capital da Brazil Plantations Syndicate, de 200 mil para 750 mil libras esterlinas, o que motivou a liquidação dessa empresa e a formação da Paraná Plantations Company, procurando levantar um fundo maior para constituir a empresa. (CMNP, 1975, p. 56-57).

Após essa etapa, desenrolada em Londres, foi constituída, em 1925, a Companhia de Terras Norte do Paraná, com sede em São Paulo, cujo objetivo era especificamente a exploração e colonização das terras norte paranaenses.

A CTNP adquiriu, junto ao governo do Estado do Paraná, no período de 1925 a 1927, a vultosa cifra de 515.017 alqueires de terras de excelente qualidade para a agricultura (conhecidas como terra-roxa), localizadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí.

Essa venda causou polêmica na época, porque o valor pago ao Estado para a aquisição das terras foi baixo. Enquanto em 1918, o preço da terra, por hectare, em Ourinhos, era de 123\$000, a extensa área de terra-roxa, no Norte do Paraná, foi vendida para a Companhia por 8\$000 o hectare.(JOFFILY, 1985, p.89-90).

Essa situação favorável para a compra das terras ocorreu, segundo a Companhia, porque "... manifestou-se desde logo a compreensão e o apoio do Governo Estadual, que tinha à sua frente a figura do saudoso Dr. Affonso de Camargo, cuja decidida colaboração muito influiu para o êxito da transação."(CMNP, 1975, p. 59).

Esse apoio do governo teve desdobramentos futuros, como pode ser observado nessas informações destacadas por HOFF (1991, p. 33), em que se indica o estreitamento das relações econômicas com capitalistas ingleses, após a venda das terras:

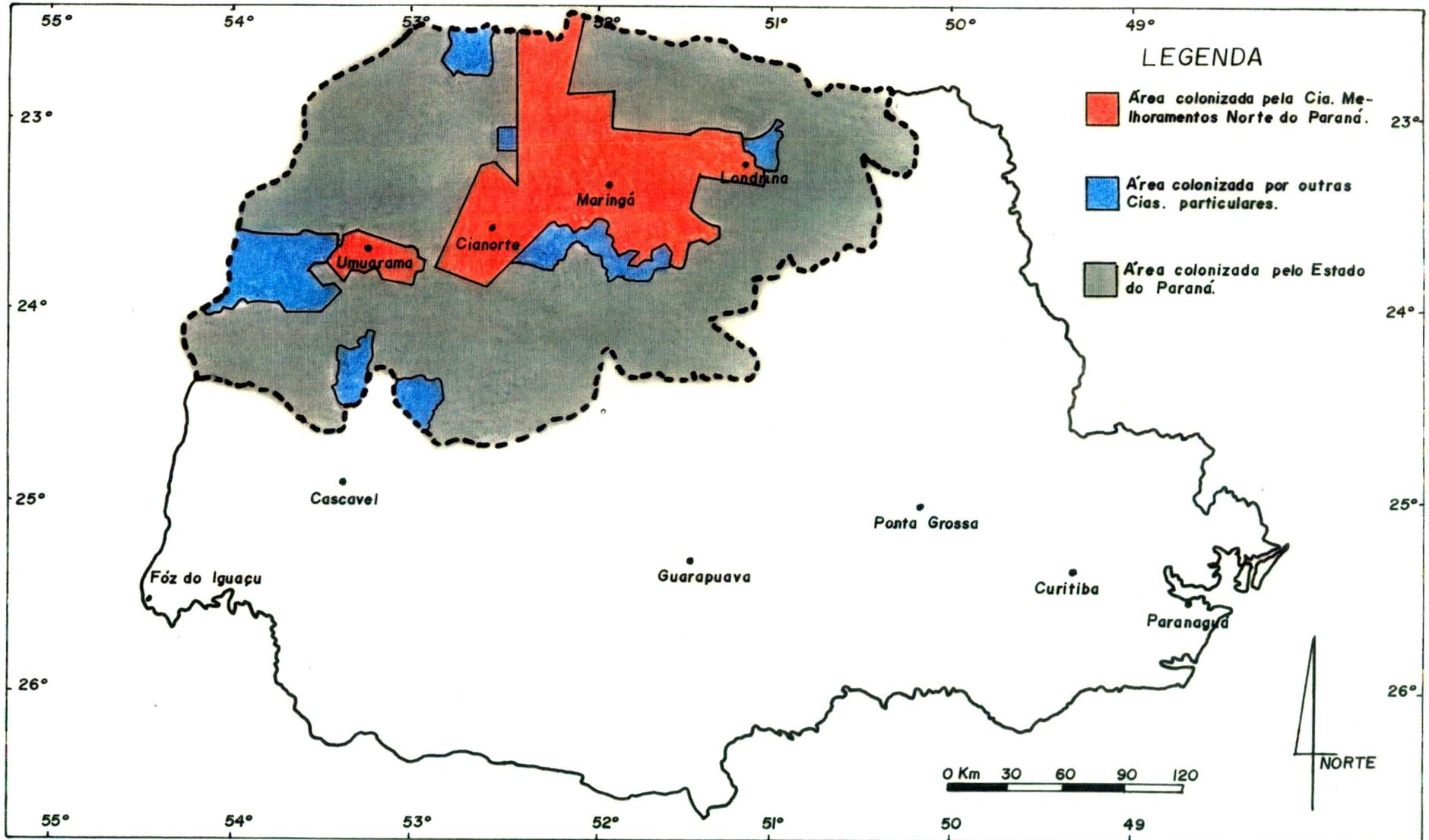
Em maio de 1926, o governo do Paraná conseguiu um empréstimo de bancos ingleses no valor de 7.200.000 dólares para resgate da dívida do Estado e para a construção do porto de Paranaguá. Em abril de 1928, o Presidente Affonso Camargo, que havia assumido pela segunda vez a presidência do estado, vende 2 mil apólices do porto de Paranaguá aos ingleses. Joffily tem um acréscimo a esta informação: Por coincidência aquele governante, em 1928, tornou-se proprietário da área onde hoje está situado o bairro londrinense Jardim Shangri-lá.

É satisfatório supor que o investimento feito para a construção do Porto de Paranaguá, através de empréstimo junto ao sistema financeiro inglês, era algo benéfico para os planos da Companhia, a longo prazo, pois criava-se a

possibilidade de escoamento, via um porto paranaense, das safras produzidas em terras vendidas pela empresa.

Essa área total de 515.017 alqueires encontrava-se, até a década de 1930, recoberta pela mata nativa na sua maior parte. No entanto, isso não significa a completa ausência de atividades econômicas e núcleos habitacionais nesse período, na área adquirida. Aliás, já existiam conflitos pela posse de terras e ação de empresas colonizadoras nacionais e internacionais. Deve ser mencionada, ainda, a iniciativa do governo do estado na ocupação do Norte do Paraná, o qual também contribuiu diretamente para a fundação de alguns municípios, como por exemplo Paranavaí. Através da FIGURA 1.1 é possível observar a dimensão territorial que o projeto imobiliário da Companhia Colonizadora ocupou no norte paranaense, destacando-se junto a todos os empreendimentos de colonização acionados por outras empresas particulares.

Áreas de diferentes colonizações do Norte e Noroeste paranaense.



Fonte: BRASIL - Superintendência do Desenvolvimento do Sul - SUDESUL. Estudo para o Desenvolvimento do Noroeste do Estado do Paraná. Curitiba: Atlas de Desenvolvimento, vol. 3, 1973. Org. Edson S. Dias

2.2 A considerável autonomia da CTNP/CMNP nas terras que adquiriu

A situação legal das terras em posse da CTNP merece especial atenção, pois, de acordo com LOPES (1982, p. 84 e p. 109), a maior parte da área adquirida⁵ não é qualificada como concessão, ao contrário da situação da maioria das Companhias colonizadoras, o que implicaria numa interferência maior por parte do Estado na condução do processo de ocupação da área concedida. As terras foram compradas pela Companhia diretamente do governo, não caracterizando concessão.

Infere-se, a partir disso, o grau de autonomia que a CTNP dispunha em “seu território”, tornando mais expressiva a sua política de ocupação, restringindo as ingerências estatais, a não ser pelas exigências expressas na legislação federal vigente, isentando-se de apresentar seus planos para aprovação e não tendo que se sujeitar à fiscalização dos seus serviços. (LOPES, 1982, p. 111).

Ainda tratando sobre a liberdade de ação das empresas de colonização de caráter privado, HOFF (1983, p. 96) escreve sobre a considerável autonomia que o governo paranaense possuía para negociar e outorgar vantagens para as empresas colonizadoras.

O Estado promovia, fazia executar, mas, não criava o capital estatal para a execução. Deixava a iniciativa a grupos particulares, que faziam da colonização uma forma de acumulação do capital. O Estado, porém, tendo recebido pela Constituição de 1891, a incumbência de coordenar o domínio das terras devolutas, passou a estabelecer leis próprias que regulavam a demarcação, a aquisição e a legitimação dessas terras. O Estado, não mais a Federação, assumia o controle político da repartição das terras. Desta forma, o Estado do Paraná colaborou com as companhias particulares não concedendo diretamente o capital, mas, vendendo-lhes as terras devolutas a baixo preço com a carência de 12 anos para efetuar o pagamento total.

⁵ Essa área corresponde a compra de 350 mil alqueires de terras devolutas do Estado, no ano de 1925, no valor de 8 mil réis o alqueire, com prazo de pagamento de 12 anos. O restante da área foi adquirida de outras empresas colonizadoras, que tiveram seus contratos de concessão anulados, a 60 mil réis o alqueire, com exceção dos 30 mil alqueires que seriam comprados do Estado na década de cinquenta pela então CMNP, contando com um total de aproximadamente 545.000 alqueires.

A CTNP chegou a pagar, em determinadas situações, até três vezes pela terra adquirida: ao governo do Paraná, às Companhias Colonizadoras brasileiras e aos posseiros. Assim procedendo, os títulos de compra da CTNP não eram contestados, sendo essa garantia de segurança ao comprador uma das estratégias de propaganda para a venda das terras. Inclusive, o *slogan* utilizado pela empresa, na divulgação de seu empreendimento, era: "Certeza de lucro e garantia do direito de propriedade colonizaram o Norte do Paraná."

Mais do que uma estratégia de propaganda, tratava-se de um procedimento visando garantir **maior valorização de suas terras**. As terras vizinhas às da Companhia, cuja colonização foi gerenciada pelo Estado e que se encontravam mais sujeitas a litígio, eram adquiridas por preços inferiores. É o que se constata pelo seguinte depoimento (colhido de um pioneiro - morador em Cianorte), referindo-se a uma comparação entre os preços das terras vendidas pelo governo do Paraná e pela CMNP:

Terras de mesmo padrão de qualidade, as da Companhia **bem mais caras**, [sem grifo no original] mas inúmeras pessoas interessadas em comprar terras, preferiam **pagar três a quatro vezes mais** [sem grifo no original] por uma terra vendida pela Companhia do que uma vendida pelo Estado, exatamente, para evitar essas violências, porque elas sabiam que poderiam comprar mais barato do Estado, mas acabariam chegando lá e encontrando um terceiro ou um primeiro já estabelecido ali, com título ou sem título.⁶

Uma publicação da CMNP (1956, p. 3) que, entre outras questões, procurava justificar o baixo preço pago ao governo do Paraná pelas terras adquiridas pela então CTNP, qualificava a distância dos grandes centros, o isolamento e a possibilidade de comprar terras em litígio como as causas do preço baixo. O quadro negativo, descrito anteriormente, deveria ser revertido dentro das terras adquiridas pela Companhia, para que o seu projeto fosse apresentado como promissor.

O plano básico de colonização da área rural da Companhia consistia na divisão das terras em zonas, onde se efetuava a demarcação dos lotes dessas terras, abriam-se picadas e estradas e negociava-se a venda.

⁶ (CIOFFI, 1995, p. 76).

2.3 A importância da ferrovia para o bom desempenho do projeto de colonização

A preocupação com a circulação de pessoas e mercadorias, objetivando garantir o sucesso do empreendimento de colonização, foi uma constante desde as primeiras iniciativas da CTNP.

Visando atender essa necessidade, a Paraná Plantations, além da CTNP, tinha uma outra subsidiária brasileira no mercado, a **Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná**, inicialmente formada por fazendeiros paulistas, cujas ações foram compradas em 1928, quando os trilhos encontravam-se com última parada em Cambará, situada na fronteira com São Paulo. Essa Companhia Ferroviária, possibilitando a comunicação ferroviária com as áreas recém-colonizadas pela empresa, garantia aos compradores o escoamento da produção agrícola, valorizando ainda mais as terras vendidas. Assim, as duas subsidiárias britânicas completavam-se em seus propósitos empresariais.

Sobre isso, MONBEIG(1984, p. 230) afirma:

A Companhia de Terras do Norte do Paraná [...] não abre oficialmente seus loteamentos aos compradores e não intensifica sua propaganda senão quando há a certeza de que eles serão atingidos logo depois pelos trilhos. É perfeita a coordenação entre a colonização e a estrada de ferro, que a segue de perto.

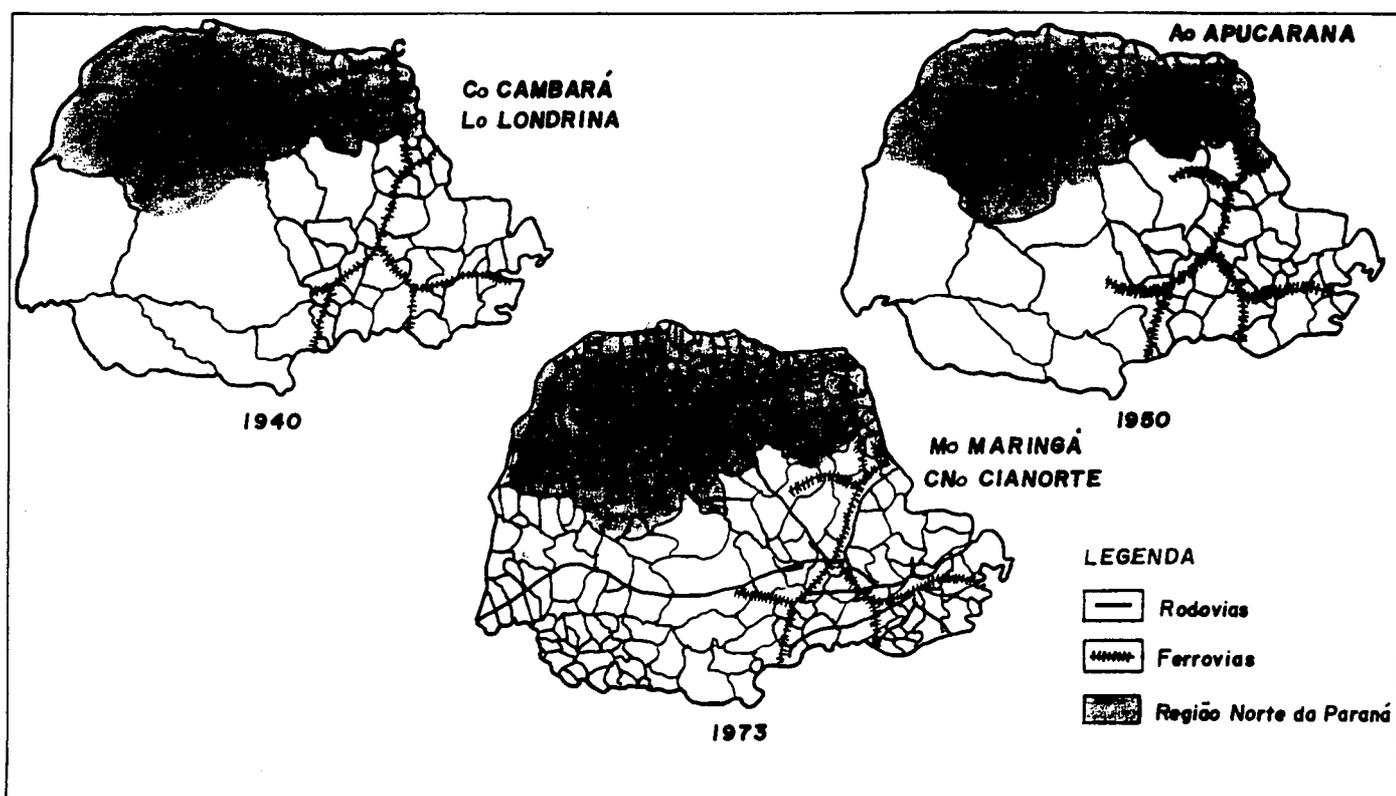
É evidente o interesse da empresa em organizar o seu empreendimento imobiliário, tendo como base a expansão da malha ferroviária através da área comprada. Assim fazendo, facilitava a comunicação, evitando o isolamento das pessoas interessadas em comprar um lote de terra, e reduzia o tempo de transporte das mercadorias, o que resultava numa maior eficiência econômica para a região.

Após a compra da Companhia ferroviária, a continuidade da construção da ferrovia se deu imediatamente e em 1932 os trilhos chegavam à cidade de Jataí, situada às margens do Rio Tibagi e porta de entrada para as terras adquiridas pela CTNP.

À medida que avançava o projeto de ocupação das terras da CTNP e erguiam-se as cidades, a ferrovia cortava o norte paranaense. Assim, em 1935, o trem chegava a Londrina, e em 1943 a Apucarana. Quando os trilhos alcançam Maringá, em 1954, a Cia Ferroviária já pertencia ao Governo Federal (Em 1944, o Governo Federal havia comprado a Estrada-de-ferro São Paulo-Paraná da CTNP) e somente em 1973 é inaugurada a linha férrea na cidade de Cianorte, onde os trilhos encontram seu ponto final até o momento. A FIGURA 1.2 indica o avanço da estrada de ferro pelo Paraná.

FIGURA 1.2

Expansão da infra-estrutura rodoferroviária, de 1940 a 1973, proporcionando forte ligação entre São Paulo e o Norte do Paraná.



Cf. Maria C.N. LINARDI. *Pioneirismo e Modernidade: a urbanização de Londrina - PR*, p. 193.

2.4 A compra da CTNP por capitalistas brasileiros e a diversificação de investimentos da empresa

Em 1944, durante a II Guerra Mundial, a CTNP foi comprada por empresários paulistas. De acordo com MONBEIG (1984, p. 239-240), a partir do final da década de trinta, o governo nacionalista de Getúlio Vargas tomou medidas que dificultaram a saída dos lucros provenientes de investimentos feitos no Brasil por estrangeiros, controlando a saída de capitais e tributando pesadamente esse tipo de ganho. Essas seriam as razões que levaram à venda da CTNP para um grupo de empresários de São Paulo.

As ações foram adquiridas pelos grupos de Gastão Vidigal (fundador do Banco Mercantil de São Paulo), Gastão de Mesquita Filho, Arthur Bernardes Filho e Irmãos Soares Sampaio. Posteriormente, os dois últimos grupos venderam a sua parte das ações para os grupos Sulamérica e Matarazzo, os quais, por sua vez, também venderam mais tarde aos dois grupos fundadores, Vidigal e Mesquita, a parcela acionária que haviam comprado, sendo que Olavo Egydio de Souza Aranha Filho, do Banco Mercantil de São Paulo, assumiu 10% da transação.(CMNP, 1975, p.99).

A transação envolvendo a negociação da Companhia revela um emaranhado de interesses, indicando a existência de uma complexidade maior do que é possível perceber numa primeira análise.

A compra da empresa por um grupo de capitalistas brasileiros, ligados ao setor financeiro, torna evidente a estreita ligação entre o sistema financeiro, a indústria e a venda de terras, tornando-se simplismo considerar a CTNP/CMNP apenas um agente fundiário, com ações e objetivos distintos do agente financeiro ou industrial. Essa pluralidade quanto à constituição dessa empresa será abordada a seguir.

Ainda no ano de 1944, a estrada de ferro pertencente à empresa, cujos trilhos já chegavam na época até Apucarana, foi comprada pelo Governo Federal, uma exigência do governo Vargas para que fosse sancionado o negócio entre os capitalistas paulistas e ingleses.

Os novos proprietários da Companhia Colonizadora, inicialmente, perseguiram a busca do ganho através da venda de mais terras adquiridas junto ao governo, sendo que, em 1950, foi comprada a Gleba Umuarama, contando com aproximadamente 30 mil alqueires.

Ainda durante a década de cinquenta, os proprietários entraram em negociação com o governador Moisés Lupion, com o intuito de comprar mais 100 mil alqueires de área extensiva às suas terras. Para que a venda fosse efetivada, era necessária a permissão fornecida pelo Senado Federal, o que atrasou as negociações. Muitos posseiros e mesmo portadores de títulos do estado se fixaram nas terras pleiteadas pela CTNP, fazendo com que a diretoria da empresa desistisse do negócio e usasse o capital, inicialmente destinado a comprar mais terras, como investimento em diversos empreendimentos industriais.

Nos anos cinquenta, a Colonizadora assumiu o controle acionário da Empresa Elétrica de Londrina (fornecedora de energia elétrica para Londrina e outras cidades próximas). Comprou a Cia. Agrícola Usina de Jacarezinho - produtora de açúcar. Constituiu a Cia. Cimento Portland Maringá. Tornou-se, ainda, a acionista majoritária das empresas: Cobrasma - Comp. Bras. Materiais Ferroviários; A Marítima - Cia. Seguros Gerais; Fornasa - Forjas Nacionais (produtora de tubos galvanizados) e Braseixos- produtora de peças forjadas.⁷

Esses investimentos marcaram uma nova fase no perfil empresarial da Companhia, que diversificou suas atividades, não estando mais limitada exclusivamente à venda de terras. O nome da empresa foi alterado, no ano de 1951, para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP. Essa diversificação de investimentos da empresa, feita com o capital acumulado através do projeto imobiliário, foi resultado da percepção, por parte do grupo empresarial, da necessidade de se fazer novos investimentos em outros setores, até porque a maior parte das terras já havia sido negociada. Dentro dessa nova fase empresarial da CMNP, aproveitando-se dos altos preços do café no mercado, parte dos investimentos é conduzida para a estruturação dos "projetos agropecuários", reservando-se grandes fazendas para o cultivo do café, além da criação de gado.

⁷ CERTEZA de lucro e garantia do direito de propriedade colonizaram o Norte do Paraná. *O Estado de São Paulo*, 15 jan. 1965. Publicidade, p.7.

Essa estratégia empresarial pode ser identificada através da entrevista concedida à Revista GEOSUL (1994, p. 146), pelo professor José P. Queiroz Neto, que oferece o seguinte depoimento: “Fui contratado pela Companhia de Terras [CMNP, no ano de 1953] que até então só vendera lotes e projetava cidades, e que resolvera montar um programa de instalação de fazendas de gado e de café. Eu fui contratado para cuidar justamente da parte do café, que começava de modo bastante tímido em comparação com a imensidão de terras que eles possuíam.”

É possível formar um quadro demonstrativo das atividades mais recentes da CMNP, até o ano de 1985, partindo de dados divulgados pela mesma em um encarte comemorativo dos sessenta anos de atuação.

Até esse ano de 1985, a Companhia dispunha de inúmeras fazendas de grande extensão, localizadas em diversos pontos da região, conforme a tabela seguinte:

TABELA 1.1- PROPRIEDADES AGRÍCOLAS PERTENCENTES À CMNP - 1985⁸

Fazenda	extensão em ha	Município
Água do Índio	15.399,89	Cianorte
Zona 5	396,65	Cianorte
Mururê e St ^a Terezinha	2.933,40	Terra Boa
Jussara	3.899,11	Jussara
Andirá	1.369,36	Andirá
Tuneira	1.117,95	Tuneira d'Oeste
Tucano	2.316,18	Tapejara
Ipiranga	1.442,32	Paranacity
Fartura	1.663,75	Paranacity
Guanabara	7.172,71	Paranapoema
Pitanga	820,86	Uniflor
S. Francisco	1.816,00	Jacarezinho
Ivaí	2.227,68	não foi possível identificar o Mun.
Lagoa	8.908,26	não foi possível identificar o Mun.

Fonte: CMNP, 1925-1985: 60 anos de boa companhia, [S.l.:s.n.], 1985. Org. Edson S. Dias.

⁸ O quadro é incompleto, pois existiam outras fazendas não mencionadas no encarte. Também é necessário acrescentar que as empresas pertencentes ao grupo não se esgotam no exposto, que apenas indica algumas das atividades da empresa que foram possíveis levantar.

Além dessas propriedades, a empresa possuía, até aquele ano de 1985: um rebanho bovino de 52.779 cabeças de gado, uma Olaria localizada às margens do rio Ivaí, a posse da Destilaria Melhoramentos, no Município de Jussara, funcionando desde 1983, resultado de um investimento de dez milhões de dólares, contando ainda com a produção de cana e reflorestamento, além de uma Unidade de Beneficiamento de Sementes, instalada em 1971, no Município de Cianorte.(CMNP, 1985).

Não é possível informar o grau de alteração, nos dados numéricos, ocorridos no desenvolvimento dessas atividades, ao longo dos anos posteriores a 1985. No entanto, a partir das entrevistas coletadas para esta pesquisa, constatamos a manutenção da empresa nas mesmas atividades.

Não menos importante, é frisar que a CMNP ainda faz parte, desde o momento que passou para as mãos dos empresários brasileiros, do mesmo grupo do Banco Mercantil de São Paulo.

3. A ocupação do Norte e Noroeste paranaense: uma relação de dupla expropriação - do Homem e da Natureza

Quanto à colonização do norte e noroeste paranaense, planejada pela empresa colonizadora, tanto na sua fase enquanto CTNP (1925-1950), quanto como CMNP (1951-...), a característica marcante foi a rápida ocupação populacional dessa região. Como consequência desse afluxo, houve o desenvolvimento de diversos núcleos urbanos inicialmente planejados pela Companhia, alguns dos quais ganharam notoriedade no estado, além da construção de uma rede rodo-ferroviária cortando o espigão, e a plantação em larga escala, principalmente do café, nos terrenos recém-ocupados.

Conforme avançava a frente de colonização, dirigida pela Companhia e impulsionada pela cafeicultura, ocorria uma relação de dupla expropriação, aquela ligada aos homens que já ocupavam essa região, antes da implantação do projeto da CTNP, e a expropriação da natureza, que se deu de forma avassaladora no Norte do Paraná.

É difícil avaliar quantos e quem eram os habitantes que ocupavam o norte do estado antes da interferência da Companhia. Inclusive, em nossa pesquisa, não encontramos referências esclarecedoras sobre o assunto e, possivelmente, é a própria CTNP/CMNP que dispõe de informações para auxiliar na elucidação dessas questões. Mas, o que se percebe, na análise da maioria dos trabalhos escritos sobre a colonização do Norte do Paraná, é a condição da Companhia, tomada como o elemento civilizador de uma vasta área recoberta de mata, omitindo qualquer informação sobre os grupos indígenas e as pequenas comunidades de agricultores da região.

Quanto à região próxima de Cianorte, uma informação valiosa refere-se aos índios que residiam nas proximidades, como relata CIOFFI (1995, p.39): “Esta pequena nação, perto de 4.000 membros, conhecida como XETÁ, sobreviveu na área por quase três séculos, sendo obrigada a recuar com o desbravamento da área em 1955 e a conseqüente invasão dos cafezais.”

É clara a omissão do Estado, permitindo a completa desorganização dessa nação indígena e o seu desaparecimento, mas não é menos evidente a responsabilidade da CMNP nesse processo. Deve-se deixar explícito a impossibilidade documental de afirmar que houve qualquer ação, por parte da empresa, resultante na eliminação física desses índios, porém, dados os poderes que a Companhia dispunha nas terras compradas e o interesse em deslocar qualquer obstáculo colocado no desenvolvimento do seu empreendimento, essa empresa tratou de desembaraçar-se daquilo que avaliava como empecilho.

Além dos índios, havia pequenas comunidades isoladas na região próxima a Cianorte, dedicadas a uma agricultura elementar de subsistência. Essas comunidades de “caboclos” enquadravam-se na mesma situação dos índios, junto à Companhia, de “intrusos” em suas terras.

Contribuição por demais relevante para lançar maiores esclarecimentos sobre o que estamos apresentando, é encontrada em algumas passagens da entrevista que nos foi concedida no ano de 1997, pelo senhor Celso Antonio Broetto, contratado pela CMNP para fazer um levantamento junto aos índios Xetás.

O meu trabalho era tentar a aproximação com eles [os índios Xetás], fazer contato, e tentar convencê-los a ir para outras áreas que a Companhia oferecia [...] Ela [A Companhia] botou eles numa terra que era tida como terra de ninguém, era uma terra devoluta, de propriedade do Estado.

Assim como os índios, as pequenas comunidades isoladas de agricultores também deveriam ser deslocadas para outras terras. Referindo-se a um desses grupos, localizado entre Japurá e o rio Ivaí, o senhor Celso Antonio Broetto relata:

Era uma verdadeira cidadezinha, era uma vila. Então, eu e a equipe fizemos contato, e a gente conseguiu gradativamente tirá-los dali e jogá-los lá para frente, para a Serra de Dourados, que ainda era terra devoluta. **Foi com presentes, com conversa, com ameaça também, com estratégias que a Companhia adotava, eles foram jogados já para frente.** Eram mais de trezentas pessoas, entre velhos, mulheres, crianças, famílias inteiras.[grifo nosso]

Essa passagem evidencia muito bem o processo de expropriação que atingiu o homem residente nessa região antes da chegada da Companhia. A empresa utilizava de “estratégias”, como as expostas acima, para conseguir retirar aqueles que poderiam dificultar a implantação do seu projeto imobiliário. Dessa maneira, as comunidades que ocupavam uma parte do grande território comprado pela CMNP, viram-se na situação de “intrusos” na propriedade particular da empresa, tendo que ser deslocados para terras devolutas, onde o “problema” tornava-se do Estado.

3.1 O vilipêndio dos elementos naturais no processo de ocupação do Norte do Paraná

Outro processo de expropriação que merece menção, e encontra-se vinculado ao primeiro, é aquele relacionado à natureza.

O rápido e intenso desmatamento que acompanhou toda a fase de colonização do Norte do Paraná, não deixa a dever em nenhum sentido à forma predatória de ocupação recente da região norte do país, motivo de denúncias de

diversas entidades ambientais nacionais e internacionais. Constatase, em todo o estado do Paraná, uma progressão acelerada do desmatamento, conforme pode ser observada pela tabela seguinte.

**TABELA 1.2 - PROGRESSÃO DO DESMATAMENTO
NO ESTADO DO PARANÁ - 1912 - 1990**

ANO	Cobertura florestal (%)
1912	83,37
1930	65,13
1937	59,58
1950	40,30
1955	34,90
1960	28,09
1965	24,30
1980	17,20
1985	8,31
1990	7,59

FONTE: Relatório Fundação S.O.S. Mata Atlântica. (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais- INPE, 1993.)

Obs. Estes dados foram obtidos de formas diversas e portanto é difícil compará-los precisamente, mas representam estimativas muito úteis para uma análise histórica do processo de desmatamento que vem ocorrendo no Paraná.

Antes do início do projeto imobiliário da CTNP, uma parcela considerável do norte do estado do Paraná ainda era recoberta pela mata nativa: em 1920 a área ocupada por florestas nessa região era de 47,9%, e os cafezais ocupavam somente 5,7% de extensão da área. (CANCIAN, 1981, p. 61).

No norte do estado predominava a mata do tipo pluvial-tropical, sustentada pelos férteis solos de terra-roxa resultantes da decomposição das lavas básicas da camada de "trapp". A exuberância desse tipo de mata pode ser constatada pela existência de perobas (*Aspidosperma polyneuron* Muell. Arg.) que atingiam 40 metros de altura por 1,20 metro de diâmetro.

O geógrafo alemão Reinhard Maack foi um defensor da necessidade de manter áreas de preservação florestal e conter o rápido desmatamento, que

fatalmente traria problemas ambientais e econômicos futuros, denunciando o devastamento da floresta no momento em que ele acontecia. A dimensão do problema é exposta pelo ambientalista e pesquisador MAACK (1981, p. 233), ainda nos seus estudos da década de cinqüenta:

Para quem muito viaja no interior do Paraná, nada é tão impressionante, nada tão comovedor como o rápido desaparecimento de nossas matas que não corresponde ao aumento da população.[...] Enquanto a população em 18 anos sofreu acréscimo de cerca [sic] de 26,8%, no mesmo tempo, segundo minhas verificações, foram destruídos 35% das matas então existentes. Considerando-se o fato de que o principal acréscimo dá-se na população urbana e não na rural, as porcentagens acima referidas assumem uma importância especial.

Desnecessário destacar que essa devastação não se limitou ao Norte do Paraná, mas fazia parte de um contexto maior ligado à incorporação de novas terras ao processo de acumulação capitalista, materializado na expansão da cafeicultura. Essa atividade agrícola aproveitava-se das grandes extensões de terra disponíveis no país, e após exaurido o solo com a monocultura, partia-se em busca de mais terras, derrubava-se a mata e plantava-se o café, até cair a produtividade e o ciclo recomeçar.

É insuficiente criticar a ação descuidada dos cafeicultores. Como avalia PRADO JR. (1987, p. 27-28), por muito tempo os produtores não vislumbravam motivos para investir na recuperação do solo, pois, enquanto houvessem terras virgens disponíveis, era preferível esgotar a terra com um tipo de cultura extensiva, caracterizando a itinerância da cafeicultura.

Nas terras da Companhia, a situação não se mostrou muito diversa, quanto ao aspecto abordado. A empresa, dotada de considerável autonomia em relação ao Estado, e eficiente materializadora do cumprimento dos seus planos, quando do seu interesse, endereça a responsabilidade ambiental para o governo, limitando-se a propagar que: "Nossos contratos contém o compromisso do comprador reservar dez por cento da área em mata virgem. Urgem providências das autoridades para o fiel cumprimento do Código Florestal a fim de evitar a excessiva devastação das florestas." (CMNP, 1956, p. 14).

Em nossa avaliação, a empresa visava, com esse compromisso legal, eximir-se de qualquer responsabilidade sobre a expropriação da natureza que estava em curso em suas terras. No entanto, se a Companhia exalta os empreendimentos que desenvolveu e trouxeram progresso para a região, por coerência deveria também assumir as suas ações, ou no mínimo, conivências, as quais, juntamente com as omissões do Estado, resultaram em uma situação que aponta o Norte do Paraná como região com um dos menores índices de mata nativa preservada do Brasil.

Mesmo não sendo nosso objetivo o aprofundamento desta discussão, acreditamos que qualquer apresentação concernente à colonização do Norte do Paraná que não faça alguma referência sobre essas questões, relacionadas a essa dupla expropriação que se procedeu na região, do homem e da natureza, revela uma omissão, tão comum em grande parte dos trabalhos que versam sobre a colonização dessa região.

3.2 O encaminhamento para uma colonização planejada

Conforme o plano de ação organizado pela Companhia, havia três atividades principais a serem desenvolvidas, sendo:

- 1ª) **colonização** destinada à produção agrícola, através do loteamento das terras, onde optou-se pela divisão em pequenas propriedades agrícolas;
- 2ª) **construção de estradas** para possibilitar o escoamento da produção agrícola e a ligação com os núcleos de povoamento;
- 3ª) **implantação de núcleos urbanos** que, entre outras funções, serviriam como pólos irradiadores do empreendimento.

Quanto à implantação dos núcleos urbanos, em 1932 já chegavam grandes grupos de compradores de terras a Londrina. Eram alemães, italianos, japoneses e brasileiros, sendo que esses últimos vinham, principalmente, de Minas Gerais e São Paulo. Londrina, cidade então em formação, seria o posto avançado onde a Companhia abriria seu escritório e administraria o processo de ocupação de suas terras.

Para compreender como se deu a incorporação dessa parte do Norte do Paraná à economia nacional, é necessário levar em conta a importância que teve o plantio do café nessa área, enquanto cultura principal que substituiu a mata nativa, conforme já foi apresentado anteriormente.

Para podermos melhor avaliar o que significou esse projeto de colonização, convém lembrar que o Norte do Paraná tinha uma população que, em 1920, representava 12,1% da população total do estado; já em 1960 essa cifra havia elevado-se para 49,3% da população total. (LUZ, 1980, p. 98-99).

A criação de novos municípios dava-se rapidamente, nessa porção do estado. Em poucas décadas a configuração norte-paranaense destacava-se pelo emaranhado das divisões municipais, demonstrando que toda uma rede urbana tinha se estruturado nessa região, numa fração de tempo relativamente curta, como é demonstrado pela FIGURA 1.3.

Mas os dados mais significativos referentes a esse empreendimento são os apresentados pela própria COMPANHIA (1975, p. 133):

No total,[os dados que seguem referem-se até o ano de 1975] a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná colonizou uma área correspondente a 546.078 alqueires de terras, ou 1.321.499 hectares, ou ainda cerca de 13.166 quilômetros quadrados. Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área variável entre 5 e 30 alqueires, e cerca de 70.000 datas urbanas com média de 500 metros quadrados.

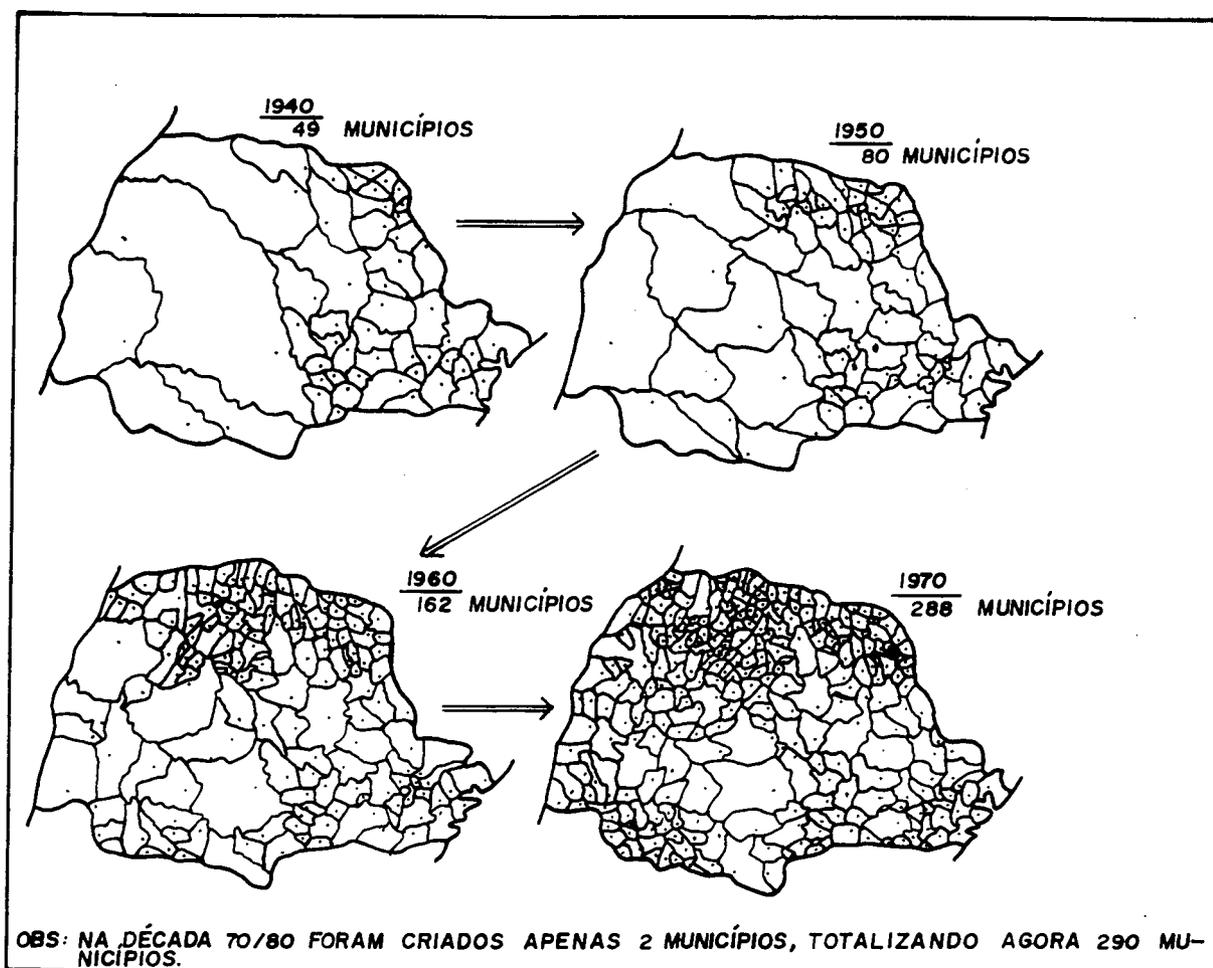
Com relação às cidades planejadas pela Companhia, havia a pretensão de formar toda uma rede urbana hierarquizada, onde as cidades apresentariam um plano urbanístico com as seguintes características:

Os núcleos básicos da colonização foram estabelecidos progressivamente, distanciados cerca de 100 quilômetros uns dos outros, na seguinte ordem: Londrina [fundada em 1930], Maringá [1947], Cianorte [1953] e Umuarama [1955]. São cidades planejadas nos mínimos detalhes para se transformarem em grandes metrópoles. Por entre esses núcleos urbanos principais, fundaram-se, de 15 em 15 quilômetros, pequenos patrimônios, cidades bem menores cuja finalidade é servir como centro de abastecimento para a numerosa população rural.(CMNP, 1975, p. 133).

Alguns desses patrimônios planejados tornaram-se cidades com certo destaque na região norte-paranaense, como por exemplo Apucarana.

FIGURA 1.3

PARANÁ: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS - 1940-1970



Cf. Marcos ALEGRE; Dalton A. MORO. *Boletim de Geografia*. n. 1. 1986. p. 43

No que concerne às cidades planejadas para serem "grandes metrópoles" constata-se a ênfase propagandista da empresa, sem com isso desconsiderarmos a importância política e econômica, enquanto centros de influência regional, das cidades de Maringá e, principalmente, Londrina. Porém, as cidades de Cianorte e Umuarama têm um papel mais modesto no contexto econômico do norte e noroeste paranaense. Trata-se de um processo de diferenciação entre as cidades, que vão se organizando dentro de composições econômicas e políticas particulares.

Naturalmente, não se pode ter o controle completo do desenvolvimento de toda uma rede urbana hierarquizada via planejamento centralizado, ainda mais considerando-se as vicissitudes de uma economia de mercado que tem sua dinâmica própria. Não deve ser desconsiderada, também, a ação do Estado, como elemento que vai proporcionar os meios de consumo coletivo, criando muitas vezes as condições necessárias para a produção econômica, interferindo através da liberação de recursos, legislação e interesses políticos.

Mesmo a Companhia planejadora certamente levava em conta a influência desses fatores no processo de organização da área por ela inicialmente controlada, apesar de apresentar seu projeto de maneira otimista quanto ao encaminhamento ligado à forma original.

3.3 A busca da acumulação de Capital através da ocupação dirigida

Na implantação do seu projeto imobiliário, a CMNP optou pela venda de lotes rurais de pequenas dimensões⁹. Em nossa avaliação, essa estratégia permitia à empresa obter mais lucros com cada lote vendido, além desse sistema ter sido necessário para atrair um grande número de pessoas para povoar essa região, estando dentro dos planos ligados, também, à urbanização.

Essa estratégia também foi utilizada para construir uma imagem da empresa, voltada para a resolução de questões sociais, incorporando discursos altamente ideologizados como: “E assim a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária.” (CMNP, 1975, p. 151).

Dessa maneira, a empresa procurava passar uma impressão de benfeitora social, omitindo as vantagens que essa estratégia representava, bem como nada mencionava sobre o seu lucro que era líquido e certo, já que os riscos estavam nas mãos dos compradores.

⁹ O tamanho médio das propriedades rurais era de 10 a 15 alqueires paulistas (2,42 ha), sendo poucas as propriedades vendidas que possuíam área maior que 50 alqueires. (LUZ, 1980, p. 130).

Esta questão é discutida por MONBEIG (1957, p. 116), quando declara que a divisão em pequenas propriedades, feitas pelas grandes companhias colonizadoras, no Norte do Paraná, é resultado da avaliação das necessidades e possibilidades da clientela. Essa, constituía-se, então, por famílias de recursos modestos, possuidoras de um pecúlio mínimo para dar de entrada na compra da propriedade e obtendo o restante do recurso para o pagamento das prestações, através das colheitas de café, cuja parte do valor obtido transformava-se em renda adquirida pela CMNP, na sua busca de acumulação de capital.

Outra informação, não menos importante para que possamos compreender a dimensão tomada por esse empreendimento de colonização no norte e noroeste do Paraná, diz respeito aos baixíssimos preços conferidos às terras pelo governo do Estado quando negociou com a Companhia.

Esse investimento reverteu-se em lucros fabulosos para seus financiadores, pois se o retorno já era considerável com a venda dos lotes rurais, no caso dos lotes urbanos esses mostraram-se extremamente mais vantajosos. Sobre os superlucros obtidos pela Companhia nessa operação, podemos acompanhar a avaliação de ESTRADA (1961, p. 55), quando relata que o governo paranaense, em 1925:

... vendeu à Companhia de Terras Norte do Paraná, por OITO MIL RÉIS o hectare, ou seja, em números redondos e na moeda atual,[o autor aqui está se referindo ao ano de 1961] VINTE CRUZEIROS (CR\$ 20,00) o alqueire.*

Sabendo-se que um alqueire paulista comporta trinta e cinco datas **, temos que o custo de cada data, para a Companhia de Terras, foi de SESSENTA CENTAVOS (CR\$ 0,60).

Parece claro que, vendendo essas datas, em média, a CEM MIL CRUZEIROS cada uma, o que representa, aproximadamente, duzentas mil vêzes[sic] mais o preço do custo, deva ter obtido um lucro "razoável"...

Atualmente, já transcorridos cerca de setenta anos desde a fundação da empresa, a CMNP apresenta alterações nos seus objetivos e investimentos, bem como perfil empresarial, acompanhando a dinâmica da

* Escritura lavrada às fls. 49 - Liv. 1-Tab. 3º Of. - Curitiba - em 16/10/1925.

** "DATA" é um terreno de 13/40 Mts² = 520 m².

economia nacional e mundial. Mas, ainda possui muitas propriedades no meio rural e urbano de alguns municípios que fizeram parte do seu projeto inicial de colonização.

Um caso interessante da atuação marcante da Companhia, ainda nos dias de hoje, é o Município de Cianorte.

A Companhia ainda detém grandes fazendas no município, bem como um "cinturão verde" que envolve a área urbanizada como um anel; mesmo dentro do perímetro urbano, muitas datas ainda pertencem à empresa. Referindo-se a Cianorte, FACHINI (1987, p. 79-80) declara que "Os poderes públicos exerceram funções administrativas, mas na realidade quem efetuou o arranjo desse espaço foi a Companhia colonizadora pioneira."

O nome Cianorte deu-se em alusão à Companhia. A cidade não teve a expansão econômica e populacional esperada pela CMNP¹⁰, expansão essa que, caso concretizada, reverter-se-ia certamente em maiores lucros para a empresa que ficou com a propriedade de tantos terrenos à espera de momentos oportunos para colocá-los à venda. Por isso, a Companhia, usando do seu direito de propriedade, sempre interferiu na organização espacial urbana dessa cidade que estava entre seus planos de ser uma das "grandes metrópoles" da região norte-noroeste paranaense.

¹⁰ O município de Cianorte conta, atualmente, com uma população aproximada de 52.430 habitantes. BRASIL, IBGE - **Contagem da População/1996 - Dados Preliminares - Paraná.**

CAPÍTULO 2

- INSERÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

1. O Município de Cianorte no contexto regional

O **Município de Cianorte**, fundado em 1953 e elevado a município em 1955, localiza-se na Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense, fazendo parte da bacia do rio Ivaí, distante 80 Km da cidade de Maringá, como pode ser observado através da FIGURA 2.1.

Cianorte é classificado pelo IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1977, p. 485), como **Centro Sub-Regional**. De acordo com a ordenação adotada pelo IPARDES, quanto à classificação dos **centros e funções**¹ urbanas dos municípios paranaenses, selecionamos o seguinte panorama:

¹ Hierarquia de **Funções urbanas**: “O maior valor na escala de graduação é atribuído ao município com maior diversidade de funções urbanas.” Hierarquia dos **Centros urbanos**: “Os centros urbanos são hierarquizados pela diversidade de presença e grau de distribuição de bens e serviços.” IPARDES, **Indicadores Analíticos**. Curitiba: 1994.

TABELA 2.1 - POSIÇÃO NA ESCALA DE GRADUAÇÃO DA HIERARQUIA DOS CENTROS E DAS FUNÇÕES URBANAS - MUNICÍPIOS DO PARANÁ: 1987/1991

MUNICÍPIOS	Hierarquia centros	Hierarquia funções
	1987	1989
Cianorte*	3	3
C.Gaúcha*	2	2
Guaporema*	1	1
Indianópolis*	1	1
Japurá*	1	1
Jussara*	1	1
Rondon*	2	1
S.Tomé*	1	1
Tapejara*	1	2
Tun.d'Oeste*	1	1
Paranavaí	4	4
Umuarama	4	4
Campo Mourão	3	4
Maringá	4	4
Londrina	44	4
Curitiba	444	4

Fonte: IPARDES -

Org. IPARDES - Indicadores Analíticos. Curitiba, 1994, p. 5-14

* Município que faz parte da Microrregião Geográfica de Cianorte. (Ver figura 2.1, p. 53)

-Hierarquia dos centros:

- 444- Metrópole
- 44- Centro Submetropolitano
- 4- Capital Regional
- 3- Centro sub-regional
- 2- Centro de zona
- 1- Município subordinado

- Hierarquia das funções:

- 4- Maior diversidade de funções
- 3- Diversidade intermediária superior
- 2- Diversidade intermediária inferior
- 1- Menor diversidade de funções

Como Centro Sub-Regional, Cianorte constitui-se num pólo centralizador de atividades junto aos municípios vizinhos que fazem parte da **Microrregião Geográfica de Cianorte**, sendo referência, num primeiro momento, para a procura de comércio e serviços não oferecidos nos aglomerados urbanos menores, formando um mercado regional de consumo.

Os Municípios de Paranavaí, Umuarama, Maringá e Campo Mourão foram selecionados para constar na tabela, pelo fato de serem municípios apontados como **Capitais Regionais**, no caso dos três primeiros, ou **Centro Sub-Regional**, o último, com maior diversidade de funções, encontrando-se nas proximidades do Município de Cianorte, como se constata pela FIGURA 2.1. Londrina, enquanto **Centro Submetropolitano**, é referência para todo o norte e

noroeste paranaense, chegando mesmo a extrapolar a fronteira paranaense. Vários municípios paulistas procuram os serviços existentes em Londrina, sobretudo seus médicos especialistas e suas escolas de nível superior (IBGE, 1977, p. 507). Curitiba, na qualidade de capital político-administrativa e centro econômico de papel relevante em todo o estado, está no topo da classificação como **Metrópole**.

Pelos dados apresentados no QUADRO 2.1, concernentes à população, constatamos que os municípios selecionados, sem exceção alguma, apresentam uma linha decrescente quanto ao número de sua população rural no período de 1950 a 1991, ao mesmo tempo que a população urbana ganha destaque. Trata-se de um reflexo direto do conjunto de transformações econômicas e políticas que atingiam o país, especialmente nas décadas de sessenta e setenta, estando associado, no Paraná, ao período da **Modernização Agrícola**, marcado pelo fenômeno do êxodo rural.

Os números mais recentes sobre a população total do Município de Cianorte, divulgados no ano de 1996, apontam para um crescimento populacional de 3,43% no período de 1991 a 1996. Esse crescimento mostra-se superior à média do estado no mesmo período (1,24%), e próximo dos índices alcançados por Londrina e Maringá (2,76% e 3,15% respectivamente).

Esses dados indicam que Cianorte acompanha a tendência regional, quanto à população dos municípios que são apresentados pelo IBGE como referências (hierarquia dos centros e funções urbanas), nas regiões Norte e Noroeste do estado.²

² Os dados específicos sobre a cidade de Cianorte serão retomados para análise no próximo capítulo, quando apresentaremos também a evolução da malha urbana.

Paraná

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS
que compõem o Norte e
Noroeste do estado

LEGENDA

-  103. Norte Pioneiro Paranaense
-  102. Norte Central Paranaense
-  101. Centro Ocidental Paranaense
-  100. Noroeste Paranaense
-  415. Microrregião Geográfica de Cianorte

MARINGÁ Municípios selecionados para
comparação com o
Município de Cianorte

Base: Mapa do estado do Paraná - ITCF/90
Fontes: IBGE - Boletim de Serviço No. 1763/89
Organização: Edson dos Santos Dias/97

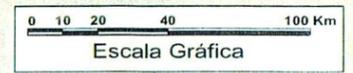
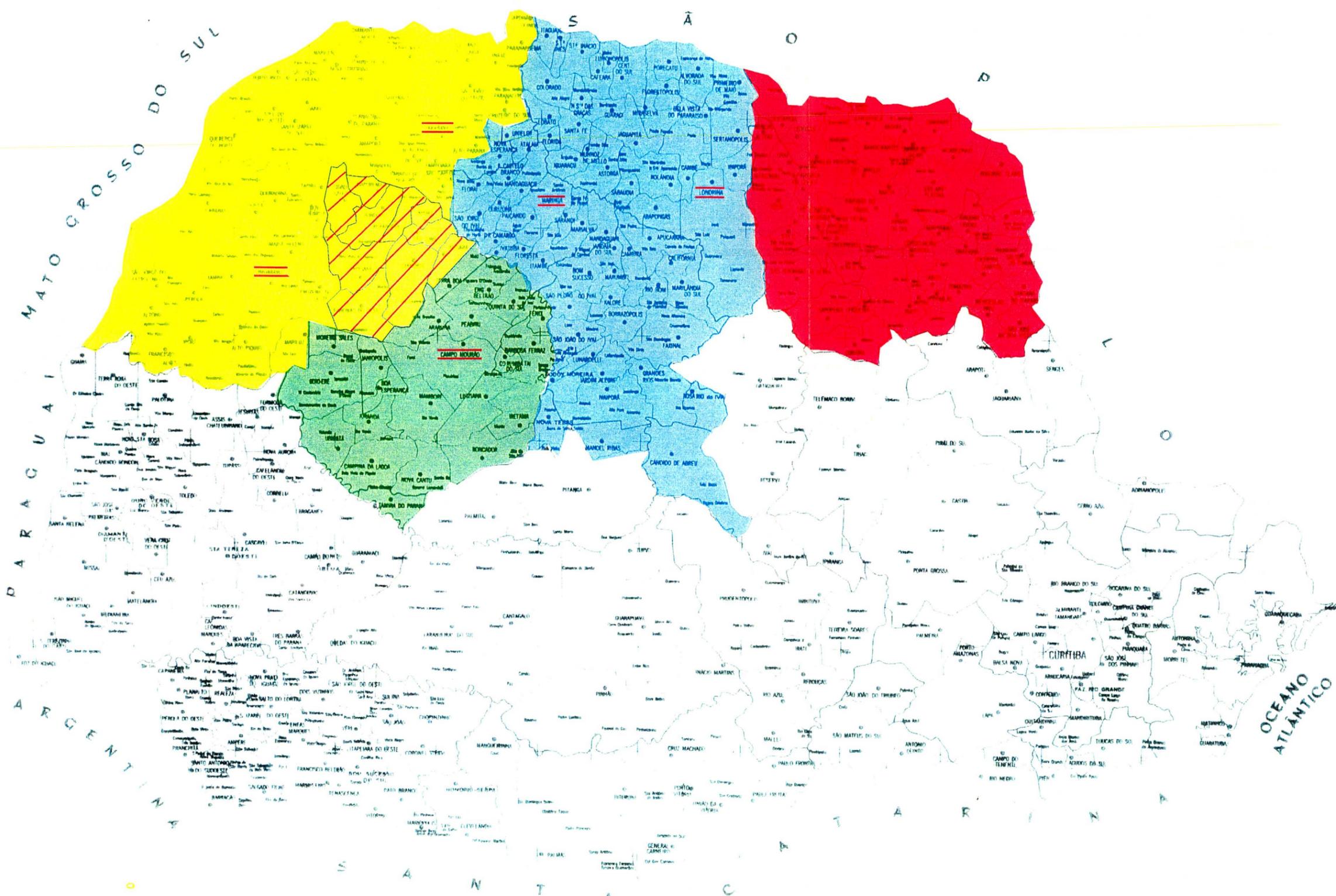


Figura 2.1



QUADRO 2.1

- Taxa de crescimento anual da população rural, urbana e total (%) - 1950 a 1996.

		1949/59			1959-1970			1970-1980			1980/91			1991/96**
Intervalo		10 anos		11 anos			10 anos			11 anos		5 anos		
CIDADES	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	TOTAL	
Cianorte*	----	----	----	17,24	-1,19	3,67	1,99	-3,65	-0,56	2,26	-6,10	-0,13	3,43%	
C.Gaúcha*	----	----	----	8,65	-1,32	0,17	3,46	-8,83	-4,49	3,93	-6,26	0,25	1,60	
Guapor.*	----	----	----	4,83	-2,60	-1,85	0,62	-10,06	-7,63	1,61	-3,64	-1,49	-1,15	
Indianóp.*	----	----	----	----	----	----	5,36	-5,37	-2,83	1,99	-3,78	-1,34	2,57	
Japurá*	----	----	----	----	----	----	1,73	-3,36	-2,06	2,42	-5,53	-2,31	-1,04	
Jussara*	----	----	----	8,85	0,85	2,19	1,58	-10,35	-6,11	4,36	-6,63	0,50	0,14	
Rondon*	----	----	----	8,78	1,00	1,88	-1,04	-6,15	-5,13	2,54	-7,02	-3,64	-0,99	
S.Tomé*	----	----	----	----	----	----	2,97	-1,95	-0,81	2,27	-6,22	-3,01	-0,39	
Tapejara*	----	----	----	----	----	----	5,25	-7,66	-3,27	3,73	-5,38	0,25	3,74	
T.d'Oeste*	----	----	----	----	----	----	2,98	-5,32	-3,30	4,06	-1,99	0,46	6,02	
Paranavaí	28,0	-6,34	3,04	4,90	-2,85	2,75	3,45	-5,13	2,23	1,34	-5,15	0,90	2,69	
Umuarama	----	----	----	15,31	6,99	10,01	5,86	-12,66	-0,34	2,81	-3,18	2,12	3,31	
C.Mourão	25,2	-10,51	-5,62	11,68	8,97	10,21	5,66	-10,01	0,32	3,88	-4,25	2,88	0,94	
Maringá	19,2	2,60	7,92	1,84	-9,92	-2,25	11,85	-8,13	9,77	3,29	-3,47	3,12	3,15	
Londrina	8,4	1,52	6,14	7,02	-4,80	5,08	5,13	-5,96	4,51	2,96	-3,98	2,81	2,76	
PARANÁ	9,7	6,39	7,29	5,94	3,76	4,48	5,97	-3,32	0,97	3,01	-3,03	0,93	1,24	

Fonte: IBGE. Censos Demográficos - Paraná: 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Org. Edson S. Dias.

* Município que faz parte da Microrregião Geográfica de Cianorte

** Censo Demográfico - 1996. Paraná - dados preliminares. IBGE - Deptº Regional Sul. Obs. A apresentação dos dados populacionais de 1996, segundo o domicílio, ainda não se encontravam disponíveis nesse documento.

Quanto à localização regional no Norte e Noroeste do estado, Cianorte encontra-se no centro de um quadrado imaginário, formado pela ligação entre as cidades de Paranavaí, Umuarama, Campo Mourão e Maringá (ver FIGURA 2.1), todas apresentando uma população e diversificação de funções mais elevadas. Nesse contexto, delineia-se uma análise a partir da divisão territorial do trabalho, conforme as possibilidades mais vantajosas para o Capital.

No entanto, atribuir exclusivamente à posição geográfica ocupada pela cidade de Cianorte, as causas definitivas do seu desenvolvimento ou não desenvolvimento, seria, no mínimo, precipitado. É preciso cautela nessas abordagens, pois, se a localização pode trazer alguma luz à explicação do processo, muitos outros fatores devem ser considerados em conjunto. Por conta da necessidade de considerar outros fatores, procedemos a um resgate histórico-econômico de Cianorte, periodizando o mesmo em três fases que têm seus marcos bem definidos, como prossegue.

2. A relevância da cafeicultura no início da ocupação de Cianorte

As primeiras iniciativas para a construção da cidade de Cianorte ocorreram no ano de 1953, conforme divulgação na imprensa escrita de Maringá. Tratava-se de mais um capítulo na jornada de ocupação, demarcação e venda das terras pertencentes à Cia. Colonizadora que já possuía nova denominação - Cia. Melhoramentos Norte do Paraná-CMNP.

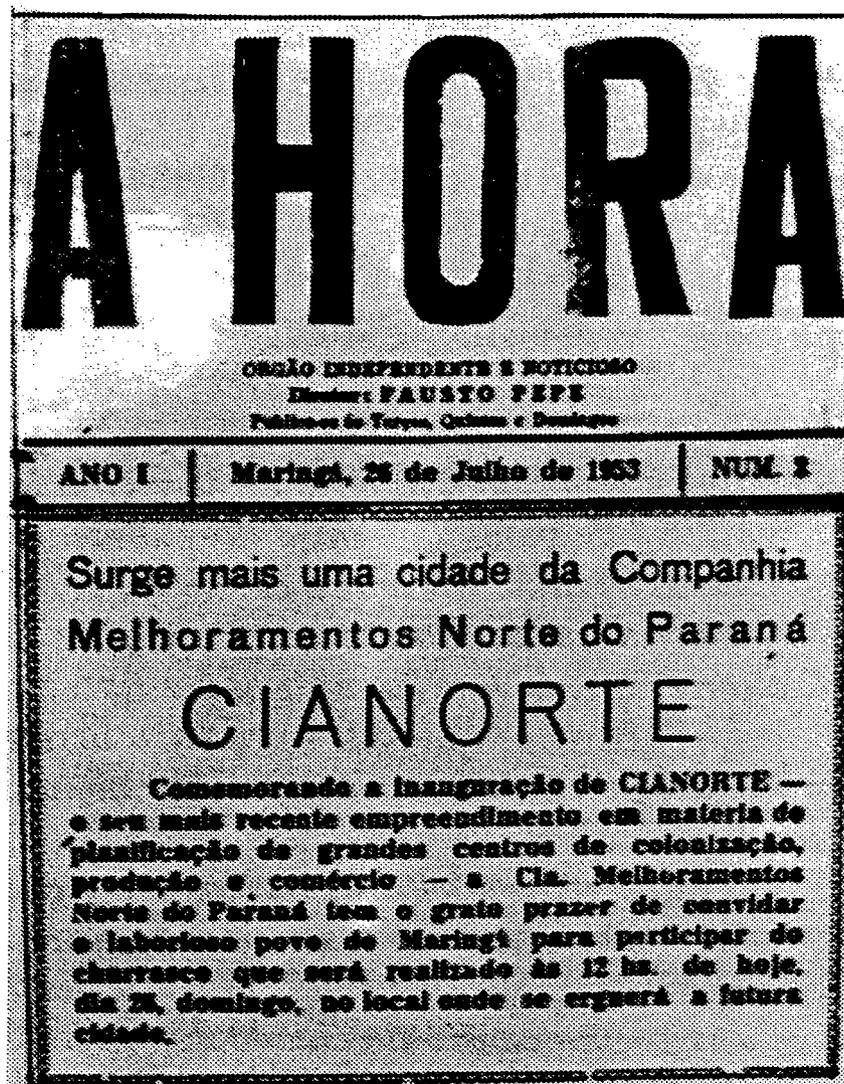
Essa ocupação acompanhava a expansão da **atividade cafeeira** que, de longe, destacava-se como ponta de lança da economia norte-paranaense. A CMNP soube aproveitar-se de forma eficiente da expansão dessa atividade para concretizar seu mais recente empreendimento - Cianorte. O Município seguia, assim, a mesma dinâmica econômica das outras localidades que faziam parte da área originalmente adquirida pela Cia. Colonizadora, tendo no meio rural a base de sua sustentação econômica, e o local onde residia a maior parte da população.

De maneira bem mais modesta que o café, a partir de 1955 e prosseguindo até 1967, obteve destaque na região de Cianorte a produção de

algodão, através dos estímulos oferecidos pela Secretaria de Agricultura do Estado. Em Cianorte foram instaladas duas usinas de beneficiamento de algodão - a SANBRA e a Cia. Algodoeira Wooley Dixon.

FIGURA 2.2

-Reprodução da primeira página do jornal maringaense "A Hora" - 1953



No final da década de sessenta, a produção da lavoura algodoeira entra em fase decrescente, em razão do surgimento de outras opções agrícolas como a soja, e os altos custos exigidos pela cotonicultura com o uso de defensivos e numerosa mão-de-obra. Com a diminuição do cultivo do algodão em Cianorte e região, as duas empresas citadas no parágrafo anterior encerram suas atividades no município.

Mas, na década de cinquenta, a cafeicultura era uma atividade econômica no auge de sua vitalidade no norte paranaense, estendendo-se para o noroeste do estado. O centro dinâmico da produção de café havia se deslocado do estado de São Paulo para o Paraná. Essa atividade impulsionava de forma intensa a ocupação de novas terras no limite mais ocidental da área comprada pela CMNP.

No ano de 1954, o preço do café no mercado internacional atingiu preços bastante compensatórios para os produtores (CANCIAN, 1981, p. 45). Como desdobramento desse contexto econômico favorável, há intensificação da busca de terras ainda inexploradas pela atividade. É nesse momento que “flagramos” a fundação da cidade de Cianorte e a ocupação da região. A produção do café representava, no imaginário do colonizador, a possibilidade de prosperar financeiramente de maneira rápida. Essa expectativa, acompanhada pela constatação posterior da não materialização do projeto, pode ser avaliada pelo seguinte depoimento de um pioneiro cianortense: “Eu também cai na besteira de plantar café, (...) sempre achando que iria ficar rico. E alguns chegaram a ficar ricos, mas a grande maioria não chegou a ficar rico.”³

É interessante a dimensão tomada pela concepção ideologicamente construída de que as oportunidades eram as mesmas para todos, dentro do contexto da nova região que estava sendo explorada, oferecendo oportunidades de enriquecimento para quem fosse dedicado ao trabalho. Mas as condições materiais de existência revelam que a realidade não condiz com o discurso persuasivo de condições harmônicas que podem levar à prosperidade. Ora, em uma sociedade dividida em diferentes classes sociais, as oportunidades e condições materiais também são diferenciadas, e alguns colonizadores, integrantes da “grande maioria que não chegou a ficar rico” têm a percepção, à sua maneira, de que o discurso do “Eldorado do café” era falacioso.

³ Entrevista realizada pelo autor em 10-01-97, junto ao Sr. Celso Antonio Broetto.

2.1 A formação de um fluxo migratório em direção à frente de expansão que se delineava

A cafeicultura, enquanto atividade que exigia numerosa mão-de-obra (por isso, eficaz geradora de novos postos de trabalho), alimentava a corrente migratória para essa área, primitivamente ocupada em quase toda sua extensão pela mata pluvial tropical, formada por árvores como o palmito (*Euterpe edulis*), o cedro (*Cedrella*) a peroba (*Aspidosperma polyneuron*) e muitas outras. Aliás, a presença de muitas perobas numa determinada área era tomada como indicativo de terra fértil, propícia para a obtenção de boas safras de café.

Para se proceder à abertura de estradas e derrubada da mata nas propriedades que foram utilizadas para o plantio de café, também era necessária abundante mão-de-obra. Essas duas atividades, o cultivo do café e a derrubada da mata, resultaram num elevado acréscimo populacional em Cianorte, nas primeiras décadas da fundação do município.

O sistema de divisão e venda das terras da área rural que a CMNP adotou em Cianorte foi idêntico ao utilizado nas ocupações anteriores, onde os lotes colocados à venda variavam, em sua maioria, entre cinco a dez alqueires.

No início da colonização do município, nas décadas de cinquenta e sessenta, com a compra do lote junto à CMNP, já devidamente demarcado, o passo seguinte para o novo proprietário era contratar um grupo de "peões", com o objetivo de derrubar as árvores e destocar a terra, plantando o café em seguida, numa média de 1.500 pés por alqueire.

Muitos dos migrantes atraídos para essa área recém-ocupada eram colonos que trabalhavam em fazendas paulistas e mineiras, não tendo condições de adquirir propriedades rurais em suas regiões de origem, propriedades essas que estavam nas mãos de grandes fazendeiros.

No que se refere às relações sociais de trabalho no campo, era comum a existência de contratos agrícolas entre proprietários e empreiteiros. O empreiteiro ficava com 35% ou 40% da produção e podia plantar culturas para

subsistência (arroz, feijão, milho), entre as linhas do café, além de criar animais. Esse sistema de parceria possibilitava a oportunidade de o empreiteiro tornar-se proprietário mais tarde.(CIOFFI, 1995, p. 108). A maioria dos pequenos proprietários não tinha condições financeiras de contratar trabalhadores assalariados, resultando no emprego dos membros da família para o cultivo da lavoura.

2.2 A dinâmica da economia local

Diversos trabalhos dedicados à ocupação norte-paranaense, CMNP (1975, p. 78), LINARDI (1995, p. 105) e CIOFFI (1995, p. 71), destacam que a divisão dos lotes rurais em pequenas dimensões e a organização de uma rede urbana e rodoviária/ferroviária cortando o norte do estado, possibilitaram que parcela considerável da renda auferida com a cafeicultura promovesse o desenvolvimento da economia local.

Para ilustrar essa questão, vejamos o seguinte caso: o agricultor que detinha uma pequena propriedade comercializava sua safra com os maquinistas (proprietários dos estabelecimentos e máquinas de beneficiamento) de café localizados nos centros urbanos regionais. Esses maquinistas faziam o papel de intermediários, na medida em que compravam o produto dos cafeicultores, beneficiavam o mesmo e vendiam para os grandes centros, negociando com representantes das casas exportadoras.

O montante do capital obtido pelos agricultores, com a venda do café, propiciava um impulso para a economia das cidades e região, pois esses gastavam suas economias nos mesmos centros urbanos onde comercializavam o café com os maquinistas e vendiam o excedente da produção de subsistência. Cianorte enquadrava-se nesse contexto, predominante dos centros urbanos dessa região, possuindo treze máquinas de beneficiamento de café no ano de 1965.⁴

A cafeicultura era o carro-chefe da economia local. Porém, também sofria os abalos provenientes da conjuntura econômica ligada a essa atividade,

⁴ NORTE DO PARANÁ EM REVISTA. *Cianorte: 80.000 em doze anos*. Maringá: Ed. Norparaná, ano VII, n. 7/6. out. 1965, p. 27.

como as superproduções, a desvalorização do café no mercado externo e medidas restritivas para o setor tomadas pelo Governo Federal, além da ocorrência de geadas. Esta última, com maior ou menor intensidade, contribuiria para o encerramento da cafeicultura enquanto motor da economia paranaense.

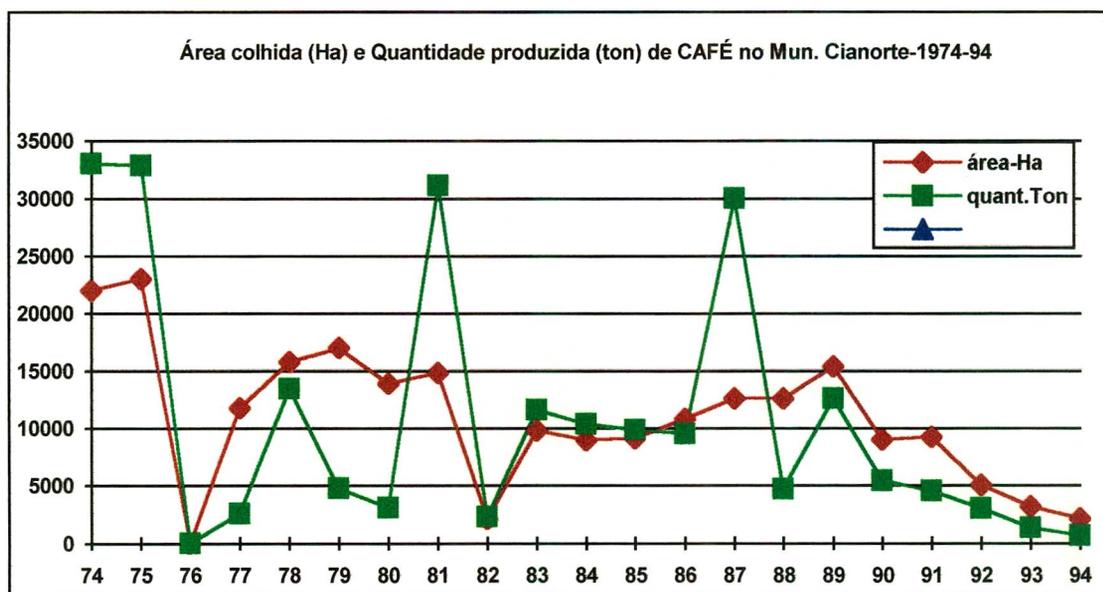
No ano de 1963, apenas dez anos após a fundação de Cianorte, houve a entrada de uma frente polar que surtiu efeitos devastadores para a cultura do café no Norte do Paraná, atingindo de forma intensa o município aqui estudado. A geada, que ocorreu na noite de sete de agosto do referido ano, destruiu 80% do café plantado no município de Cianorte, sendo que dos 19.130.000 cafeeiros existentes, 15.304.000 foram atingidos. (MAACK, 1981, p. 127-128)

Apesar do estremecimento na economia ligada à cultura cafeeira, este não chegou a desativar a estrutura de produção, a qual voltou a apresentar um número superior a 17 milhões de pés de café no Censo Agropecuário de 1970.

Um abalo que iria se configurar em proporções definitivamente comprometedoras para a atividade cafeeira, dar-se-ia com a geada ocorrida no dia dezoito de julho de 1975, abrangendo parcela considerável do Norte do Paraná. Em Cianorte, a temperatura mínima absoluta chegou a 2.4°C nesse dia, e os dois meses seguintes foram acompanhados por um período de seca, impedindo o florescimento dos cafeeiros. (CIOFFI, 1995, p. 33).

Essa geada comprometeu a safra do ano subsequente, conforme é demonstrado pelo GRÁFICO 2.1. Após essa geada, os índices de produção jamais alcançaram novamente a quantidade produzida nos anos de 1974 e 1975, aproximadamente 33.000 ton. e 32.844 ton. respectivamente. As safras dos anos de 1981 e 1987 se destacam, mas se apresentam como produções positivas isoladas, num contexto decrescente de produtividade, acentuado a partir de 1989.

GRÁFICO 2.1



Fonte: Governo do Estado do Paraná. Sistema Estadual de Informações. B PUB-Base Pública - IPARDES
Org. Edson S. Dias

A década de setenta representa um marco indicador do final de um período: aquele relacionado à atividade cafeeira. Como já foi mencionado, não foram somente as intempéries de ordem natural (geadas, desgaste do solo pelo uso intensivo e propagação de pragas) que ocasionaram transformações significativas na agricultura de Cianorte e do Paraná. Também deve ser considerada a queda do preço do café, tanto no mercado interno como externo, que operou como fator de desestímulo para o cafeicultor.

Mas, o traço mais marcante desse momento, na esfera política, com desdobramentos econômicos, foi o golpe militar de 1964 e a implantação de um governo ditatorial submisso aos interesses de determinadas elites nacionais e internacionais, fazendo com que o Brasil entrasse em nova fase de relações dentro do contexto da ordem econômica mundial.

A aceleração do **desenvolvimento industrial** do país passa a ser buscada obstinadamente, abrindo o país para a entrada de investimentos estrangeiros. O Estado faz-se cada vez mais presente nesse processo de modernização da economia, procurando criar condições para que as transformações implementadas tivessem, também, seus reflexos na agricultura.

3. Cianorte no contexto da modernização agrícola paranaense

Advertimos que não iremos traçar, neste sub-capítulo, uma apresentação detalhada sobre o processo de Modernização Agrícola, o qual é encontrado, enquanto objeto de análise, em obras de vários autores e distribuído em farto material. Pretendemos apenas resgatar os pontos mais abordados sobre o assunto, no sentido de oferecer um conjunto de informações que permita a compreensão das mudanças processadas no Município de Cianorte e região, nesse período.

A partir da década de setenta, a agricultura paranaense vai passar por transformações profundas, resultado de uma nova conjuntura sócio-econômica que vinha se delineando, aproximando cada vez mais estreitamente, a agricultura e a indústria. Essa aproximação representava uma nova fase de inserção no campo dos interesses ligados ao capital industrial, movido pela dinâmica de acumulação da economia que abrangia todo o país.

Assim, através do emprego de expedientes como o favorecimento de crédito, por parte do governo, aos agricultores, e da utilização de novas tecnologias oferecidas pela indústria, ocorre o processo conhecido como **Modernização Agrícola**. Esta, mais do que um movimento de transformações na prática agrícola, caracteriza-se por mudanças substanciais nas relações sociais de trabalho no campo e no quadro que compõe a estrutura fundiária brasileira. Conseqüência relevante dessa fase de penetrações das relações capitalistas no campo, foi a subversão da dinâmica populacional, quanto ao domicílio cidade-campo, havendo a intensificação do processo de urbanização da sociedade brasileira. Aqui, faz-se necessário ressaltar que não consideramos a urbanização da população brasileira como resultado exclusivo da modernização agrícola, ao contrário, esta sim é resultante de um conjunto de mudanças sócio-econômicas que se operavam nas escalas nacional e internacional. Nesse sentido, é mister fazer referência a SANTOS (1993, p. 36) quando este interpreta que, após a Segunda Guerra Mundial, as condições começam a ser dadas para a constituição,

em áreas cada vez mais vastas do território brasileiro, do meio técnico-científico-informacional⁵, condições essas aceleradas após o golpe de Estado de 1964.

A implantação do “modelo” de modernização da agricultura brasileira teve seu início fortemente direcionado pelo Estado, através de ações diretas como a liberação de recursos na forma de crédito rural, e através da criação de empresas estatais como a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e a EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Essas empresas tinham por finalidade proceder à adaptação e difusão de novos pacotes tecnológicos na agricultura, além da assistência técnica permanente.

Entre as ações tomadas para acelerar a modernização, uma das mais importantes foi o **crédito rural**, reformulado em 1967 e concedido a juros subsidiados até a safra de 1984/85, quando foi eliminado. Um aspecto importante desse instrumento foi a obrigatoriedade do uso de insumos modernos, numa proporção de 15% dos recursos obtidos para o custeio. (IPARDES, 1986, p. 7) Essa informação demonstra como a política econômica do Estado estava imbricada com os interesses das indústrias fornecedoras de produtos para o campo.

Dentre as conseqüências desse processo de mudanças no campo, as de constatação mais imediata são: a rápida adoção de tecnologia, aumentando sobremaneira os custos de produção; e o significativo aumento da oferta de crédito (com taxas reais negativas de juros), que resultaram em substancial transferência de renda para os usuários de crédito.

Como atesta SILVA (1982, p. 29), os principais beneficiados pela política econômica, em parte conduzida pelo Estado, formam uma pequena parcela de fazendeiros, estando esse período marcado pela concentração de terras no campo. O exposto até o momento pode ser sintetizado pela avaliação de FLEISCHFRESSER (1988, p. 12): “Como conseqüência desse tipo de modernização, as desigualdades sócio-econômicas entre os produtores se

⁵ Esse meio técnico-científico-informacional é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. (SANTOS, 1993, p. 35-36)

acentuam, porque se antes já não dispunham de condições homogêneas de produção, com a introdução de técnicas produtivas externas ao meio rural as diferenças se intensificam.”

3.1 Cianorte dentro do conjunto de mudanças que se processavam

A modernização agrícola ocorrida no Paraná está inserida num conjunto de escalas muito mais amplo, ligado a uma série de fatores de ordem nacional e internacional. Porém, se é necessário concebê-la como fazendo parte da organização de uma nova conjuntura sócio-econômica, com reflexos marcantes na produção agrícola e nas relações sociais no campo, também deve-se levar em consideração as particularidades regionais e locais dentro dos contextos nacional e internacional.

Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem nacional e internacional, mas as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial das formas de manifestação dos modos de produção particulares. Cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como ocorre a combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes, constituindo o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação (SANTOS, 1979, p. 14-16).

No Município de Cianorte, a atividade cafeeira seguiu a disposição geral encontrada no estado paranaense e nos municípios circunvizinhos que sofreram o mesmo processo de colonização, conforme mostra o QUADRO 2.2.

QUADRO 2.2

-Quantidade (Ton) e área (Ha) do CAFÉ colhido: 1970-1994.

MUNIC.	1970		1975		1980		1985		1994*	
	quant	área	quant	área	quant.	área	quant.	área	quant.	área
Cianorte	495	2.949	23.486	19.156	8.707	11.356	14.937	10.110	669	2.127
Paranav	189	1.885	19.621	12.280	6.917	10.277	5.691	6.171	1.300	1.897
Umuar	1.659	8.697	36.298	34.045	11.469	25.218	28.593	21.363	1.920	2.897
C.Mour.	2.146	4.960	6.603	5.906	1.133	2.908	1.183	1.380	600	750
Maringá	107	640	14.655	9.881	2.983	4.662	3.458	2.479	480	897
Londrina	2.678	12.210	30.445	24.308	7.278	16.105	11.120	10.096	4.200	4.897
PARANÁ	116.900	360.896	1.195.013	920.885	367.914	617.322	569.186	422.762	163.981	184.351

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários: 1970, 1975, 1980 e 1985;

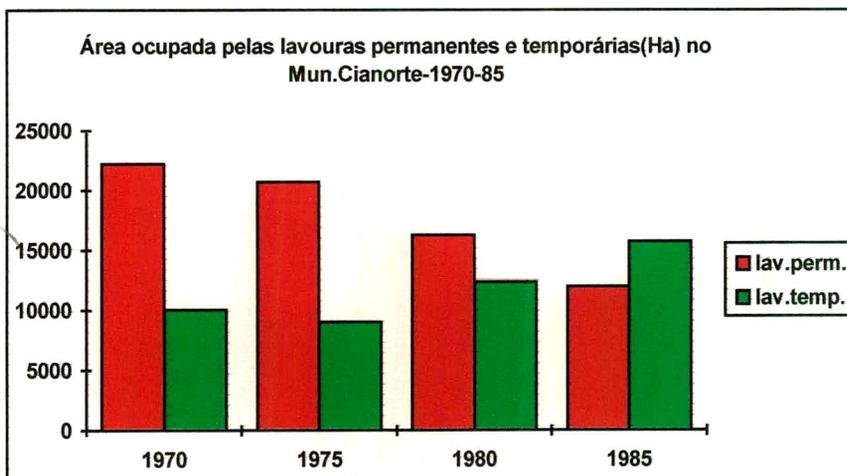
*Produ.Agríc.Mun.Paraná-1994 - FIBGE (Deptº Agropec.)

Org. Edson S. Dias.

Em Cianorte, após um aumento significativo da área destinada à plantação dessa cultura, (de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1975, comparados com os encontrados no Censo de 1970), encontramos uma tendência declinante, como é indicado pelos dados posteriores de 1980, 1985, e, principalmente, 1994. Infere-se o mesmo fenômeno nos dados dos outros municípios que compõem o quadro.

Ao mesmo tempo em que ocorre intensa diminuição da área voltada para o plantio de café, há um aumento da área destinada às lavouras temporárias - em especial soja, mandioca, milho, etc., conforme indica o GRÁFICO 2.2.

GRÁFICO 2.2



Fonte: IBGE. Censos Agropecuários: 1970, 1975, 1980 e 1985.
Org. Edson S. Dias.

Entre as culturas classificadas como modernas, ou melhor adaptadas às exigências desse novo contexto na agricultura, a soja surge como produto representativo dessa modernização tecnológica, especialmente no Paraná.⁶ Esta cultura ocupou grandes extensões do território norte-paranaense antes destinadas à cafeicultura, exigindo menos mão-de-obra e mais capital para investimentos em maquinários e insumos. Referindo-se ao mercado consumidor para esse produto, FLEISCHFRESSER (1988, p. 18) esclarece que: “O mercado

⁶ No ano de 1996, em razão da estiagem no Rio Grande do Sul, o estado do Paraná, que era o segundo produtor nacional, passou à liderança produzindo aproximadamente seis milhões de toneladas de soja, conforme estimativas da SEAB - Secret. Estado da Agricultura-PR. - Paraná lidera produção de soja no país. **O Diário**. Maringá, 07 abr. 1996, p. 7.

interno se constituiu concomitante à expansão da soja, formado por grandes agroindústrias e cooperativas. Já o mercado externo preexistia ao auge da soja no Paraná; foi inclusive, em um momento de carência desse produto no mercado mundial que se acelerou a produção nacional e estadual.”

Cianorte apresentou um aumento acima de 153%, entre 1970 e 1994, na área destinada à cultura de soja. O município não figura entre os principais produtores, quando comparado com os municípios de Campo Mourão, Maringá e Londrina que exibem um aumento de produção e área, em números absolutos e relativos, maior que Cianorte, no mesmo período. Isso constata-se pelo quadro abaixo:

QUADRO 2.3

-Quantidade (Ton) e área (Ha) de SOJA colhido: 1970-1994.

MUNIC.	1970		1975		1980		1985		1994*	
	quant	área	quant	área	quant.	área	quant.	área	quant.	área
Cianorte	3.119	2.871	4.690	2.737	4.976	2.415	8.815	4.091	11.000	4.400
Paranav	68	149	55	43	3	3	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Umuar	3.669	4.326	7.089	5.667	258	174	10	21	n.c.	n.c.
C.Mour.	4.004	4.340	96.342	52.620	161339	75.469	151631	70.630	98.280	36.000
Maringá	7.583	4.671	34.698	16.899	38.677	15.301	44.017	19.451	59.805	22.150
Londrina	2.299	1.491	30.430	16.632	43.209	22.374	41.942	20.940	68.150	29.000
PARANÁ	411642	395484	3103049	1615302	4408495	2075657	4161322	2079973	5332893	2154077

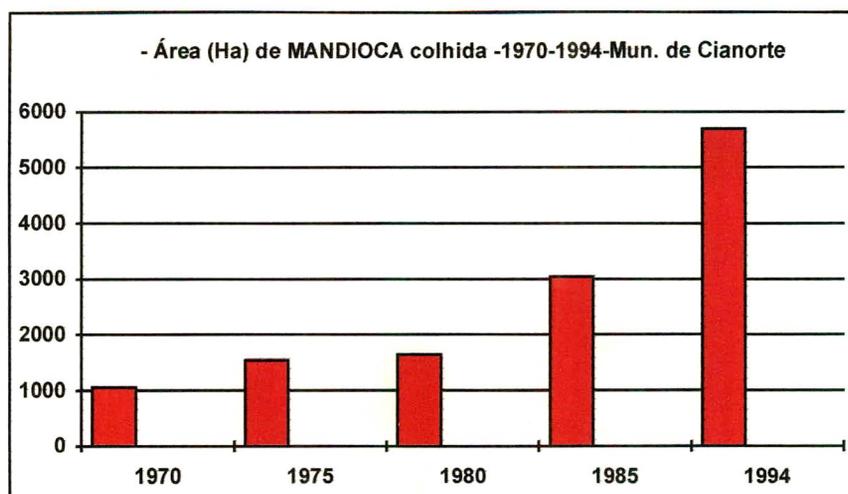
Fonte: IBGE. Censos Agropecuários: 1970, 1975, 1980 e 1985; Produ.Agric.Mun.Paraná-1994 - FIBGE (Deptº Agropec.)

n.c. - nada consta
Org. Edson S.Dias.

De qualquer forma, a sojicultura cumpriu um papel importante dentro da economia agrícola do município. No entanto, não houve um desdobramento que resultasse num processo de industrialização desses grãos na cidade, pois a transformação da soja em óleo ou farelo ocorre em grandes empresas como a SANBRA e COCAMAR, localizadas em Maringá.

Outra cultura agrícola que merece ser mencionada para a compreensão da contextualização econômica do município de Cianorte, é aquela referente ao cultivo da mandioca, que obteve um crescimento de 288% na área destinada, com a produção crescendo em linha ascendente, conforme é demonstrado pelo gráfico abaixo.

GRÁFICO 2.3

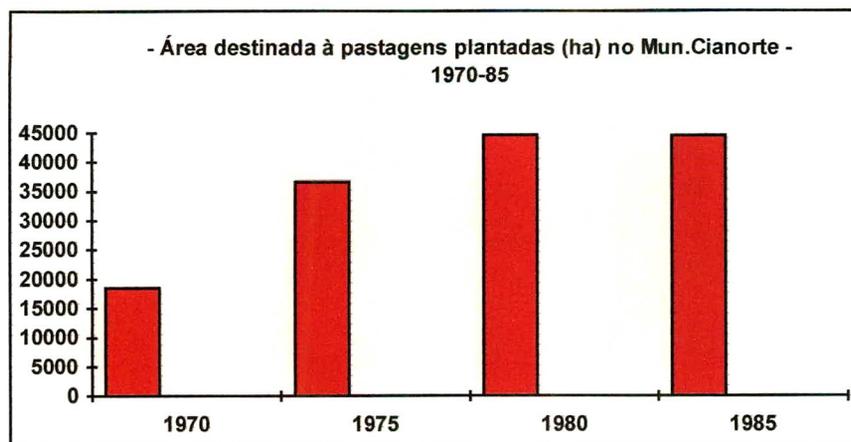


Fonte: IBGE. Censos Agropecuários: 1970, 1975, 1980 e 1985;
 *Produ. Agríc. Mun. Paraná-1994 - FIBGE (Deptº Agropec.)
 Org. Edson S. Dias.

O aumento da área destinada a essa atividade está diretamente relacionado com a instalação, em Cianorte, de indústrias que utilizam o tubérculo dessa planta como matéria-prima. Entre essas, destaca-se a Cia. Lorenz, inaugurada na cidade em 1968, tendo capacidade de moagem de 300 ton./dia de mandioca. A Cia. Lorenz emprega 170 pessoas diretamente em sua unidade de Cianorte, e por volta de 1.000 pessoas indiretamente. (CIOFFI, 1995, p. 132)

Um traço marcante ligado à Modernização Agrícola foi a substituição de culturas. Neste sentido, enquanto no Norte do Paraná esta fez-se notadamente da cafeicultura pela cultura associada da soja e trigo - altamente mecanizada, em algumas partes do Noroeste do estado houve a substituição também por pastagens ou, em segundo plano, por outras atividades. (MORO, 1992, p. 63)

No município de Cianorte a área destinada para pastagens aumentou consideravelmente nesse período, como pode ser constatado pelo gráfico que segue.

GRÁFICO 2.4

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1970; 1975; 1980 e 1985.
Org. Edson S. Dias.

Como o gráfico acima permite visualizar, houve um aumento, no prazo de cinco anos, da ordem de 100% quanto à área disponível para a criação de gado no município, passando de 18.603 ha de pastagens plantadas em 1970 para 36.592 ha conforme o Censo de 1975, alcançando 44.562 ha em 1980, permanecendo os dados praticamente estabilizados até o Censo seguinte. A pecuária é uma atividade que exige pouca mão-de-obra, e como as informações apresentadas até o momento indicam que houve a substituição de áreas destinadas à cafeicultura (tipo de cultura empregadora) para a ampliação de pastagens, essa mudança contribuiu para a liberação de força de trabalho antes voltada para o campo.

3.2 Concentração de terras - um dos reflexos da “Modernização Conservadora”

O período de “Modernização Agrícola” no Paraná representa o momento de intensificação da concentração de terras, que é flagrante na observação da estrutura fundiária de Cianorte, no período compreendido entre 1970 e 1985.

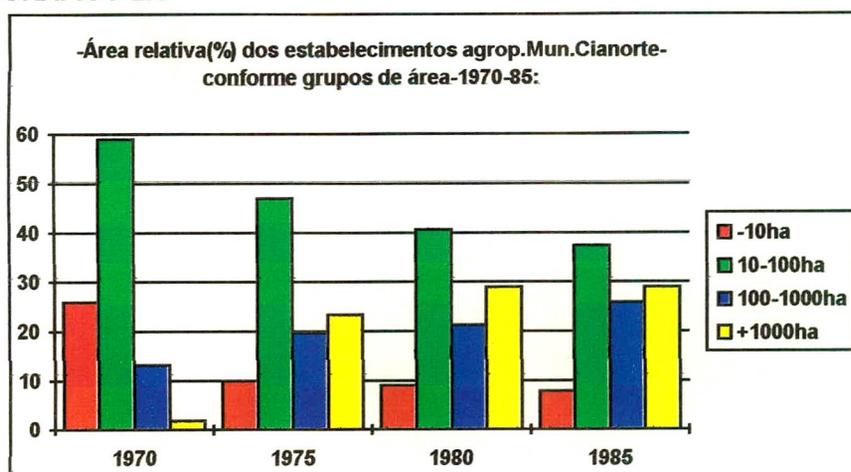
Aqui, mais uma vez, o município seguiu uma tendência predominante em todo o Paraná. Inclusive, a partir de dados correspondentes à estrutura fundiária do estado até o ano de 1975, SILVA (1982, p.105-106) conclui que:

... a propriedade da terra no Paraná encontra-se submetida a um grau de concentração considerado *muito forte*. Não obstante isso, a dinâmica das condições de acesso à terra, ou seja, da sua posse, indicam uma tendência ao aumento desse grau de concentração através da expropriação dos pequenos produtores que já têm uma precária condição de acesso à terra, quais sejam, os parceiros, arrendatários, pequenos posseiros e pequenos proprietários. E são justamente esses pequenos produtores expropriados de ontem que são os bóia-frias de hoje ou os migrantes em busca de novo eldorado em Rondônia e no Acre.

A referida concentração de terras ocorre de maneira particularmente intensa e abrupta no Município de Cianorte, quando o comparamos com a média do mesmo fenômeno no estado do Paraná, e mesmo com a sua realidade mais imediata, no caso, a Microrregião Homogênea do Norte Novíssimo de Umuarama⁷-MHNNV. O indicativo que apresenta essa tendência encontra-se especialmente nos dados dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975, verificados através dos gráficos seguintes:

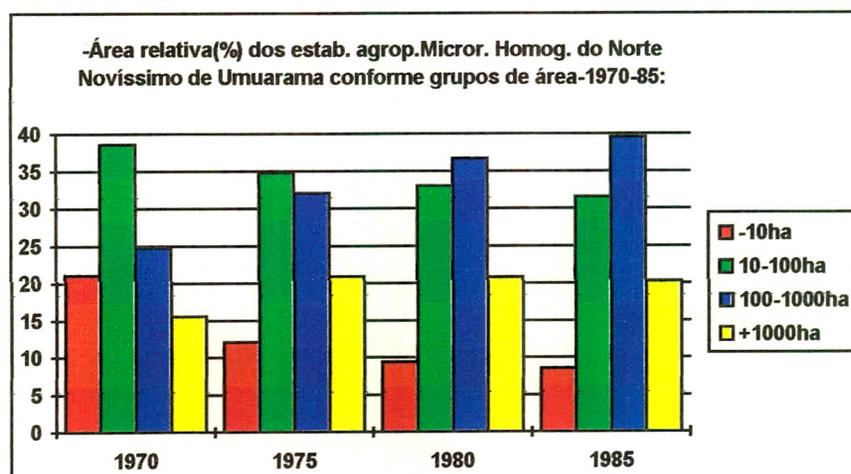
⁷ Cumpre destacar que os dados referentes aos Censos Agropecuários de 1970 a 1985 apresentam uma divisão regional interna dos estados da federação em Meso e Microrregiões Homogêneas. Houve uma alteração oficial nessa forma de divisão em 1989, quando se passou a empregar o termo Meso e Microrregiões Geográficas. A MHNNU, através das modificações propostas pelo IBGE, desdobrou-se nas Microrregiões Geográficas de Umuarama e Cianorte. Para detalhar mais a constituição dos dados conseguidos nos Censos, apresentamos a seguir os municípios integrantes da MHNNU: Altônia, Alto Piquiri, Cianorte*, Cidade Gaúcha*, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Francisco Alves, Guaporema*, Icaraíma, Indianópolis*, Iporã, Japurá*, Jussara*, Maria Helena, Nova Olímpia, Pérola, Rondon*, São Jorge do Patrocínio, São Tomé*, Tapejara*, Tapira, Terra Boa, Tuneiras do Oeste*, Umuarama e Xambê. Obs. *.Municípios que atualmente compõem a Microrregião Geográfica de Cianorte.

GRÁFICO 2.5



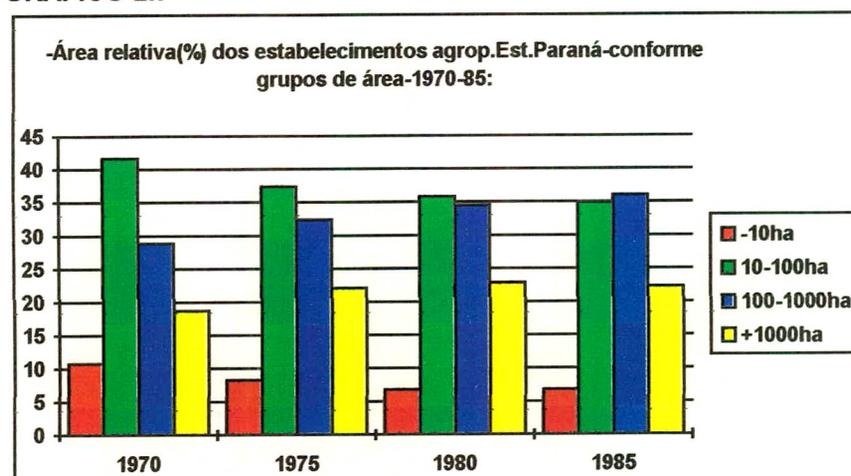
Fonte: IBGE. Censos Agropecuários:1970, 1975, 1980 e 1985. Org. Edson S. Dias.

GRÁFICO 2.6



Fonte: IBGE. Censos Agropecuários:1970, 1975, 1980 e 1985. Org. Edson S. Dias

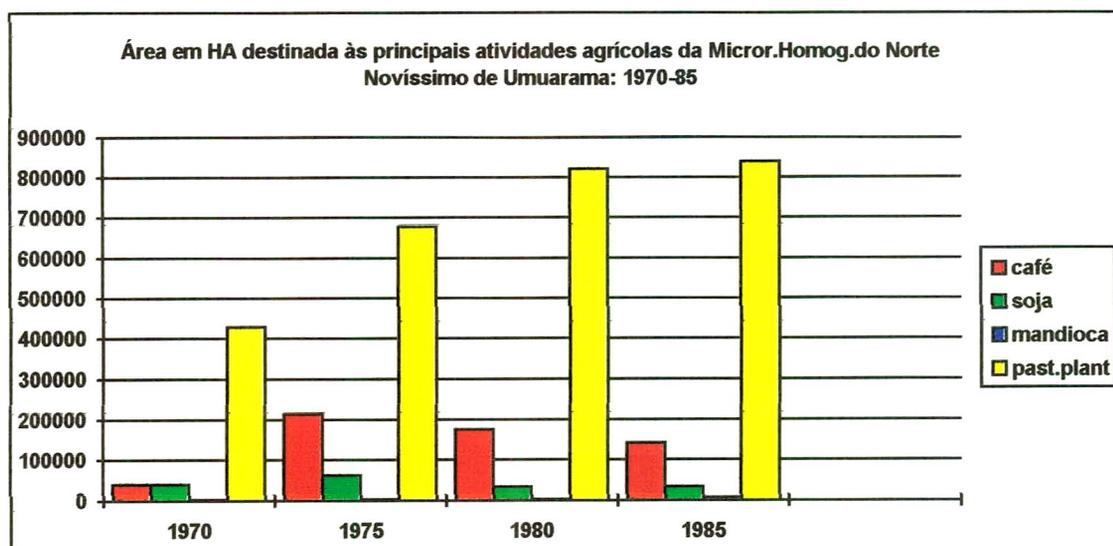
GRÁFICO 2.7



Fonte: IBGE. Censos Agropecuários:1970, 1975, 1980 e 1985. Org. Edson S. Dias

Ao compararmos as áreas destinadas às principais atividades agrícolas empregadas na MHNNU, no período compreendido entre 1970 e 1985, conforme gráfico 2.8, constatamos a presença marcante que a ocupação destinada para as **pastagens** representa para esse conjunto de municípios, e a cooptação vertiginosa de mais áreas durante todos esses anos.

GRÁFICO 2.8



Fonte: IBGE. Censos Agropecuários:1970, 1975, 1980 e 1985. Org. Edson S. Dias

Acreditamos que existe uma referência direta entre o aumento das áreas reservadas para as pastagens e a concentração de terras, verificada nos gráficos (2.6 e 2.8) que tratam da estrutura fundiária da MHNNU e do Município de Cianorte.

Na verdade, trata-se de todo um conjunto de fatores que se encontram interligados e processando interferências recíprocas conforme a conjuntura sócio-econômica e política nacional e internacional. Para reforçar essa afirmação, utilizamo-nos das análises de KOHLHEPP (1991, p. 80), que interpreta a rápida redução da área de cultivo de café entre fins dos anos setenta e princípios dos anos oitenta, como consequência da troca de culturas: o café pela soja e a modernização da agropecuária; outro fator apontado pelo autor foi o desenvolvimento positivo dos preços da carne em combinação com a minimização

dos custos de mão-de-obra na pecuária. Este último fator levou, especialmente no **noroeste do Paraná**, ao amplo emprego, para a pecuária extensiva, das terras formadas pelo "Arenito Caiuá", solo arenoso, extremamente ameaçado pela erosão.

Em recente estudo, promovido por técnicos do IPARDES (LOURENÇO, 1997, p. 3-7), sobre a configuração regional no Paraná, o **noroeste** do estado é apresentado, em linhas gerais, como tendo sua base econômica assentada na bovinocultura de corte e de leite, no funcionamento de fábricas de farinha e de fecularias e no complexo sucroalcooleiro, implantado após o declínio das atividades cafeeiras e viabilizado com os incentivos do Proálcool - os quais a CMNP utilizou no processo de diversificação de suas atividades, com a implantação de uma unidade agro-industrial em Jussara que se utiliza da cana-de-açúcar como matéria-prima.

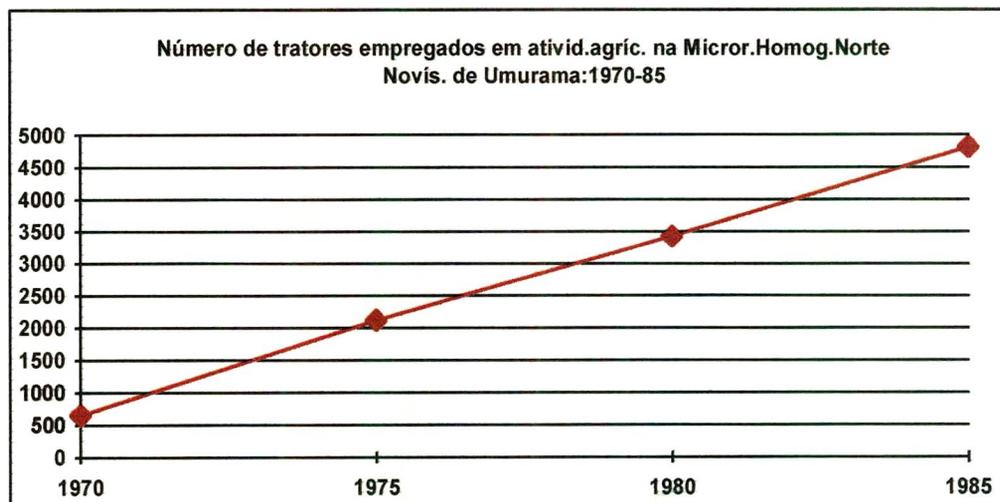
Segundo informações relacionadas à estrutura fundiária do Município de Cianorte, fornecidas pelo PLANO DIRETOR (1995), em 1970 as pastagens representavam cerca de 35,12% das áreas das terras agrícolas do município, elevando-se para 50,38%, segundo o Censo Agropecuário de 1985. No mesmo período, verifica-se uma diminuição de 474 pequenas propriedades (até 5 ha), sendo que esta faixa modular sofre uma redução de 5,1% para 1,8% do total das áreas agrícolas. Processo semelhante ocorreu com os estabelecimentos agrícolas entre 5 e 10 hectares, apresentando uma redução de 906 propriedades, resultando numa redução de 20,8% em 1970 para 6,0% em 1985 da participação no total de área agrícola do município.

Uma última informação relevante sobre essa questão, refere-se aos dados dos Censos Agropecuários de 1970 a 1985, que apontam uma redução de 1.716 estabelecimentos agrícolas (38,84%) em Cianorte, ao mesmo tempo que a área agrícola aumentava de 58.009 hectares para 89.198 hectares (aumento de 53,75%).

A expansão da cultura associada da soja e do trigo no norte do estado, exigindo elevado índice de mecanização, teve como conseqüência a redução do efetivo de trabalhadores rurais ocupados na produção agrícola, especialmente na cafeicultura, acelerando, assim, o êxodo rural.

Quanto ao aumento da mecanização empregada na agricultura, objetivando fornecer uma exemplificação com caráter apenas ilustrativo, selecionamos alguns dados ligados à Microrregião Homogênea do Norte Novíssimo de Umuarama, conforme consta no gráfico seguinte:

GRÁFICO 2.9



Fonte: IBGE. Censos Agropecuários:1970, 1975, 1980 e 1985. Org. Edson S. Dias

Essa troca de culturas, caracterizadas por relações de trabalho bastante diferenciadas, resultou em transformações substanciais no que se refere ao emprego da força de trabalho. Na cultura cafeeira, aproximadamente cada 1000 pés necessitavam dos cuidados de um trabalhador, sendo que por volta de 1975, dois entre cada três postos de trabalho no estado eram ligados de alguma maneira a essa cultura, sustentando mais de dois milhões de pessoas, ou 30% da população paranaense.⁸

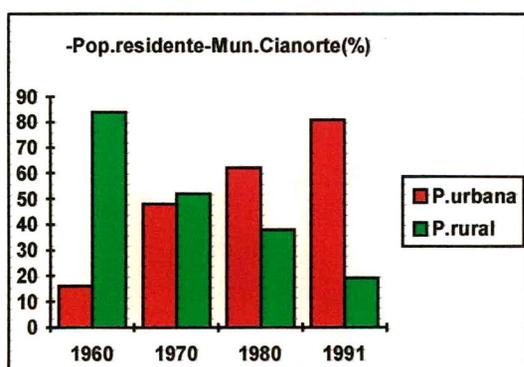
Com a redução do número de empregos no campo e concentração fundiária, os agricultores dirigiam-se para as cidades médias e grandes do Paraná, ou deslocavam-se para áreas onde encontravam-se as frentes pioneiras, identificadas, especialmente, com as ocupações das regiões Norte e Centro-Oeste do país.

As transformações processadas no campo, em especial a partir da década de sessenta, podem ser observadas de uma perspectiva da dinâmica

⁸ Paraná: a vida depois do café. **Revista Exame**. Editora Abril, nº 610, p.6, 1996.

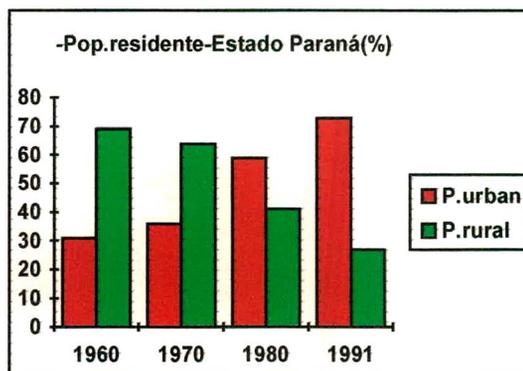
populacional no Município de Cianorte e estado do Paraná, conforme os gráficos seguintes. A reversão numérica, quanto à procedência da residência dos habitantes entre rural e urbano, é mais expressiva em Cianorte do que a média encontrada no conjunto do estado, no mesmo período, repetindo-se a análise sobre a concentração de terras apresentada, e indicando uma relação entre esses dois fenômenos sócio-econômicos.

GRÁFICO 2.10



Fonte: IBGE. Censos Demográficos - Paraná: 1960,1970,1980 e 1991.
Org. Edson S. Dias.

GRÁFICO 2.11



Fonte: IBGE. Censos Demográficos - Paraná: 1960,1970,1980 e 1991.
Org. Edson S. Dias.

No contexto regional, o Noroeste paranaense, que nos anos sessenta figurava como uma das últimas zonas pioneiras de grande vulto do sul do Brasil para a atração de migrantes, torna-se uma região repulsora, em razão da conjuntura delineada nos anos setenta e oitenta, aparecendo dados de recuperação no crescimento populacional com mais freqüência nos anos noventa. (ver QUADRO 2.1,p. 54)

Pelos dados encontrados em LINARDI (1995, p. 204), a evasão populacional no Paraná fica claramente constatada quando se observa que dos 290 municípios do estado recenseados em 1970, cerca de 60% apresentavam redução populacional, e desses, 90% localizavam-se no norte-noroeste paranaense.

Através de informações posteriores, encontradas num balanço preliminar sobre a migração no Paraná, conforme MAGALHÃES (1992, p. 4), constata-se que a região norte-noroeste foi a que mais perdeu população rural, a exemplo do que ocorreu na década de setenta. Nos anos setenta, essa região

foi responsável por 72% do êxodo rural do estado, declinando essa proporção para 53% entre 1980 e 1991.

Na escala local, em Cianorte, assim como na escala estadual, o momento em que a população urbana ultrapassou o número daqueles que habitavam o campo, também ocorreu na década em que a “Modernização Agrícola” pode ser caracterizada como mais evidente, nos anos setenta (ver GRÁFICOS 2.10 e 2.11 expostos anteriormente).

Apesar da existência de outras culturas agrícolas relevantes que contribuíram para gerar uma receita importante para a economia local, Cianorte ressentiu-se seriamente com o desprestígio que atingiu a cafeicultura, responsável, nas décadas de cinquenta e sessenta, pelo desenvolvimento econômico do município que se mostrava com perspectivas bastantes promissoras quanto ao seu crescimento.

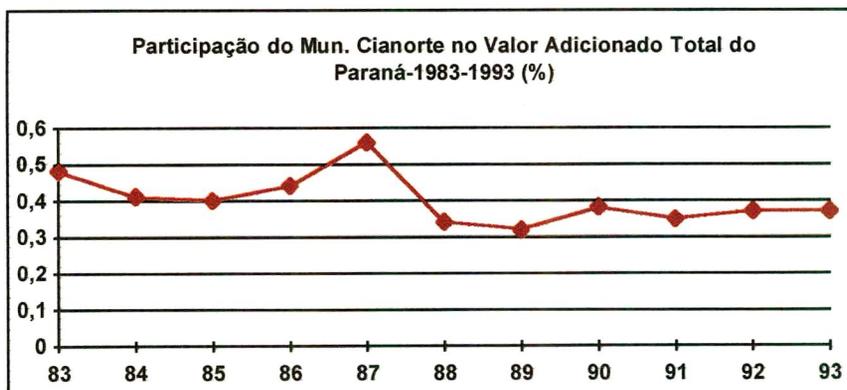
A crise atinge Cianorte, pois sua economia encontrava-se estreitamente ligada às atividades agropecuárias, possuindo um parque industrial limitado. Esse quadro se agravaria com o aumento da população urbana, conforme tendência que ocorria em nível nacional.

3.3 A evolução econômica do Município de Cianorte conforme os diversos setores

Na tentativa de organizar um quadro demonstrativo da evolução econômica do município nos últimos anos, recorreremos à composição do valor adicionado do Município de Cianorte, conforme os respectivos setores. Ver o gráfico seguinte.

conseguiram, nos anos de 1992 e 1993, ter resultados acima do crescimento global verificado no estado do Paraná.

GRÁFICO 2.13



Fonte: IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

SEFA: Secret. Estado das Finanças

Org.: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cianorte. p.53.

Na procura de um impulso à economia local, paulatinamente foi sendo organizado um encaminhamento para a especialização funcional de Cianorte na indústria e comércio de confecções, tornando-se, esta, a principal responsável pela geração de empregos na cidade, a partir da década de oitenta.

4. A indústria do vestuário em Cianorte

Parcela considerável da arrecadação do ICMS de Cianorte provém do setor de produtos alimentícios, através de uma indústria ligada à produção de farinha de mandioca e outra produtora de enlatados e doces. Apesar da Indústria do vestuário apresentar o segundo lugar na arrecadação municipal desse imposto, como pode ser observado na TABELA 2.2, esse ramo vem adquirindo cada vez mais representatividade dentro do contexto econômico de Cianorte.

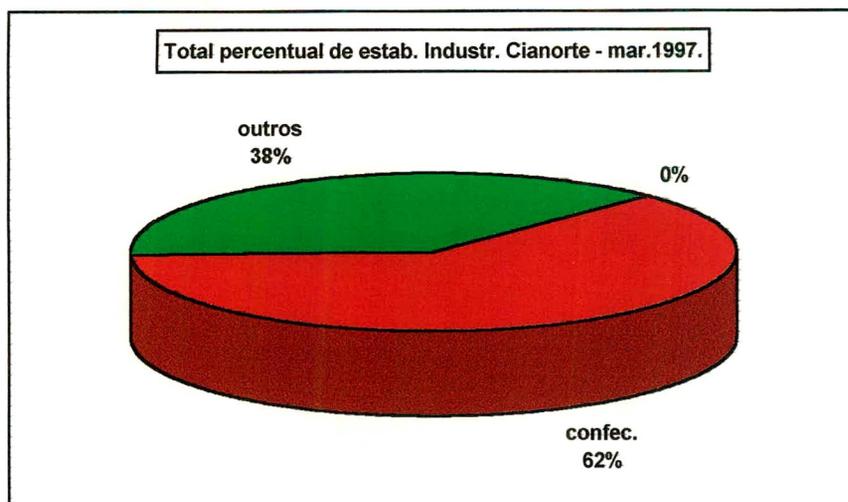
**TABELA 2.2 - PARTICIPAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE CIANORTE
NA ARRECADAÇÃO DO ICMS - 1993**

- INDÚSTRIAS	Particip.arrec.ICMS
Produtos alimentares	55,27%
vestuário,calçados e artigos de tecidos	15,56%
bebidas	12,37%
mecânica	3,88%
madeira	3,63%
couro, peles e produtos derivados	2,18%
mobiliário	1,58%
transformações diversas	1,12%
metalúrgica	0,91%
produtos de perfum., sabões e velas	0,89%
materiais de transporte	0,85%
produtos farmacêuticos e veterinários	0,53%
editorial	0,34%
têxtil	0,20%
extrativas de minerais	0,18%
minerais não metálicos	0,17%
mat. elétrico e comunicação	0,12%
de borracha	0,11%
matérias plásticas	0,01%
outras	0,10%
TOTAL	100,00%

Fonte: IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Org. Katy Maia, p.37

Quanto ao número de estabelecimentos industriais de Cianorte, cadastrados na Secretaria da Indústria e Comércio do Estado do Paraná, dados recentes apresentam o ramo de confecções despontando majoritariamente, possuindo um número de estabelecimentos superior à soma de todos os outros ramos industriais da cidade, como demonstra o gráfico seguinte.

GRÁFICO 2.14



Fonte: Listagem dos Estabelecimentos Industriais de Cianorte - SEID/SIC/PR de mar. 1997.
Org. Edson S. Dias.

Desde o final da década de setenta, algumas indústrias de confecções da cidade começaram a ganhar destaque, em termos de competitividade. A partir de 1989, inúmeras empresas iniciaram sua operação nesse ramo, num ritmo cada vez mais acelerado, conforme é constatado abaixo.

QUADRO 2.4

- Total das indústrias do ramo de confecções de Cianorte por ano de início das atividades, cadastradas na SIC.PR - 1977 até dezembro de 1993.

ANO	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	total
nº ind.	1	1	1	1	2	0	1	1	2	6	0	2	7	17	12	17	55	126

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Paraná.
Org. Katy Maia, p. 18

As duas primeiras indústrias do ramo de confecções da cidade iniciaram suas atividades nos anos de 1977 e 1978 respectivamente, sendo que os seus proprietários pertencem à mesma família, de origem libanesa e instalada em Cianorte desde 1955, quando abriram uma pequena loja de armarinhos.

Uma das indústrias voltou-se exclusivamente para o mercado nacional; a outra especializou-se em *jeans*, e investiu no mercado externo. Esta última, atuando como subcontratada, presta serviço para grandes empresas detentoras de *griffes* reconhecidas no país, além de ter fechado um contrato, até o

ano de 2005, com uma grande empresa de *jeans* americana, fornecendo-lhe 100.000 peças por mês.⁹

Durante a primeira gestão do prefeito Jorge Moreira da Silva, de 1983 a 1988, o setor de confecções recebeu bastante incentivos por parte da administração municipal. Esta, junto com empresários locais, fez um trabalho de divulgação em diversos estados, associando a cidade com o vestuário. Nessa época é criado o *slogan* "**Cianorte- Capital do Vestuário**", encontrado em *outdoors* localizados em diversos pontos do Paraná, ou mesmo nos estados de São Paulo e Santa Catarina.

O poder público municipal passou a oferecer estímulos de ordem fiscal- isenção de IPTU e ISQN por cinco anos; e infra-estrutura - como serviços de terraplanagem, doação de terrenos, construção de vias de acesso etc, com o objetivo de atrair mais indústrias para o município. Inclusive a preparação de mão-de-obra especializada, através de cursos de bordado e costura industrial ministrados pelo SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, teve participação da administração pública local.

Quanto ao tamanho das empresas¹⁰ ligadas à indústria de confecções em Cianorte, há uma predominância das micro e pequenas empresas.

QUADRO 2.5

- Total das empresas do ramo de confecções de Cianorte, cadastradas na SICEPAR, até julho de 1993.

Tamanho empresas	Micro	Pequena	Média	Grande	Não declar.	Total
Nº empresas	45	6	2	1	47	101
Porcentagem	44,55%	5,94%	1,98%	0,99%	46,53%	100,00%

Fonte: Listagem dos Estabelecimentos Industriais de Cianorte- SIC/PR de julho/93.
Org. Katy Maia, p. 23

⁹ LOPES, Cláudia. Cheina Confecções está concordatária. **Folha de Londrina**, 14 set. 1995. Caderno Folha Economia, p. 3.

¹⁰ O critério adotado para classificação das empresas é o utilizado pelo SEBRAE, que considera o número de empregados:

Tamanho da empresa	Número de empregados
Micro empresa	até 20 empregados
Pequena empresa	de 21 até 100 empregados
Média empresa	de 101 até 500 empregados
Grande empresa	acima de 501 empregados

FONTE: SEBRAE

O comércio de vestuário em Cianorte especializou-se em atender a uma clientela voltada à compra para revenda de roupas, clientela que vem à cidade através de excursões organizadas exclusivamente para atender a esse objetivo. Caracterizando esse tipo de venda, escreve MAIA (1994, p. 27):

Cada ônibus traz um guia, cuja função é levar os compradores até as lojas e garantir a idoneidade destes, visto que as compras são pagas com cheques pré-datados. Atualmente, pelo elevado número de postos de venda - mais de 500, entre os quais 10 shopping atacadistas - e de ônibus de excursões que visitam a cidade - a média de 20 por dia - bem como pelo volume de vendas, estão funcionando 3 Centrais de Guias, as quais prestam serviço de seleção, cadastramento, acompanhamento e pagamento dos guias das excursões, organizando o fluxo dos ônibus e dando mais segurança aos comerciantes.¹¹

Os compradores são provenientes de diversos estados do país, em especial do Rio Grande do Sul. Trata-se de um mercado voltado para a venda aos chamados "sacoleiros", pessoas interessadas em comprar roupas para revender nas lojas de suas cidades de origem. Assim como a produção, o comércio de roupas é responsável pela geração de muitos empregos na cidade.

Procurando criar uma imagem de identificação de Cianorte com o ramo de confecções, desde 1990 é realizada a **EXPOVEST - Feira Exposição do Vestuário**, em data próxima ao aniversário da cidade, no dia 26 de julho. Atraindo compradores de diversas partes do Brasil, essa feira anual é o momento de maior importância para o comércio atacadista de confecções local.

Em 1994, realizou-se a V EXPOVEST no Parque de Exposições da cidade, com 154 *stands*, áreas para desfiles de moda, lazer, restaurante e administração. No referido ano, cento e vinte e oito pequenas e micro empresas, uma de médio porte e outra de grande, participaram do evento. De acordo com os organizadores da Feira, cerca de 156.000 pessoas visitaram a EXPOVEST naquele ano, comercializando 150.000 peças e contando com um volume total de arrecadação de US\$ 5.000.000. (MAIA, 1994, p. 40)

¹¹ É importante observar que os dados acima dizem respeito ao ano de 1993; sendo o mercado de confecções bastante dinâmico, os dados apresentados são referências apenas para esse momento.

4.1 Os novos desafios colocados diante do setor de confecções em Cianorte

Como reflexo de mudanças ocorridas na economia a nível nacional, atualmente as empresas da cidade ligadas ao setor de confecções estão passando por algumas dificuldades. Além da abertura do mercado nacional para produtos estrangeiros mais baratos, provenientes principalmente do mercado asiático, o Plano Econômico adotado pelo Governo Federal, desde 1994, teve repercussões em todos os setores da economia. As empresas foram obrigadas a se adaptarem às novas condições de estabilidade econômica amparada em altas taxas de juros e câmbio supervalorizado.

Segundo dados veiculados no noticiário estadual, o conjunto da indústria de confecções de Cianorte, que contava com aproximadamente duzentas fábricas e seis mil trabalhadores, enfrenta dificuldades devido às medidas anticonsumo adotadas pelo governo federal. Entre os meses de janeiro e abril de 1995 foram demitidos seiscentos empregados, representando um número de demissões 200% maior que o encontrado no mesmo período do ano anterior.¹²

A maior indústria de Confecções do Município de Cianorte foi atingida pela nova situação econômica do país e pediu concordata. Em razão da defasagem cambial, a empresa, que possui um contrato de exportação de 100.000 calças por mês, até o ano de 2.005, a uma grande empresa americana, chegou a registrar um prejuízo de 11% ao mês.¹³

Informações mais recentes, obtidas no ano de 1996, revelam uma conjuntura mais grave para a economia do município, indicando que o parque industrial do vestuário em Cianorte atravessava situação crítica decorrente da redução da demanda, associada a maior concorrência externa depois do lançamento do Plano Econômico "Real" pelo governo federal. Os dados dão conta de uma queda de 56% no número de empresas e de 28% no contingente empregado no período de dezoito meses.¹⁴

¹² MOREIRA, Vânia. Confecções de Cianorte demitem 600. **Folha de Londrina**, 16 mai. 1995, p. 4.

¹³ LOPES, Cláudia. Cheina Confecções está concordatária. **Folha de Londrina**, 14 set. 1995. Caderno Folha Economia, p. 3.

¹⁴ CONFECÇÕES de Cianorte pedem socorro. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 5 mar. 1996. Caderno Economia, p. 10.

FOTO 2.1



Nos primeiros anos da década de noventa, o grande fluxo diários de ônibus que traziam os “sacoleiros” indicava um contexto econômico que não se repete atualmente.

Além disso, as empresas de Cianorte encontram uma concorrência cada vez mais acirrada por parte de outras cidades do Norte do estado, onde o ramo de confecções vem crescendo. É o caso de **Maringá**, cujos empresários apresentaram um projeto ao governo do estado, para a criação do "Pólo da Indústria Têxtil e da Confecção", centrado nessa cidade¹⁵; e **Londrina**, abrigando um dos maiores pólos de indústrias de confecções do Paraná, pois das 2.578 indústrias existentes nessa cidade, aproximadamente 1.300 estão ligadas aos setores têxtil, de vestuário e calçados.¹⁶

¹⁵ EMÍLIA apóia criação do Pólo. **Folha de Londrina**, 23 ago. 1995, Caderno Economia, p. 2.

¹⁶ KASTER, Jaime. Londrina lidera criação de empresas no Paraná. **Indústria & Comércio**, Curitiba 11 set. 1995. Caderno Negócios, p. 12.

Apesar das dificuldades impostas a partir das mudanças que se fizeram presentes na economia em nível nacional, o setor de vestuário, ligado à produção e vendas, **ainda é muito importante para a cidade**, especialmente na geração de empregos. Devido às particularidades que permeiam a indústria de confecções, parcela majoritária do número de empregos criados pelo setor é formada por mão-de-obra feminina.

O papel das mulheres na produção e no mercado de trabalho ligado às indústrias de confecções em Cianorte é bastante relevante e enquadra-se, em muitos casos, à seguinte análise proferida por HARVEY (1992, p. 146): “Não apenas as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação permite o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa.” Nesse sentido, as trabalhadoras a domicílio de Cianorte possuem um papel importante na indústria de confecções da cidade, enquanto mão-de-obra especializada subcontratada, contribuindo para o aumento da produção e elevação do nível de qualidade dos produtos.

Ainda tratando sobre esse assunto, como a indústria de confecções é a principal empregadora na cidade, encontra-se em curso uma participação maior dos homens em atividades produtivas antes exclusivamente ocupadas por mulheres, como cortar, costurar, dobrar e passar roupas nas indústrias¹⁷. A inserção de homens (ainda pouco expressiva numericamente) nesse tipo de atividade, dá-se em razão da falta de outras opções de emprego em Cianorte. Tal fenômeno, contudo, não revelou um aumento do rendimento dos trabalhadores do setor de uma maneira geral, cujo salário médio, em maio de 1997¹⁸, estava em torno de R\$ 230,00.

Considerando-se a importância do setor de confecções para a cidade, alternativas para amenizar a crise estão sendo perseguidas. Um dos

¹⁷ Homens invadem o corte e costura. *O Estado do Paraná*. Curitiba, 18 mai.1997, p. 8.

¹⁸ *Ibid.*, p. 8.

caminhos tem sido a aprovação de financiamentos subsidiados, por parte do Estado, às empresas atuantes na fabricação de confecções. Ainda neste ano de 1997, o BRDE- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul liberou R\$ 872.000,00 em financiamentos para vinte e duas pequenas empresas de Cianorte (que tenham faturado até R\$ 600.000,00 em 1996), em condições favoráveis.¹⁹

As informações contidas neste capítulo objetivaram apresentar um quadro geral sobre o desenvolvimento econômico do Município (reflexo direto do contexto norte-paranaense e nacional, porém com particularidades locais), periodizado em ciclos claramente identificáveis.

Antes de encerrarmos este capítulo, algumas questões merecem ser destacadas. Em primeiro lugar, o capítulo tratou, de forma privilegiada, sobre os aspectos econômicos referentes ao município do Cianorte e região, objetivando situar os elementos marcantes do desenvolvimento do mesmo, e que influíram na configuração espacial da cidade, desde a sua fundação oficial até os dias de hoje. No entanto, compreendemos que a busca da interpretação da realidade, aí incluindo a avaliação da dinâmica espacial, não pode se resumir exclusivamente à estrutura econômica. Trata-se de uma opinião compartilhada com SANTOS (1990, p. 146) quando este afirma que “O econômico se apresenta como uma realidade social complexa porque se trata de um campo particular de atividade orientada para a produção, repartição e o consumo de objetos materiais e, ao mesmo tempo, pelos mecanismos dessa produção, dessa repartição e desse consumo, é um aspecto particular de todas as atividades não econômicas.” Logo, o econômico não comporta a totalidade das influências que interferem nas modificações que ocorrem na organização espacial, devendo ser consideradas as particularidades políticas, sociais e culturais envolvidas no processo estudado, além da própria configuração espacial, pois os diversos atributos espaciais, como por exemplo o espaço construído e a distribuição da população, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais (SANTOS, 1979,p.18).

¹⁹ BRDE libera empréstimos para empresas de Cianorte. **O Diário**. Maringá, 15 jan.1997,p. 7.

O espaço não é apenas o “palco” onde desenrolam-se os conflitos e relações sociais e econômicas, mas também influencia/interage na sociedade; ou ainda, resgatando uma análise feita por MARX, “Tudo o que é resultado da produção é, ao mesmo tempo, uma pré-condição da produção.” (apud SANTOS, 1979, p. 19).

No próximo capítulo, ao abordarmos a produção do espaço urbano da cidade de Cianorte, pretendemos ampliar a análise, focalizando aspectos que transcendem o econômico, traçado em linhas gerais neste capítulo, e que servirá de elemento norteador para um estudo mais amplo.

FOTO 2.2



Unidade comercial especializada na venda atacadista de roupas em Cianorte-1994.

FOTO 2.3



Unidade de comércio atacadista localizada à margem da rodovia que liga Cianorte a Maringá, ainda em construção no ano de 1994. Atualmente, em 1997, essa unidade encontra-se concluída e em funcionamento, porém, muitos dos espaços reservados para as lojas ainda estão desocupados.

CAPÍTULO 3

- APRESENTAÇÃO DO ESPAÇO PRODUZIDO DE CIANORTE TENDO COMO REFERÊNCIA A AÇÃO/CONCEPÇÃO DA CMNP

1. Pensar a cidade: uma necessidade que se impõe a partir do século XIX

Nesse sub-capítulo passaremos à análise do plano urbanístico encomendado pela CMNP para a edificação da cidade de Cianorte, procurando demonstrar que a forma urbana projetada para a cidade tem ligações com a proposta de criação das **idades-jardins** inglesas, tornando necessário, num primeiro momento, resgatar o encaminhamento histórico que levou ao surgimento de tais proposições na Europa Ocidental do século XIX.

A urbanização é resultado do processo de industrialização, no entanto, isso não significa minimizar o papel que a cidade já representava antes da indústria. Segundo LEFEBVRE (1991, p. 4) é inadmissível menosprezar o que significou a cidade oriental (ligada ao Modo de Produção Asiático), as cidades gregas e romanas (ligadas ao escravismo), a cidade medieval (inserida em relações feudais e ao mesmo tempo lutando contra a feudalidade da terra). Quando a burguesia industrial está dando seus primeiros passos, a Cidade já tem uma poderosa realidade.

Mas é evidente que, com a aceleração da industrialização, a cidade toma uma configuração e uma dimensão até então inimagináveis. O industrialismo, desenvolvendo-se aceleradamente na Europa do século XIX, produziu algo mais do que riqueza para a burguesia. Provocou, também, o surgimento de um ambiente urbano altamente degradado, onde, segundo MUMFORD (1965, p. 569), até mesmo os bairros das classes dominantes eram imundos e congestionados.

Os autores, que retratam as condições das cidades industriais do século passado, não poupam tintas negras para descrever o caos urbano, nos mais diversos sentidos (circulação, higiene, infra-estrutura, etc), que assolava essas localidades. Sobre esse assunto, um relato detalhado e realista sobre a situação da classe operária nas grandes cidades nos é fornecido por ENGELS(1986), que se utiliza de relatórios e pesquisas sociais, além de constatar pessoalmente as condições de precariedade da vida dos trabalhadores na Inglaterra do século XIX.

Observação bastante pertinente é feita pelo geógrafo CLARK (1985,p. 229):"É discutível se as condições de vida eram significativamente piores nas cidades do século XIX do que as que existiam na zona rural antes da industrialização, mas a concentração da carência nos bairros pobres da cidade tornou visível a pobreza e as doenças e, surgindo como ameaças às classes médias e altas, fez com que essas condições fossem definidas como um problema básico para a sociedade."

Seguindo o ritmo "natural" das orientações em uma sociedade capitalista, somente quando a pobreza torna-se insuportavelmente visível e ameaçadora que os "benfeitores" pertencentes à classe dominante começam a se preocupar com a necessidade do planejamento urbano. Com isso, medidas são propostas e tomadas, na tentativa de reverter a situação caótica e degradante de extensas faixas pertencentes à área urbana.

O surgimento de diversas correntes teóricas e/ou a tomada de ações diretas sobre a cidade levaram às primeiras tentativas de reformulação do projeto de cidade, o que representa, de uma ou outra forma, uma busca em direção à modernidade, procurando a superação da situação desordenada em que se encontrava a cidade industrial no século XIX.

Nesse contexto, é marcante a presença dos **socialistas utópicos**, como por exemplo os franceses Saint-Simon, Fourier, Proudhon, Louis Blanc e o inglês Owen. Apesar das especificidades que marcam o pensamento de cada um desses socialistas utópicos, a grande marca dessa corrente é a busca da materialização de novas cidades, onde os trabalhadores estariam organizados de forma a obter a liberdade e o mundo da abundância; tratava-se da cidade ideal.

Para esses teóricos, as cidades seriam comunidades de pessoas livres e com os mesmos direitos, que se autogovernariam, sendo criadas pela livre vontade dos despossuídos. Seriam organizadas em grandes cooperativas geridas pelos trabalhadores, havendo liberdade de pensamento e de expressão, igualdade de direitos sociais, abundância e felicidade. (CHAUÍ, 1995, p. 408)

Só a título de exemplo, Fourier defendia a proposta de substituir a cidade pelo falanstério, que seria um palácio social que abrigaria uma comunidade de mais ou menos 1.600 pessoas. Robert Owen já propunha a fundação de "cidades de harmonia e cooperação", agrupando 1.200 pessoas alojadas em conjuntos habitacionais e explorando, em conjunto, um domínio agrícola (HAROUËL, 1990, p. 117).

Alguns desses socialistas utópicos, como o próprio Owen, chegaram a investir pesadas somas em dinheiro na edificação de seus modelos de cidades, na tentativa de demonstrar sua viabilidade e ganhar o apoio da burguesia para suas propostas, que poderíamos chamar, no máximo, de "bem intencionadas".

A busca da cidade ideal, que superasse os problemas criados com a industrialização, era o alvo dos utopistas do século XIX, mas, segundo RONCAYOLO (1993, p. 165), tratava-se de uma questão que ia além da preocupação com os reflexos da indústria: "Na verdade, a criação destas utopias não vem de uma situação 'pura', que seria a grande indústria; encontram-se aqui, misturadas, ao mesmo tempo as velhas condenações morais, estéticas ou

higiênicas contra a capital, a cidade opressiva do século XVIII e a consciência dos novos problemas industriais, sobretudo em Owen.”¹

Com o objetivo de contribuir para a contextualização do nascimento do Modernismo Urbano, torna-se indispensável mencionar a importância da reformulação de Ringstrasse², em Viena, um triunfo obtido pelos liberais, que por volta de 1860 conseguiram o poder político na Áustria. Esses liberais tencionavam transformar o Estado de acordo com os princípios do constitucionalismo e os valores pregados pela classe média. Viena tornou-se símbolo dos ventos liberais sobre a Áustria e foi remodelada, conforme seu novo tempo, à imagem do poder liberal (SCHORSKE, 1988, p. 43).

Também na segunda metade do século XIX, pouco antes dos liberais austríacos chegarem ao poder em Viena, acontecimentos glamourosos desenvolviam-se na cidade de Paris, os quais seriam registrados como os primeiros passos rumo à uma redefinição urbanista a partir de uma concepção que começava a moldar-se como modernista. Tratava-se da aplicação de uma política de urbanismo que viria a remodelar a caótica Paris do século XIX, sendo que Napoleão III nomeara, em 1853, através de um mandato imperial, o Barão Georges Eugène Haussmann como prefeito de Paris. Este e seus colaboradores colocaram em ação uma pretensiosa política de transformação urbana, objetivando sanar sérios problemas de uma Paris superpovoada, insalubre e perigosa.

¹ À vrai dire, la création de ces utopies ne vient pas d'une situation "pure", qui serait la grande industrie; on y retrouve, mêlés, à la fois les vieilles condamnations morales, esthétiques ou hygiéniques contre la capitale, la ville écrasante du XVIII siècle et la conscience des nouveaux problèmes industriels, surtout chez Owen.

² Tratava-se de uma grande extensão de terra desocupada, localizada no centro de Viena, separando a antiga cidade interna e os subúrbios. Essa área ficou disponível para uma ocupação posterior, em razão das fortificações que se mantiveram ali, mesmo após áreas com o mesmo fim terem desaparecido em outras capitais européias; era, até então, uma área de uso militar.

A velha Paris de características medievais já não atendia às demandas de uma economia dinâmica e em expansão, asfixiando a circulação de pessoas e mercadorias e não definindo claramente o espaço reservado para cada grupo social. O empreendimento principal de Hausmann tratava de abrir novas vias de circulação urbana. Apresentando resumidamente suas ações, nos valem de BERMAN (1986, p. 146), quando esse escreve:

Os novos bulevares permitiram ao tráfico fluir pelo centro da cidade e mover-se em linha reta, de um extremo a outro - um empreendimento quixotesco e virtualmente inimaginável, até então. Além disso, eles eliminariam as habitações miseráveis e abririam "espaços livres" em meio a camadas de escuridão e apertado congestionamento. Estimulariam uma tremenda expansão de negócios locais, em todos os níveis, e ajudariam a custear imensas demolições municipais, indenizações e novas construções.

A política empreendida nesse governo não se limitou à abertura de grandes vias de circulação, mas abrangia também a construção de equipamentos públicos e infra-estrutura de maneira geral. Muitos edifícios, quando não bairros inteiros, foram varridos do cenário parisiense, o que resultou, obviamente, no deslocamento de milhares de pessoas que moravam nos setores atingidos pela reforma.

Seria pertinente atentarmos para duas questões que envolvem a obra hausmaniana: a primeira diz respeito à preocupação estratégico-militar que essas largas vias de circulação adquiriam, facilitando o controle, por parte do aparelho de repressão oficial, de quaisquer levantes ou formação de barricadas na cidade. Outra questão trata da tentativa desse projeto de fornecer uma imagem de uniformidade das fachadas, dissimulando a realidade social das zonas atravessadas, que apresentavam contrastes sociais enormes. Como consequência da valorização das áreas atingidas pelas reformas, grande número da população pobre se vê obrigada a deixar a área central.

Busca da uniformidade, abertura de grandes vias de circulação, renovação de determinadas áreas do tecido urbano - Haussmann, com sua

política de re-urbanização de Paris, contribuiu para indicar o caminho que mais tarde resultaria num movimento modernista urbano mais sistematizado.

Como desdobramento de todas essas mudanças que se processavam na Europa da segunda metade do século XIX, poucas décadas depois de ter sido desencadeada a renovação parisiense, começa a figurar entre aqueles que pensam a cidade moderna, o nome do inglês Ebenezer Howard, com suas propostas de criação da **cidade-jardim**, expostas em seu livro "Tomorrow", publicado em 1898. Conforme a nossa análise, o plano urbanístico original para a cidade de Cianorte foi influenciado pelas idéias de Howard, a partir do seu projeto de cidade-jardim, e nossas argumentações seguintes procuram demonstrar os traços dessa ligação.

2. O plano urbanístico de Cianorte elaborado pela CMNP: sua relação com o projeto da cidade-jardim

Howard insiste, em seus projetos, na tentativa de reunir as vantagens do campo e da cidade para que os indivíduos pudessem ter uma melhor qualidade de vida. Tanto a cidade como o campo agiam como ímãs a atrair as pessoas em busca de amenidades. No entanto, campo e cidade apresentavam, contraditoriamente, vantagens e desvantagens, qualquer que fosse a escolha. Uma cidade que abrigasse, concomitantemente, as amenidades de um e outro ímãs resultaria num local perfeito de vida e progresso para o homem, conforme é retratado na FIGURA 3.1.

Através da figura, percebe-se que a proposta é formar um agrupamento humano equilibrado, usufruindo, por um lado, das vantagens do campo e da cidade, por outro, evitando os inconvenientes de ambos. Cada cidade-jardim deveria comportar 32 mil habitantes e ser auto-suficiente em emprego, indústria, comércio e produção agrícola, atendendo todas as exigências daquela população.

MUMFORD (1965, p. 659) destaca que alguns estudiosos cometem a imprudência de chamar de cidades-jardins os subúrbios das grandes cidades. Na verdade, cidade-jardim designava toda uma cidade que representaria uma nova forma de urbanidade e não se resumia apenas a uma horticultura, ou seja, o emprego de grandes jardins para as residências e a presença do verde.

É necessário destacar que as idéias de Howard divergiam em uma série de pontos em relação às idéias de modernistas como Le Corbusier. Dentre essas divergências está o combate à uniformização dos edifícios ou adoção de um método particular de urbanismo.

Em um primeiro momento, passa-nos a impressão de que esse modelo de urbanização levaria a um isolamento de pequenas cidades fragmentadas pelo espaço. Mas, na verdade, a proposta desse planejador era bem mais ampla, e constituía-se na organização de toda uma rede de cidades interligadas, empreendimento viável a partir do desenvolvimento das modernas formas de comunicação e transporte que estavam surgindo na passagem para o século XX.

Howard preocupava-se com a qualidade de vida dos habitantes das gigantescas aglomerações urbanas existentes na Inglaterra altamente industrializada do século XIX. MUMFORD (1965, p. 661) esclarece que a proposta inovadora daquele planejador consistia em procurar mostrar que dez cidades de trinta mil habitantes cada uma, ligadas por transportes públicos rápidos, politicamente federadas e culturalmente associadas, podiam gozar das diversas vantagens que uma cidade unitária isolada de trezentos mil habitantes poderia tornar possíveis; e poderia ter tais vantagens sem os inconvenientes da unidade maior. O que se fazia antes pela densa construção podia ser feito agora pela densa organização, graças ao transporte rápido e à comunicação instantânea.

As propostas de Howard vão se materializar com a fundação, em 1902, da “The Garden City Pioneer Company Ltda”, viabilizando a implantação da primeira Cidade-Jardim, por volta de 1904, chamada Letchworth, localizada a cinquenta e seis quilômetros de Londres (HOWARD, 1996, p. 45).

Uma observação atenta sobre a forma da cidade de Cianorte, FIGURA 3.2, comparada com o plano da cidade de Letchworth, FIGURA 3.3, indica-nos uma série de pontos convergentes, quanto ao traçado. A linha férrea, acompanhada da Zona Industrial e Armazéns, corta a cidade; o comércio localiza-se na área central; a cidade conta com diversas áreas de lazer (praças públicas); e a principal evidência refere-se ao cinturão verde. De acordo com a proposta de HOWARD (1996, p. 44) todas as cidades-jardins seriam envolvidas por um cinturão verde, evitando a formação da cidade em “mancha de óleo” contínua.

Reforçando a nossa argumentação sobre a influência da proposta das cidades-jardins no plano original de Cianorte, deve ser considerada a grande divulgação que as idéias de Howard obtiveram através da imprensa britânica, e mesmo internacional. Inclusive, o programa de Cidades Novas, desenvolvido na Inglaterra após a Segunda Guerra Mundial, na busca de desafogar os grandes centros urbanos, foi parcialmente inspirado no movimento de cidades-jardins, pelo menos num primeiro momento da aplicação do plano.

Ademais, o projeto urbanístico de Cianorte, assim como o de Maringá, foi encomendado pela empresa colonizadora ao engenheiro **Jorge de Macedo Vieira**, que trabalhava na “Cia. City de São Paulo”, demonstrando a proximidade do mesmo com as proposições inglesas de urbanismo. Vieira também projetou o Parque da Mooca em São Paulo e o Jardim Guanabara, situado na ilha do Governador, no Rio de Janeiro. Conforme declaração do engenheiro, para elaborar o projeto de Cianorte, assim como Maringá:

“Infelizmente não estive no local, eu me baseei só numa planta topográfica que me foi fornecida pelo Cássio Vidigal [foi presidente da CMNP]...”³

Deve ser lembrado ainda que a companhia colonizadora foi formada por capital inglês durante muito tempo, e, ao passar para o controle de capitalistas brasileiros, conservou muitas das estratégias empresariais anteriores. O Sr. Oscar Boeing⁴, funcionário da Companhia desde 1942, relata que a empresa manteve muitas tradições dos ingleses, quanto à forma de administrar, mesmo após a venda efetuada aos brasileiros.

É importante deixar claro que não consideramos que Cianorte materializa-se numa caracterização **plena** quanto à proposta de funcionalidade da Cidade-Jardim segundo Howard, que vai bem mais além do que a forma urbana, como já foi exposto anteriormente. Porém, todos os argumentos apresentados nesse sub-capítulo foram levantados para demonstrar que a gênese do projeto urbanístico de Cianorte foi influenciada pelas idéias ligadas à proposta de Cidade-Jardim, especialmente no que se refere ao traçado da cidade, preocupações urbanísticas intra-urbanas e organização de uma rede local de cidades interligadas.

³ Entrevista feita pela Secretaria de Cultura da Pref.Mun.de Maringá, junto ao Engº Jorge de Macedo Vieira. mimeo. s/d.

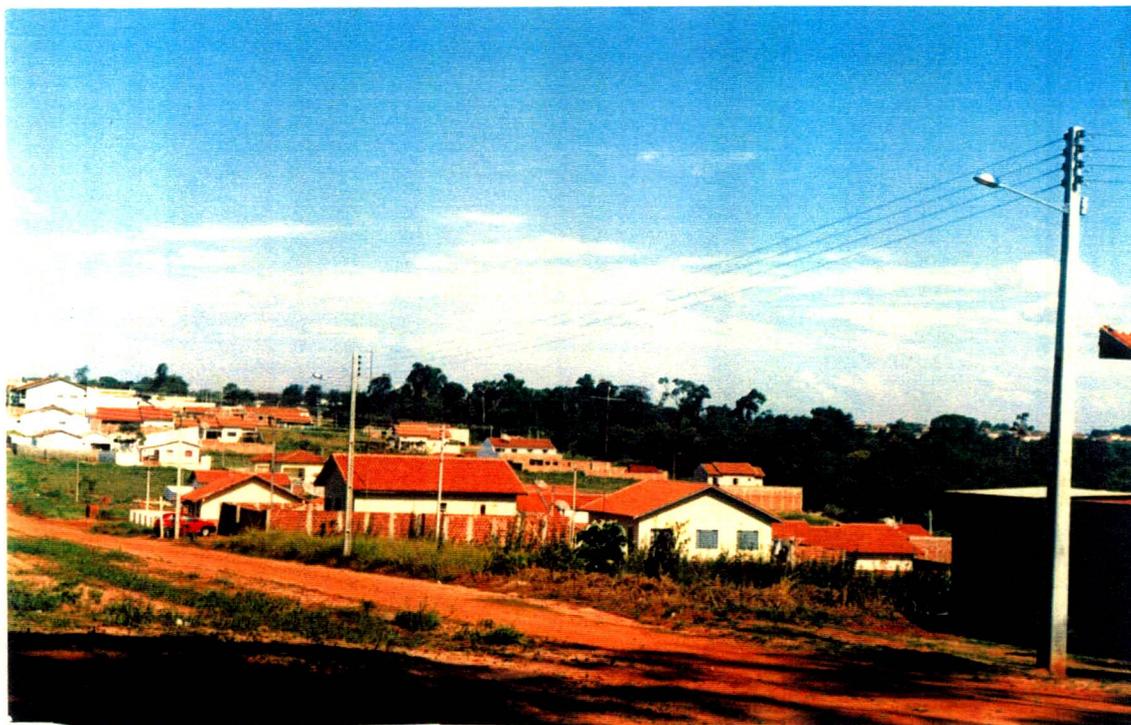
⁴ Entrevista concedida em 16/01/97.

FOTO 3.1



A mata pertence a área do “Cinturão Verde”, sendo que ao lado encontra-se loteamento urbano aprovado nos anos noventa (Condomínio Residencial Century Park), que para ser implantado derrubou parte da vegetação.

FOTO 3.2



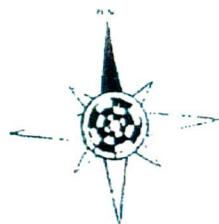
Casas localizadas nas proximidades do “Cinturão Verde”, em área colocada no mercado pela CMNP na década de 1990.

CIA. MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ

— planta do patrimônio —

CIANORTE

1953



ÁREAS

Área urbana: 731,21 alq²

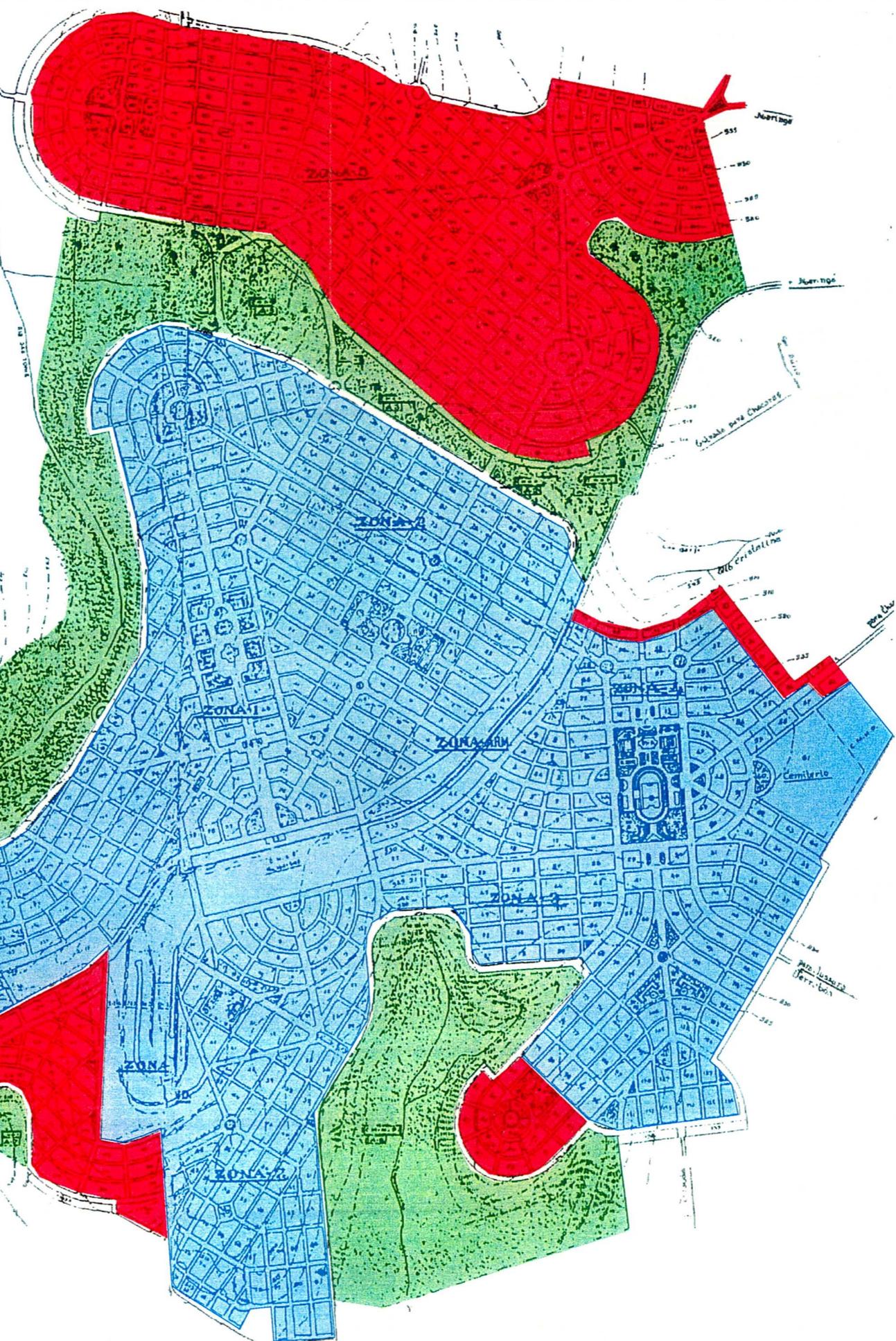
Áreas livres: 98,20 alq²

A.1.1.1.1.1 = 98,20 alq²

TOTAL: 729,91 alq²

Gl. Avará
Cruzeiro de Getúlio

1953



Cianorte

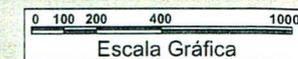
ÁREA URBANA

PLANO ORIGINAL DA
MALHA URBANA DE CIANORTE
1953

LEGENDA

- Área planejada pela CMNP que se efetivou
- Área planejada pela CMNP que não se efetivou
- Cinturão Verde - área de preservação natural

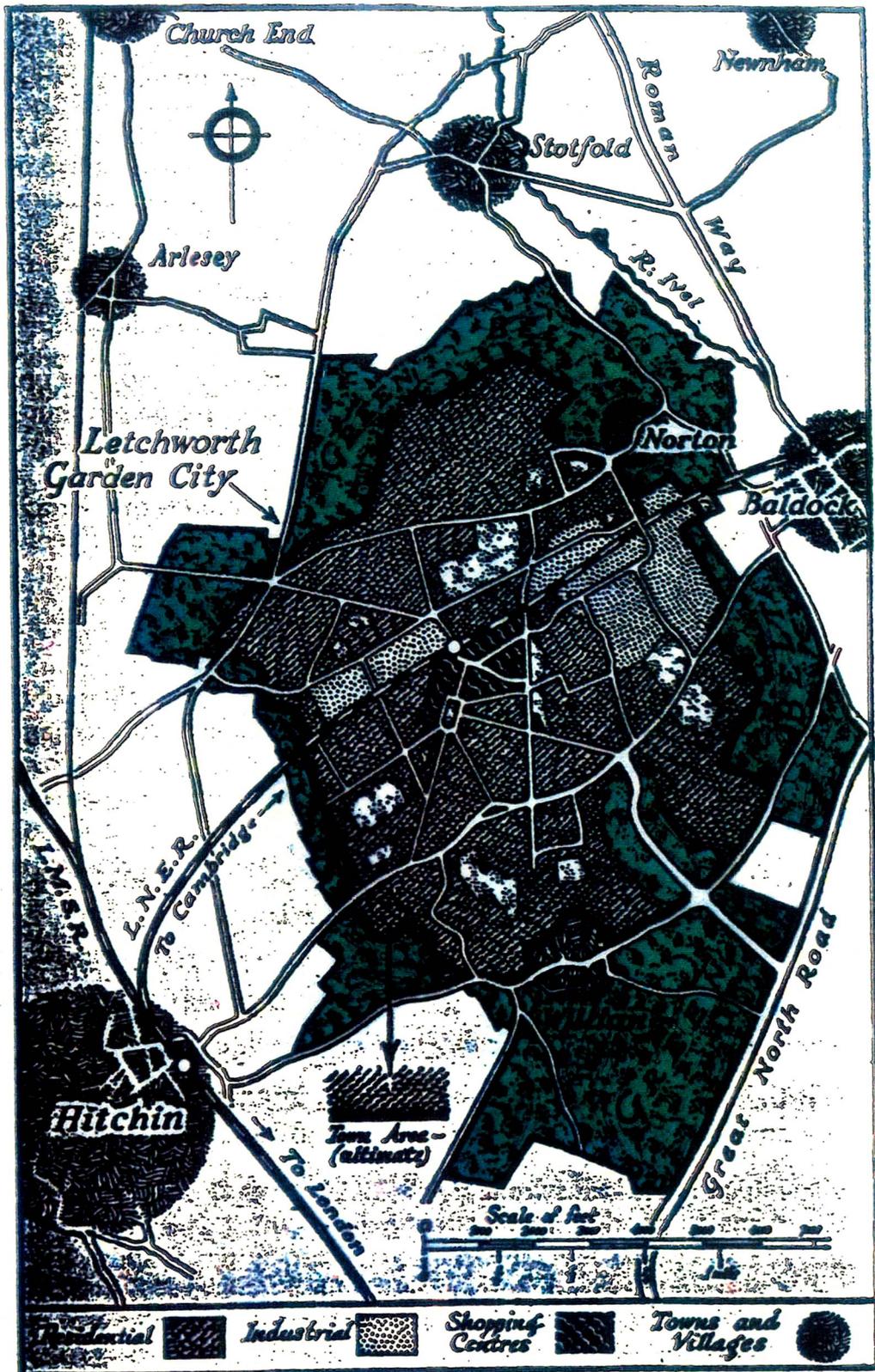
Base: CMNP/53
Fontes: CMNP/53; Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
Organização: Edson dos Santos Dias/97



Escala Gráfica

Figura 3.2

figura 33 Representação da Cidade-Jardim de Letchwort



3. A interferência da CMNP na organização espacial de Cianorte - uma cidade planejada de acordo com a racionalidade econômica

3.1 O quadro natural que serviu de receptáculo para a edificação da cidade de Cianorte

Na região onde localiza-se o Município de Cianorte, o relevo apresenta-se levemente ondulado, com pequenos espigões que se constituem em divisores de água, suaves colinas e fundos de vales em “V” do tipo aberto. A CMNP, na implantação da cidade de Cianorte, utilizou-se dos mesmos princípios de organização adotados em projetos anteriores. Assim, o quadro natural previamente escolhido para servir de **sítio** (aqui entendido como o lugar preciso da implantação inicial da cidade - BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 94), constitui-se em um espigão rodeado pelas cabeceiras de vários córregos. O plano feito para orientar a constituição da cidade de Cianorte previa que a mesma deveria localizar-se próxima às nascentes d’água, para facilitar a captação dessa para uso urbano, mas não deveria ser cortada por cursos d’água para evitar problemas de inundação.

Porém, litologicamente estando localizada no início da Formação Caiuá (componente do Grupo Bauru), o solo do município destaca-se por possuir textura arenosa, bastante sujeito aos processos erosivos. O Município está situado na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, sendo que os cursos d’água que cortam o mesmo são de pequeno porte, sem potencialidade para a navegação ou aproveitamento para a geração de energia hidrelétrica. Esses córregos, tributários do rio Ivaí, processam um trabalho de entalhamento da área onde encontra-se a cidade de Cianorte. A urbanização à montante das cabeceiras provocou o aumento da concentração de águas pluviais nos “anfiteatros”⁵, o que resultou num processo de ravinamento que mais tarde evoluiu para enormes voçorocas dentro da área urbana, as quais se tornaram um problema grave e constante para a população e administração pública do município.

⁵ Circos de erosão, muito freqüentes nas bordas dos chapadões. O anfiteatro tem uma forma semicircular ou oval. GUERRA (1989, p. 25).

Conforme a avaliação de um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá, sobre o problema erosivo no entorno da cidade de Cianorte, o traçado urbano teria contribuído para o agravamento do processo erosivo (NÓBREGA, 1995, p. 188): “A malha urbana de Cianorte com traçado inadequado, ruas perpendiculares às curvas de nível, concentram o escoamento pluvial, e lançam nas vertentes ou nas cabeceiras de drenagem, hoje já transformadas em voçorocas, um grande volume de água. Tal fato favorece a ampliação e recuo destas cabeceiras, mesmo quando obras de controle já foram executadas, como no caso da voçoroca Mãe Biela.”

A erosão da “Mãe Biela” recebeu este nome em razão de uma senhora, conhecida como Mãe Biela, ter a base da sua casa parcialmente tragada pela voçoroca, ficando a residência pendurada no barranco. Para CIOFFI (1995,p. 10) o problema erosivo na cidade tornou-se mais crítico nos anos sessenta e setenta, registrando-se os piores momentos da ação destruidora da erosão, quando focos antigos dentro da área urbana se expandiram rapidamente.

Nos dias de hoje, algumas destas voçorocas foram controladas, porém não integralmente, sendo que o problema continua merecendo atenção do poder público, como pode ser constatado pelo noticiário veiculado pela imprensa local sobre o assunto.⁶

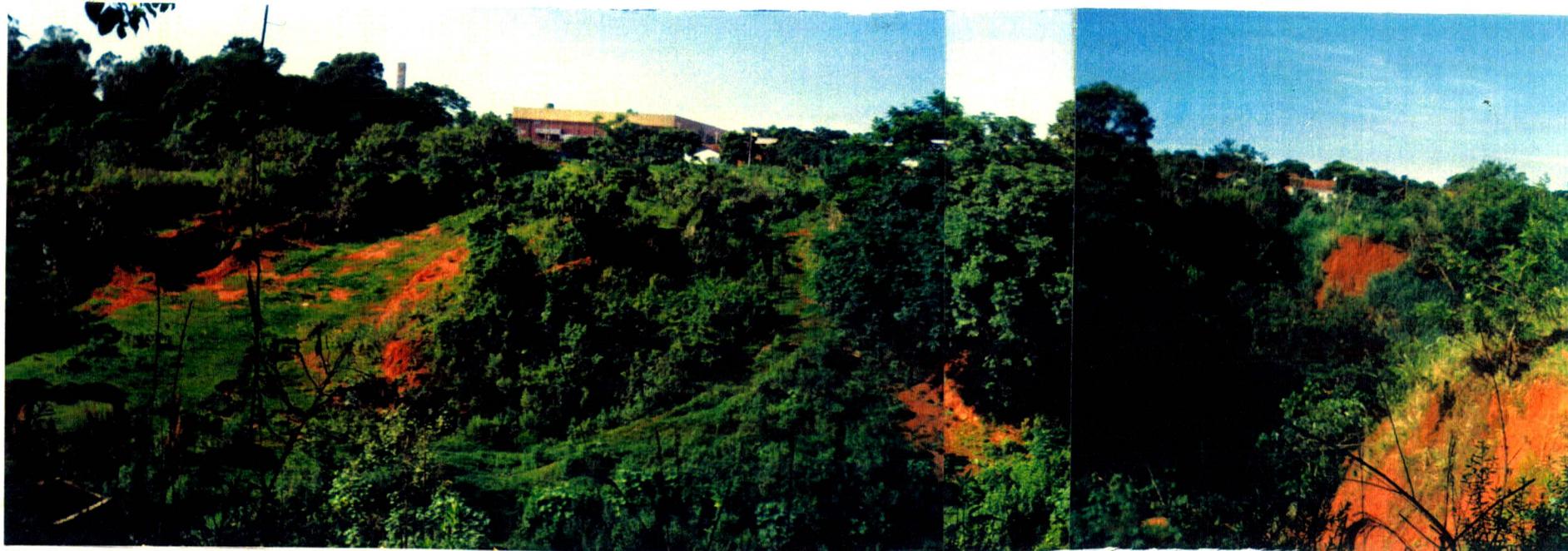
⁶ Um exemplo desse tipo de artigo está estampado na seguinte manchete: “Chuva causa erosões nos novos conjuntos” . **Tribuna de Cianorte**, 14-11-96, p. 3.

FOTO 3.3



Voçoroca próxima a área residencial, onde regularmente é despejada grande quantidade de terra e entulhos - 1994.

FOTO 3.4



Voçoroca parcialmente sob controle (recoberta com vegetação) dentro do perímetro urbano de Cianorte. O prédio avistado no canto superior esquerdo representa a parte posterior de um centro de venda atacadista de confecções.

3.2 A forma urbana de Cianorte e sua organização espacial: herança da ação planejada.

Optamos por fazer, de maneira preliminar, uma descrição do ambiente que serviu de quadro natural para a edificação da cidade de Cianorte, pelo fato de a forma básica que tomará o urbano, ser a forma do espaço natural. A partir dessa reflexão, somos induzidos a compartilhar com as proposições de SERRA (1987, p. 162-163) sobre a forma urbana, segundo as quais o processo de produção da forma urbana é o próprio processo de produção do espaço humano, sofrendo primeiramente a intervenção do espaço natural, com sua forma dada que sofrerá adaptações de acordo com as necessidades humanas. Nos momentos seguintes do processo, o espaço que se adapta não é mais o espaço natural, mas um espaço já adaptado anteriormente. As adaptações se acumulam e se sobrepõem; tornam-se aglomerações de adaptações do espaço. Como as contradições sociais estão presentes no espaço humano em geral, e, em particular, no espaço urbano, tentar ordenar o espaço urbano, planejar o seu desenvolvimento implica, com freqüência, a tentativa de ordenação e de planejamento das relações sociais.

Seguindo a lógica que é própria das cidades capitalistas, de distribuição espacial conforme a classe social, a Companhia já planejava para seus núcleos urbanos os respectivos espaços destinados para usos de produção e serviços, bem como organizava o espaço residencial de forma a manter as classes privilegiadas separadas dos bairros destinados à reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, a COMPANHIA (1975, p. 252) apresenta o seguinte:

Cada núcleo urbano foi subdividido de conformidade com o respectivo zoneamento, prefixadas as zonas do centro cívico, do comércio e da indústria, **das residências nobres, coletivas e proletárias, cada qual observando suas próprias características na construção**[sem grifo no original] dos edifícios públicos, comerciais e industriais, residenciais e educacionais, de assistência social e hospitalar, dos cultos religiosos e dos centros cívicos.

A Companhia é um agente que atua diretamente na organização espacial dos núcleos urbanos por ela projetada, pelo menos **na sua fase inicial**

de ocupação. Em outras cidades planejadas para se tornarem “centros de influência regional”, como Londrina e Maringá, a CMNP não possui mais nenhuma presença enquanto proprietária de terrenos urbanos que ainda estão para ser colocados no mercado. Em Cianorte, ao contrário, o número de terrenos em posse da CMNP é considerável. Mas isso não significa que a sua influência na expansão territorial da cidade, atualmente, seja decisiva como foi até recentemente, quando a CMNP detinha um número maior de propriedades urbanas e a referida expansão limitava-se exclusivamente ao plano original. Inclusive, a empresa fechou seu escritório de representação em Cianorte no ano de 1996, transferindo-o para o município de Jussara (onde localiza-se a usina de álcool e açúcar de propriedade da CMNP), que faz fronteira com Cianorte a Nordeste.

Ainda ligados a essa questão, mas tratando especificamente do **projeto urbanístico inicial de Cianorte**, dados da SUCEPAR (1985,p.33) indicam o seguinte: “O traçado do sítio[sic] foi descrito pela ferrovia. A malha urbana abrangia uma superfície de 1.497,35 ha e estava subdividida em zonas, sendo que 231,00 ha (15,42%) estavam destinados à zona comercial central; **195,10 ha (13,03%) à zona residencial de alto padrão; 526,99 ha (35,10%) às zonas residenciais operárias.**” [sem grifo no original]

Constata-se uma distribuição da população em áreas residenciais de acordo com a classe social dos indivíduos, para que os patrões não precisassem residir entre os trabalhadores, e esses, não desvalorizassem os loteamentos da Companhia destinados para uso residencial “mais nobre”.

O que foi exposto não surpreende, na medida em que se trata de um planejamento organizado de acordo com a lógica do Capital. A cidade, enquanto aglomeração, representa maior proximidade física entre as pessoas, o que não significa a eliminação de um distanciamento social. Como diz SANTOS (1991,p.22), “A proximidade física é indispensável à reprodução da estrutura social. A crescente separação entre as classes agrava a distância social. Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros.” A CMNP, buscando a implementação do seu plano para essa nova aglomeração que iniciava - Cianorte,

procura conduzir “tecnicamente” a segregação social, visando extrair alguma vantagem nesse processo.

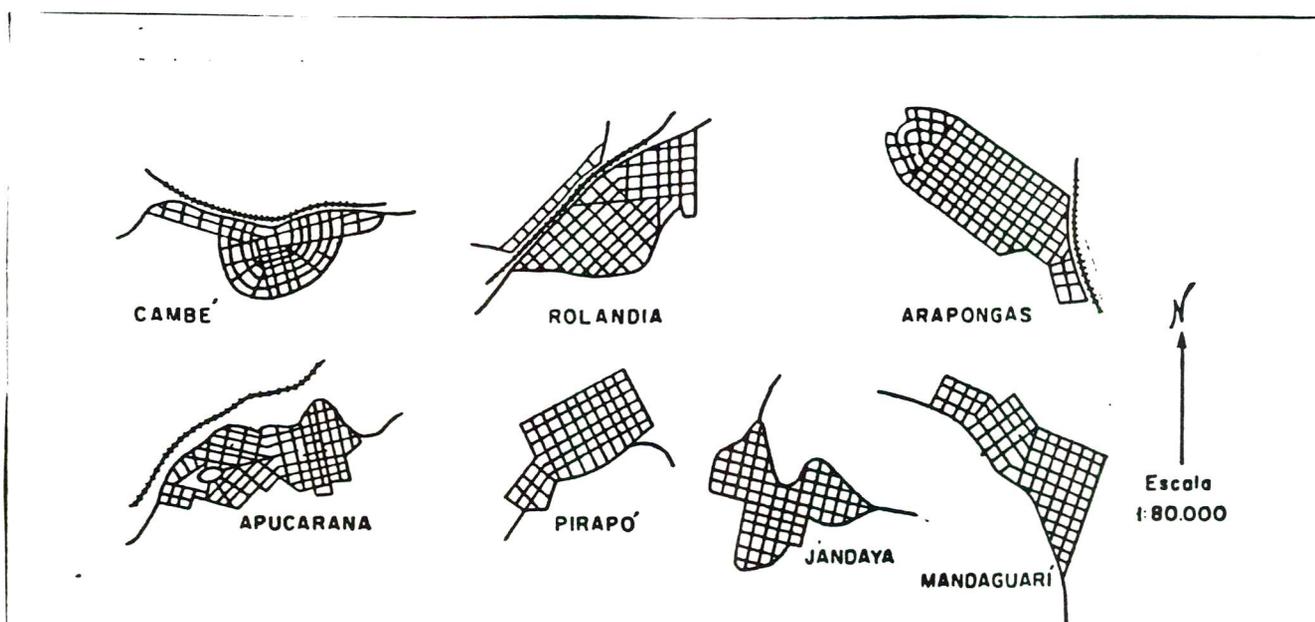
Cumpramos ressaltar, porém, que não consideramos que a CMNP foi a única a intervir nesse processo de segregação residencial, o que configuraria uma avaliação reducionista. Devemos, primeiro, considerar a segregação residencial como uma expressão espacial de um sistema político-econômico baseado na existência de diferentes classes sociais.

3.3 Planejamento urbano aliado a interesses imobiliários

No seu projeto de estruturação de toda uma rede urbana hierarquizada, a Companhia colonizadora teve a preocupação de organizá-las de forma planejada, tanto os pequenos patrimônios (alguns dos quais superaram de longe o projeto inicial, como Apucarana), quanto os núcleos maiores, cuja expectativa era de tornarem-se centros de importância regional, recebendo mais atenção no processo de planejamento, como é o exemplo de Cianorte.

FIGURA 3.4

TIPOS DE PLANOS



Tipos de planos de cidades localizadas na área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná

Pelos estudos de MÜLLER (1956, p. 87), as cidades representadas na figura acima, contando com formas variadas - elípticas, quadrangulares, em trevo ou lembrando uma nave - têm todas o aspecto que indica haverem sido planejadas com antecedência. Ainda segundo esse autor: “Mesmo o crescimento posterior não atinge a disposição original da estrutura urbana: a Companhia, tendo reservado área para a expansão das cidades, continua a orientar os loteamentos mais recentes.”

Trata-se de uma informação bastante relevante, indicadora do procedimento da empresa com o objetivo de ganhos futuros, mesmo com a extrapolação da forma originalmente concebida. No entanto, atualmente essa área de reserva para a expansão das cidades, possivelmente, já foi tomada pela expansão territorial urbana, na maioria dos casos.

A Companhia garantiu a materialização do seu plano para a cidade de Cianorte, pelo menos na porção contemplada pelo plano original, que constitui a maior parte da cidade atualmente.

A área destinada ao perímetro urbano no plano original, que era de 18.646.144 m², foi reduzida para 9.648.925 m²⁷ (CIOFFI, 1995, p. 5 e 99). Essa redução da área ocorreu porque a ocupação de toda a área planejada não se deu no ritmo esperado, o que obrigou a empresa a buscar, através do poder público, a redução da área delimitada pelo perímetro urbano, com o objetivo de ter menos despesas com o imposto urbano. Nas palavras do **ex-diretor da CMNP**, Dr. Paulo de Moraes Barros Neto, colhidas em entrevista que consta no livro de CIOFFI (1995, p. 100): “As reduções foram feitas especialmente em áreas de expansão de bairros, em função do ônus fiscal muito pesado e essas áreas foram transformadas em pequenas chácaras que passaram a ser oneradas pelo imposto rural, mais suave que o imposto urbano, prejudicando inegavelmente o desenvolvimento da cidade e a funcionalidade do projeto.”

⁷ Durante a gestão do prefeito H.A.Negrão, 1977-82.

O ex-diretor está se referindo à Zona Cinco, extensa área que constava no plano original para ser a **Zona Residencial Principal**, e parte da Zona Seis, as quais nunca se efetivaram, conforme FIGURA 3.2, p. 98. Grande parte da área transformada em pequenas chácaras continuou pertencendo a CMNP, que conservou uma parcela da mata existente nas proximidades da cidade, e utilizou para atividades agrícolas o restante. No último caso, a extensa área inicialmente destinada à implantação da Zona Cinco foi arrendada à COCAMAR (Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá) para o plantio de cana-de-açúcar, mas consta no atual PLANO DIRETOR (aprovado em 1995) como área incluída dentro do perímetro urbano, para uso residencial.

Assim, o local destinado à Zona Cinco (residencial) no projeto original da Companhia, e, portanto, fazendo parte da porção urbana, passa a ser considerado legalmente como área de ocupação rural no final dos anos setenta, voltando recentemente a ser incorporado ao perímetro urbano.

Delimita-se um quadro de composição bastante conveniente para a CMNP, conforme os seus interesses conjunturais. A forma urbana vai sendo moldada, via poder público, de maneira favorável aos interesses desse agente social em particular - a CMNP, ator das seguintes práticas espaciais: retenção de inúmeros lotes para venda futura; controle rígido quanto ao zoneamento urbano, nas primeiras décadas, "assumindo" o papel do Estado; interferência na ocupação espacial conforme a renda familiar, ao determinar exigências relacionadas a certos padrões construtivos, como por exemplo o tamanho do imóvel; relação estreita com o poder público local, garantindo o estabelecimento dos seus interesses.

3.4 A configuração organizacional implementada para a cidade de Cianorte

Passando para a descrição dessa malha urbana organizada predominantemente via planejamento privado, levantaremos algumas das características infra-estruturais marcadas de forma indelével pela ação/concepção dos integrantes da referida empresa.

O plano urbanístico original para a cidade de Cianorte (ver FIGURA 3.2, p. 98) identifica-se com as propostas de criação das cidades-jardins, como já abordamos de maneira mais minuciosa no começo desse capítulo. Retomando a análise do plano original, temos a Zona Cinco (aquela destinada para uso residencial nobre, mas que até o momento não se efetivou): ela aparece no plano original como um apêndice do restante da cidade, com diversas praças e com toda a porção sul/sudeste envolvida pelo cinturão verde. Buscava-se alocar uma série de elementos que oferecessem as amenidades necessárias para caracterizar essa área residencial como sendo mais “nobre”.

A área onde dá-se a construção inicial da cidade, nos anos cinqüenta, atualmente faz parte da zona destinada ao comércio e serviços, estando reservado, desde o plano inicial, um amplo espaço que abrigaria a igreja matriz envolvida por dois pequenos bosques, situada numa localização privilegiada, estando a porta da igreja voltada para a avenida comercial principal da cidade - Av. Souza Naves. Os terrenos urbanos colocados à venda tinham em média o tamanho generoso de 520 m² (alguns foram subdivididos posteriormente pelos compradores), sendo que os lotes ainda pertencentes à Empresa têm a dimensão, em sua maioria, entre 490 m² e 525 m².⁸

⁸ Trata-se de uma média, mas existe uma variação considerável no tamanho dos terrenos pertencentes à Companhia até o ano de 1996, contando com lotes dos mais diversos tamanhos, como 612m², 1.400 m² ou, em menor número, acima de 10.000 m². Fonte: Cadastro Imobiliário do Município de Cianorte - Prefeitura Municipal. maio de 1996.

Desperta-nos a atenção, o fato de que o traçado não se organiza numa retícula, mas procura se acomodar à topografia (lembramos novamente que o projetista da cidade fez o seu plano a partir de cartas topográficas do local, as quais lhe foram enviadas até São Paulo); mas esse cuidado foi insuficiente para prevenir contra os futuros problemas erosivos. Buscou-se o que SERRA denomina de adaptação ao espaço natural. O plano de Cianorte apresenta com freqüência formas de expansão horizontal do tipo arredondada, algumas das quais, como indica a citada figura, não se efetivaram até o momento.

Analisando o plano, constata-se o cuidado em deixar reservados diversos pontos, espalhados pela cidade, destinados a tonarem-se praças públicas. As vias de tráfego intra-urbanas são largas, contando, nas avenidas comerciais, com canteiros centrais para estacionamento de veículos. A impressão que se tem, ao percorrer algumas vias de circulação da cidade, é que ela possui uma estrutura viária muito superior ao necessário para comportar o número de veículos que atualmente abriga, indicando que a expectativa, por parte da Companhia, era construir uma estrutura preparada para acolher uma grande e dinâmica aglomeração.

Além do Cinturão Verde que contorna a cidade, no interior da mesma encontramos uma realçada arborização ao longo das calçadas e praças, característica marcante também em outros centros urbanos planejados pela Companhia, como é o caso de Maringá, conhecida nacionalmente pelo grande número de árvores que possui. O plano deixou reservada, também, uma extensa área - conhecida como Praça Olímpica - destinada à construções voltadas, num mesmo local, para atividades esportivas como campo de futebol e ginásio de esportes.

Objetivando facilitar funções ligadas ao transporte, a ferrovia corta a cidade no sentido NE-NO, estando margeada pela zonas de armazéns e o primeiro parque industrial da cidade. Este último está localizado no setor SO,

próximo ao pátio da estação ferroviária que, por sua vez, fica em frente à estação rodoviária. A rodovia PR 323, que dá acesso a Maringá e, no outro extremo, a Umuarama, passa pela porção sul da cidade, não interferindo no tráfego interno de Cianorte.

Os bairros residenciais mais populares estão localizados, na sua maior parte, na porção Oeste da cidade, formados pelos conjuntos habitacionais populares, construídos através de financiamento obtido por instituições ligadas ao Estado ou venda, por particulares, de terrenos que antes faziam parte de pequenas chácaras. Essa área mencionada **não faz parte do plano original** e representa uma descontinuidade ao encaminhamento inicial proposto pela Companhia para a constituição de Cianorte, conforme retomaremos posteriormente. A cidade, desde o início dos anos oitenta, conta com a construção de alguns edifícios residenciais e comerciais cercados pelos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, na Zona central. Porém, consideramos que seria um exagero qualificar como um processo marcante de verticalização o que vem ocorrendo.

Ainda relacionado à organização interna de Cianorte, a Companhia cedeu o direito de uso de diversos terrenos para várias instituições públicas e privadas, laicas e confessionais, como por exemplo a prefeitura, o corpo de bombeiros, o Tiro-de-Guerra, igrejas católicas e protestantes, alguns colégios públicos e particulares, áreas para prática de esporte e outros. Ao ceder esses terrenos, a Companhia exigia, através de cláusula constante em seu contrato, que o mesmo fosse utilizado somente para o fim determinado no documento, caso contrário o terreno reverteria para a empresa novamente (CIOFFI, 1995, p. 377). Por causa disto, ainda hoje, quando a comunidade de algum bairro, por exemplo, manifesta o desejo de que um terreno cedido para determinado fim tenha outro tipo de função, a administração pública municipal tem de interceder junto à

Companhia para que ela autorize a permuta (já que o terreno foi cedido com cláusulas de observação de uso).⁹

Como a própria prefeitura está instalada em um terreno concedido pela Companhia em conformidade com as regras de observação de uso, a menos que se tenha uma doação ou compra definitiva, constata-se uma ambigüidade entre o que é público ou privado nessa situação.

⁹ O exemplo acima foi retirado de artigo constante em um periódico local - Prefeito participa de reunião no Cianortinho. **Tribuna de Cianorte**. 27/03/97.

FOTO 3.5



CIANORTE - Avenidas largas, com canteiros centrais para estacionamento de veículos e contando com várias praças: marcas de uma cidade erigida pelo planejamento prévio para obter uma importância regional.

FOTO 3.6



CIANORTE - No primeiro plano, o pátio da Estação Ferroviária; ao fundo, o "Cinturão Verde" que contorna a cidade. A seta indica o local exato onde estava planejada a Zona Cinco.

4. A expansão territorial da cidade de Cianorte

A reprodução territorial da cidade - manifestação material do processo de produção desse espaço urbano específico -, apresentada de forma evolutiva através da FIGURA 3.5, nos permite distinguir duas fases bem caracterizadas da expansão territorial da cidade de Cianorte. Uma primeira fase na qual a CMNP tem o papel de um agente fundiário-imobiliário monopolista na oferta do solo urbano; e uma segunda fase caracterizada pela quebra dessa ação privilegiada da empresa, havendo mesmo o rompimento com o plano urbanístico projetado pela mesma. No entanto, as duas fases são marcadas pelas práticas espaciais da CMNP (sendo a primeira com maior controle) no sentido de atender seus interesses, que são orientados pela busca da efetivação do valor-de-troca da sua mercadoria peculiar, resultando na acumulação ampliada do capital.

Cianorte

ÁREA URBANA

CRESCIMENTO URBANO

Períodos de Loteamentos

LEGENDA

-  1953
-  1954 - 1963
-  1964 - 1970
-  1971 - 1980
-  1981 - 1989
-  1990 - 1995

Base: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano/95

Fontes: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano/95 e FACHINI/87

Organização: Edson dos Santos Dias/97

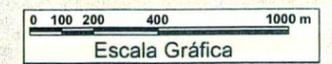
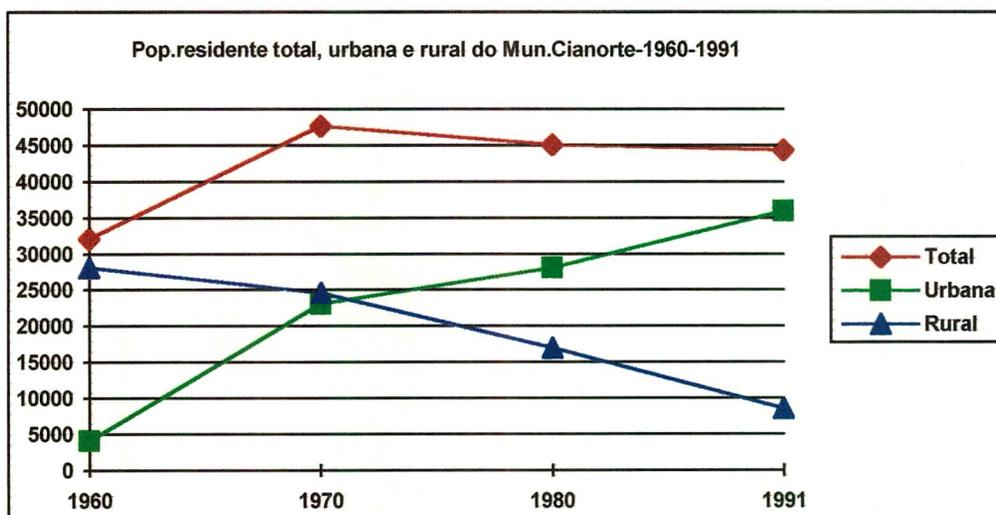


Figura 3.5

4.1 A primeira fase de expansão - monopólio das vendas dos lotes urbanos pela CMNP

Quanto à população urbana de Cianorte, o GRÁFICO 3.1 demonstra que a mesma aumentou consideravelmente entre 1960 e 1991, ao mesmo tempo que a população ligada à atividade agrícola no município diminuía numericamente. Trata-se de uma situação que apresenta índices semelhantes aos dos municípios em geral da Microrregião Geográfica de Cianorte e Norte do estado, conforme QUADRO 2.1, p. 54.

GRÁFICO 3.1



Fonte: IBGE - Censos Demográficos: 1960, 1970, 1980 e 1991.
Org. Edson S. Dias.

A primeira fase de expansão territorial da cidade refere-se à destacada ampliação de Cianorte que aconteceu nas décadas de cinquenta e sessenta, correspondendo à expansão planejada pela CMNP. No ano de 1960, o município de Cianorte possuía 31.987 habitantes. A maioria da população, 27.987 pessoas, habitava a zona rural, estando envolvida com a atividade cafeeira, então o elemento motivador da economia na região e que animava o comércio e os serviços existentes na recém-criada cidade¹⁰. Esta abrigava, em 1960, 4.000 habitantes, localizados, principalmente, nas zonas um e dois.

¹⁰ Mais informações sobre essa questão são encontradas no segundo capítulo desta dissertação.

Como observa-se pelo gráfico, nos anos sessenta Cianorte passou por um relevante crescimento populacional urbano que atingiu 475%. Conforme informações contidas no PLANO DIRETOR (1995), a média de assentamento foi de 1.900 habitantes/ano; ou, cerca de 380 novas habitações/ano. Estima-se que, aproximadamente, 4.000 edificações tenham sido construídas neste período, o que significava **pouco mais de 53% de ocupação da área projetada pela CMNP** para abrigar a cidade.

Nas primeiras décadas do crescimento da cidade, a Companhia utilizou-se das mesmas estratégias empregadas na implantação de núcleos urbanos anteriores. A empresa era responsável pelo planejamento da cidade, interferindo diretamente na organização espacial interna desta. Entre as primeiras medidas, era construído um escritório para efetuar as vendas dos lotes urbanos e rurais, além de um hotel e uma rodoviária.

Na ocupação da área urbana planejada pela CMNP, havia a exigência de que os compradores dos lotes urbanos construíssem de acordo com o plano original previsto pela empresa. Assim, ela influenciava de maneira direta o encaminhamento quanto à organização espacial, procurando estruturar um arranjo ordenado de objetos urbanos conforme a previsão em seu projeto para a cidade. Isso pode ser comprovado pelo depoimento de um dos pioneiros de Cianorte:

A cidade foi dividida em zonas um, dois, três e quatro. Cada região exigia um tipo de construção. Zona um era comercial. Podia fazer residência, mas tinha de ser construído um salão anexo. Nas demais podia-se construir residências sem salão comercial. As casas, na totalidade, eram de madeira, simples, sem pintura, apenas para atender àquele fluxo de pioneiros. Na zona dois as casas tinham que ter de 80 a 100 metros quadrados. Na zona quatro podia-se fazer uma casa de 60m².¹¹

Através desse controle do uso do solo urbano, a Companhia garantia a materialização do seu projeto para a cidade, ocupando o papel que geralmente é atribuído ao poder público. Além disso, uma das conseqüências do controle da localização e o tamanho do imóvel construído era a seleção dos grupos sociais, conforme a possibilidade econômica de efetivá-lo de acordo com os padrões estabelecidos.

¹¹ (CIOFFI, 1995, p. 96)

Em 1970, a cidade já possuía cerca de 23.015 habitantes. As malhas rodoviárias regionais haviam sido concluídas e uma rede de pequenas cidades que ofereciam apoio ao meio rural estavam fundadas. Essa estrutura foi importante para projetar a cidade de Cianorte como centro de referência para o conjunto de municípios próximos.

No período de 1970-1980, como indica o mapa, há quase uma paralisação do crescimento territorial da cidade, no que diz respeito ao processo de implantação de novos loteamentos. Constata-se, via gráfico populacional do Município, um índice decrescente da população total nesse período, assim como a elevação no número da população urbana que se torna bem mais modesta que a encontrada nos anos sessenta. Ao se consultar o QUADRO 2.1, da p. 54, percebe-se uma perda generalizada da população dos diversos municípios da Microrregião Geográfica de Cianorte nos anos setenta. Uma análise preliminar leva-nos a afirmar que isso ocorreu por causa do deslocamento de parte da população rural para outros centros urbanos maiores - como por exemplo Maringá (que apresenta considerável aumento na sua taxa de crescimento urbano no mesmo período, ver QUADRO 2.1) - ou novas frentes de colonização fora do estado, como resultado das alterações que se processavam no chamado período de Modernização Agrícola.

Nos anos setenta, a média de assentamento na cidade foi de 100 novas habitações/ano (número bem inferior ao encontrado na década anterior), e a ocupação continuou a ser feita nos terrenos não ocupados que constavam do **projeto original** (ver FIGURA 3.2, p. 99) da Companhia.

O quadro a seguir é bastante ilustrativo quanto à forma como a CMNP monopolizou a venda de terrenos no que denominamos de primeira fase do crescimento da cidade, que vai de 1953 até 1979, quando a expansão limitou-se às terras pertencentes à Empresa, estando a forma urbana associada ao seu projeto original. Isso fica mais evidente ao compararmos a FIGURA 3.5 da p.116, com o projeto original encontrado na FIGURA 3.2 da p. 99.

QUADRO 3.1

Evolução da Área Loteada e o Número de Lotes
Anos: 1950 a 1995
Cianorte

Períodos do Ano	Área Loteada			Total de Lotes			Crescimento da população %
	na década	da cidade	% de crescimento	na década	da cidade	% de crescimento	
53 - 79	964,8925	964,8925	-	8894	8894	-	
80 - 89	56,0899	1020,9824	5,81%	1394	10288	15,67	27,8
90 - 95	110,8223	1131,8047	10,85%	2128	12416	20,68	10,4

Fonte: Plano Diretor de Cianorte - 1995
Org. Idem.

É possível constatar que a maior parte do total de lotes colocados à disposição na cidade (71,63%), o foi no período de 1953 a 1979, quando a CMNP agia com exclusividade para abrir loteamentos previstos no seu plano original. O crescimento nos anos oitenta, em área loteada, foi modesto, quando comparado com a retomada nos anos noventa, que apresentou um crescimento superior, num menor período de tempo, que a década anterior.

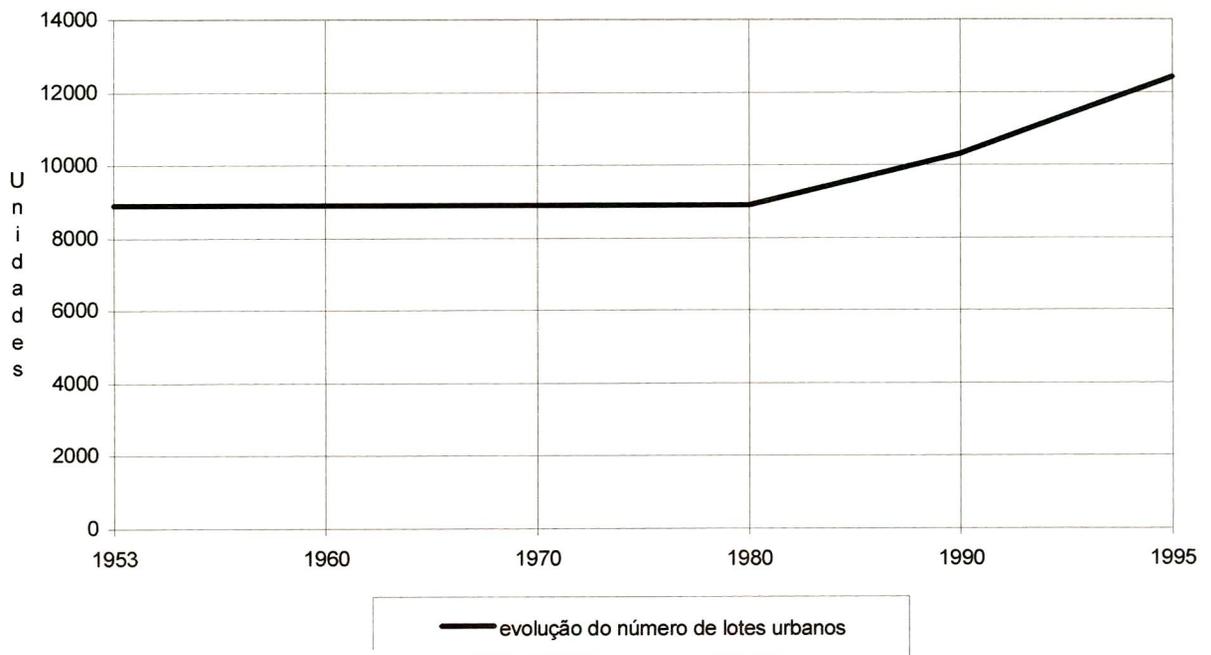
4.2 A segunda fase de expansão - a superação do plano original

A segunda fase de expansão dá-se nos anos oitenta e caracteriza-se por contar com uma mudança de orientação na forma de expansão da cidade. Na segunda metade da década de oitenta, a cidade cresce por adição de partes à malha existente, **não se limitando mais ao núcleo urbano projetado pela CMNP**. Pela primeira vez, ocorre o loteamento de propriedades agrícolas, algumas chácaras antes utilizadas para o plantio de café (atividade agora em processo de declínio), que passam a ser incorporadas ao espaço urbano. Do total desses lotes, cerca de 747 (53,6%) são resultado da construção de **conjuntos habitacionais** realizados pelo poder público na porção oeste da cidade, no curto prazo de quatro anos (1986-1989). Esses investimentos públicos voltados para a moradia, foram feitos para abrigar o grande número de pessoas que abandonavam o meio rural, em busca de oportunidade de emprego na cidade. A forma urbana passa a ter uma outra orientação, resultado das transformações que se processavam no campo desde a década de 1970, com profundas modificações quanto à função econômica da região dentro do contexto nacional, como já abordamos no capítulo que trata da Modernização Agrícola e seus reflexos sobre Cianorte.

Diante da demanda, tem-se aqui a ação direta do poder público para dar conta de uma necessidade emergente - habitação, para um grupo social de baixo poder aquisitivo que não tinha condições de comprar os lotes disponíveis no núcleo urbano planejado pela Companhia. Em 1978 é entregue o primeiro conjunto habitacional produzido pelo poder público, contando com 228 unidades (ver Quadro Geral de Loteamentos Urbanos na p. 125), estando localizado em uma área da Companhia reloteada para esse fim, ou seja, foi implantado dentro do projeto primitivo da empresa, no entanto, nesse projeto, obviamente a área não era destinada para esse fim, pois o compromisso da empresa era gerar dividendos para seus proprietários e não amenizar problemas sociais.

O GRÁFICO 3.2, abaixo, é ilustrativo da ruptura que os anos oitenta representam no processo de inclusão de novos lotes fora da área planejada/pertencente à CMNP, sendo que a linha com traçado inalterado até 1980 representa os lotes localizados na chamada “área primitiva” - que consta do projeto original da empresa para a cidade. Muitos desses loteamentos pós-oitenta constituem-se em conjuntos habitacionais implementados pelo poder público.

Gráfico EV 03
Evolução do Número de Lotes Urbanos
Cidade de Cianorte



Fonte: PLANO DIRETOR DE CIANORTE (1995)

No período de 1990 a 1995, 2.128 novos lotes surgiram na cidade, na razão de 425 unidades por ano. O acréscimo significou 20,68% do total de lotes que a cidade possuía. Em sua maior parte, esses lotes localizam-se em continuidade aos estabelecidos na década anterior, localizados na parte Oeste de Cianorte, também estando fora do projeto urbanístico original. Novamente, o poder público contribuiu muito para a incorporação desses novos lotes, sendo que, do total apresentado acima, participou com 1.145 lotes, correspondentes a 53,8% do total realizado. Um empreendimento privado, ligado a uma construtora da cidade, resulta na aprovação de um loteamento no extremo Norte da malha urbana (ver FIGURA 3.5) no ano de 1992, conhecido como Century Park, que se encontra ainda em fase de implantação. A incorporação de todos esses loteamentos provocou uma ampliação contínua da área já urbanizada, com uma única exceção, o Jardim Paraíso - localizado na porção extremo Oeste, na saída para São Tomé, que se encontra isolado da malha urbana. Trata-se da ocupação inicialmente irregular de área antes utilizada para atividade agrícola, obrigando posteriormente o poder público a incorporá-la enquanto Zona de Regularização Fundiária.

Na área projetada pela Companhia (plano original) muitos terrenos ficaram ainda sob controle dessa, à espera de melhores momentos para serem vendidos, circunscrevendo uma situação que caracterizamos como sendo de especulação programada.

Após a verdadeira fase de estagnação econômica que atinge o município na década de setenta, a alternativa econômica que aos poucos se estrutura, através da indústria do vestuário, mostra-se como possibilidade de bons negócios para a empresa. Nestes anos noventa, a Companhia vendeu muitos lotes urbanos, segundo vários relatos colhidos junto aos moradores da cidade, como o que segue: "Ela [CMNP] tem uma verdadeira fortuna em terrenos urbanos. A cidade tinha retomado o progresso com a indústria do vestuário, e ela estava vendendo muitos terrenos nessa fase da indústria do vestuário. Mas agora

a indústria do vestuário está em crise.”¹² Muitos terrenos vendidos pela Companhia nas décadas de oitenta e noventa encontravam-se, na sua maioria, pulverizados dentro da malha urbana, ocupando pontos estratégicos como avenidas comerciais e esquinas de quadras. Diversos lotes próximos ao Cinturão Verde (porção Noroeste da cidade), pertencentes à Companhia, também foram vendidos nessas décadas.

O quadro seguinte, representando todos os loteamentos urbanos implantados ao longo dos anos, demonstra claramente que a maior parte da área planejada pela CMNP para a cidade, realmente se efetivou. (comparar FIGURAS 3.2, p 99 e 3.5, p 116).

Até aqui, procuramos apresentar uma série de elementos relativos à constituição de Cianorte, com o objetivo de tornar mais palpável ao leitor a própria cidade que é o nosso objeto de estudo, a sua configuração e a presença constante desse agente fundiário imobiliário que acompanha a história dessa cidade, no caso, a CMNP. Essa teve uma participação significativa na materialização da cidade, outrora muito mais do que hoje, mas de qualquer maneira deixando indelevelmente marcada a sua atuação. O plano urbanístico original surge como um instrumento que resultou em diversas heranças positivas, dentro da perspectiva infra-estrutural, mas não deve ser desconsiderado que a lógica motora de toda essa engrenagem foi a obtenção de uma parcela da mais-valia em forma de renda da terra, e não uma preocupação de prover as necessidades sociais, como geralmente é difundido.¹³ O próximo capítulo foi organizado com o objetivo de oferecer mais esclarecimentos sobre essas questões citadas, a começar por uma análise sobre a categoria econômica renda da terra.

¹² Entrevista concedida pelo sr. Celso Antonio Broetto em 10/01/97.

¹³ A frase seguinte é exemplar do tipo de discurso dominante, encontrado na maioria das publicações relativas à ação da CTNP/CMNP no que se refere aos seus métodos de povoamento. “Eles [os métodos de povoamento] foram e são, os que só podiam ser levados a efeito por uma organização que procurava não os prováveis lucros de venda das terras, mas o bem estar e a prosperidade dos que vinham viver.” (CMNP, 1956, p. 5)

FOTO 3.7



Entre 1986 e 1989 e também na década de 1990, foram construídas várias residências unifamiliares pelo poder público. Essa foto indica os Conjuntos Habitacionais localizados na porção oeste-sudoeste da cidade.

FOTO 3.8



Na área pertencente ao “Plano Original” da Companhia, muitas construções estão sendo feitas ao longo do “Cinturão Verde”. - Paisagem fotografada em jan./1997.

QUADRO 3.2 - Quadro Geral de Loteamentos Urbanos - Cianorte: 1953/1995

Nome	Ano	Número de unidades	ÁREAS (M2.)				Tamanho Lotes(M)	Observação
			Terreno	Vias	Quadras	institucionais e verdes		
primitivo-CTNP	53	8.666	9.648.925,43	2.979.778,43	5.658.196,58	1.010.950,5	Área verde= 228.000,00m2 Institucional= 545.222,92m2 Praças= 237.737,68m2 Total=1.010.950,45m2	
(re-loteamento) A. Guimarães *	1978	228	86.834,69	30.120,00	55.958,69	756,00	11x35 Área reloteada pertencentes ao projeto primitivo da CTNP.	
Hilda Stevenato *	1986	94	48.400,00	11.516,38	30.761,92	6.121,70	111x27,5	
Parque Res. América I	1986	101	48.400,00	13.239,30	33.475,77	1.684,93		
Parque Res. América II	1986	65	33.880,00	11.863,12	19.973,85	2.043,03		
Mutirão Zona 7 *	1988	66	19.668,31	2.657,28	16.459,98	551,06	11,5x20,5	
Pedro Moreira *	1988	173	72.600,00	17.650,00	48.484,00	6.466,00	11x24	
Sol Nascente I *	1988	36	11.270,83	3.185,04	7.350,00	645,40	11,25x21	
Beatriz Guimarães *	1989	150	77.440,00	14.712,000	50.904,57	12.122,48	11x28	
Tropical	1989	193	101.640,00	22.360,41	66.823,52	12.456,07		
Gralha Azul	1989	263	147.600,00	43.615,32	91.010,66	12.974,02		
Total		1.394	560.899,14	140.798,85	365.244,27	55.064,69		
Portal da América	1991	77	48.380,60	10.535,92	32.038,01	5.806,67		
Alto da Cidade	1991	77	48.400,00	10.158,27	32.030,85	6.210,88		
Olvídio Franzoni *	1991	420	154.037,00	42.417,26	103.997,82	7.621,92	10x24	
Sol Nascente II *	1992	34	12.470,83	4.475,43	7.388,71	606,69	10x20	
Cianorte II *	1992	184	78.400,00	24.467,60	39.979,96	14.202,44	12x17	
Das Oliveiras	1992	69	33.880,00	7.433,77	21.992,19	4.454,04		
Century Park	1992	348	266.200,00	51.517,75	126.724,55	87.957,70		
Paraíso	1993	75	44.165,00	8.067,60	34.621,28	1.476,12		
Primavera	1994	38	24.200,00	5.697,56	17.041,64	1.460,80		
João de Barro *	1994	150	72.600,00	24.826,21	38.635,58	9.138,21	11x21,7	
Cidade Alta *	1994	179	84.700,00	28.115,47	40.409,93	16.174,60	12x18	
Mutirão/Bela Vista *	1994	178	68.486,00	15.662,27	41.850,09	10.973,64	12x17	
Asa Branca	1995	290	172.304,00	45.065,00	88.661,85	40.753,12	11 x 25	
Total		2.128	1.108.223,4	278.440,11	625.372,46	206.836,83		
Total Geral		12.416	11.318.048,23	3.429.137,39	6.704.772,00	1.273.608,02		

* Trata-se de conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público.

Org. PLANO DIRETOR DE CIANORTE (1995, p. 95).

CAPÍTULO 4

- CMNP: AGENTE FUNDIÁRIO PRIVILEGIADO ATUANDO SOBRE CIANORTE

1. Natureza da renda fundiária urbana - uma categoria econômica subordinada ao processo de acumulação capitalista¹

Consideramos que todas as questões abordadas, sinteticamente, neste sub-capítulo, estão diretamente ligadas com o tema estudado. Trata-se de analisar de forma destacada, porém não isolada, a ação de uma empresa colonizadora - **COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ-CMNP**, enquanto **agente fundiário-imobiliário** que possuiu papel relevante na colonização norte-paranaense, ressaltando sua atuação no processo de organização espacial da cidade de **CIANORTE**. Historicamente, os interesses desta empresa estão voltados para a obtenção da renda da terra como elemento subsidiário para a ampliação e diversificação de seus investimentos condutores de acumulação de capital. Em nossa avaliação, a renda fundiária urbana possui algumas particularidades merecedoras de uma análise mais detalhada.

A base territorial da cidade amplia-se onde há maior potencialidade de demanda, o que não significa que ela seja conduzida simplesmente pela lei da oferta e da procura ligada ao aumento populacional, exceto em algumas situações particulares.

É comum a compreensão de que o preço do solo esteja ligado simplesmente à lei da oferta e da procura, a partir da qual o aumento da população e das atividades urbanas resultaria num respectivo aumento do consumo de solo, ocasionando a elevação dos preços. Sob este prisma, a escassez de terrenos dotados de equipamentos urbanos de uso coletivo e/ou privado, juntamente com as limitações impostas pela regulamentação do poder

¹ Os apontamentos presentes neste item relacionado à renda da terra, foram adaptados do artigo de DIAS, 1997, p. 37-47.

público quanto aos locais e tipos de construções, acrescentado à escassez produzida pela retenção especulativa dos proprietários, faria com que a lei de livre regulação direcionasse o mercado do solo urbano.

No entanto, os argumentos expostos acima não resistem quando confrontados com a realidade do setor imobiliário de nossas cidades. Verifica-se que a incorporação de novos terrenos ao espaço urbano (aumento da oferta), não resulta numa diminuição do preço do solo dos terrenos ainda não ocupados, que já se encontram integrados. Como observa de maneira oportuna TOPALOV (1984, p. 7): "...não só os preços dos terrenos recentemente urbanizados se elevam ao nível dos que já eram antes, como o preço médio do terreno periférico não diminui de forma alguma."²

Compreender os mecanismos de formação do preço do solo não é tarefa fácil, na medida em que o fulcro da questão leva-nos para o campo de discussão de uma categoria econômica bastante complexa e polêmica, e sobre a qual já muito se escreveu - a **renda da terra**. Sobre essa categoria, os trabalhos mais divulgados, dos economistas clássicos, são aqueles desenvolvidos por **Ricardo** no seu livro "Princípios de Economia Política e Tributação" de 1817, e **Marx** em "O Capital - Livro 3" de 1894. É importante esclarecer que os mesmos restringiram suas análises à renda do solo agrícola.

Esses estudos serviram, em maior ou menor medida, para que se procedesse ao exame da renda da terra urbana. Sobre esse tema dedicaram-se autores como Topalov, Harvey, Singer e outros, adotando um instrumental de análise marxista.

Na investigação conceitual sobre a renda da terra, encontramos em HARVEY (1990, p. 333) uma definição esclarecedora: "A renda, na análise final, é simplesmente um pagamento feito aos proprietários de terras pelo direito de usar a terra e seus acessórios (os recursos incrustados em seu

² "...no sólo los precios de los terrenos recientemente urbanizables se elevan al nivel de los que ya lo eran con anterioridad, sino que el precio medio del terreno periférico no disminuye en modo alguno;"

interior, os edifícios colocados sobre ela, etc.)”³. Essa definição, embora com contorno de óbvio dito de maneira simples, contém uma relevante complexidade implícita ao assunto em questão.

No intuito de demonstrar um dos pontos pertinentes à complexidade a que aludimos no parágrafo anterior, recorremos a MARTINS (1979, p. 20), para quem a renda da terra consubstancia-se em uma forma pré-capitalista que foi incorporada e assumiu características nitidamente capitalistas:

Sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é o resultado do trabalho humano, teoricamente não deveria ter preço. Mas, antes do advento do capitalismo, nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento da renda em trabalho, espécie ou dinheiro. Essas eram formas pré-capitalistas de renda decorrentes unicamente do fato de que algumas pessoas tinham o monopólio da terra, cuja utilização ficava, pois, sujeita a um tributo. O advento do capitalismo não fez cessar essa irracionalidade.[...]Tal renda nada mais tem a ver com o passado pré-capitalista, não é mais um tributo individual e pessoal do servo ao senhor; agora é **um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra.**[sem grifo no original]

Perceber o proprietário fundiário como aquele que detém o monopólio da terra, é um desdobramento da análise de MARX (1985, p. 707) sobre o assunto: “A propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades.”

A propriedade do solo é condição que permite ao proprietário adquirir uma renda que se concretiza na venda (renda capitalizada) ou aluguel dessa terra. Esse princípio básico é válido tanto para o caso urbano como para o agrícola.

³ “La renta, en el análisis final, es simplemente un pago hecho a los terratenientes por el derecho a usar la tierra y sus accesorios (los recursos incrustados en su interior, los edificios colocados sobre ella, etc.)”.

A renda da terra adquire um papel atípico dentro do Modo Capitalista de Produção, e isso fica evidenciado ao constatar-se que MARX, na indicação das classes que compõem a sociedade capitalista, define os proprietários de terras como uma classe distinta das outras duas - assalariados e capitalistas.

MARX (1985, p. 733) distinguia os proprietários fundiários como classe distinta, por causa da característica peculiar desse grupo, qual seja: apropriar-se de porção crescente dos valores criados sem contribuir diretamente para a produção.

Atualmente ainda existe pessoas que vivem exclusivamente da renda fundiária, mas é bastante controverso considerá-las integrantes de uma classe social distinta. TOPALOV (1984, p. 12), ao abordar a interpretação de Marx sobre esse assunto, afirma que : “Ainda que isto [a existência de uma classe social fundiária] ocorresse na agricultura inglesa ‘clássica’ analisada por Marx, não quer dizer que seja o caso geral nem muito menos o das rendas urbanas nas sociedades capitalistas desenvolvidas de hoje em dia.”⁴

Nesse sentido, também HARVEY (1990, p. 349), apoiando-se em outros autores, desconsidera a classificação dos proprietários de terras enquanto classe social distinta:

Na Grã-Bretanha, como mostraram recentemente Massey e Catelano (1978), a propriedade de terras já não existe (se alguma vez existiu) como um interesse de classe unificado e relativamente homogêneo, mas sim compreende grupos variados e heterogêneos que vão desde as instituições antigas (A Igreja, a Coroa, as grandes propriedades dos aristocratas), passando pelas instituições financeiras (bancos, fundos de seguros e de pensões) até uma ampla gama de donos individuais e corporativos (incluindo os trabalhadores que são donos de suas próprias casas) e as agências do governo. Esta heterogeneidade é difícil de reconciliar com a idéia de que os proprietários de terras constituem “uma das três grandes classes na sociedade capitalista”.⁵

⁴ “Aunque esto sucedía en la agricultura inglesa ‘clásica’ analizada por Marx, no quiere decir que sea el caso general ni mucho menos el de las rentas urbanas en las sociedades capitalistas desarrolladas de hoy en día.”

⁵ “En Gran Bretaña, como han mostrado recientemente Massey y Catelano (1978), la propiedad de tierras ya no existe (si alguna vez existió) como un interés de clase unificado y relativamente homogêneo, sino que comprende grupos variados y heterogêneos que van desde las

As ações dos agentes sociais assumem uma complexidade própria na medida em que os mesmos não se encontram isolados uns dos outros, mas podem, inclusive, vir a se constituir em agentes múltiplos, ou seja, grupos que desempenham funções de mais de um agente através da fusão de atividades distintas em razão de interesses comuns.

Trata-se de algo bastante razoável de ser compreendido no atual estágio de Capitalismo Monopolista, no qual os capitais industrial, financeiro, comercial e imobiliário podem estar reunidos em grandes corporações que possuem considerável poder econômico e político para efetivar suas estratégias no espaço urbano, em busca da acumulação de capital.

A operação monetária que envolve a venda/aluguel de um terreno é apenas a fração aparente de uma série de relações sociais e significados que são permeados por uma relativa complexidade no que diz respeito à renda da terra. Esta nem mesmo se constitui num capital, mas é um “falso capital” (SINGER, 1982, p. 22), pois sua valorização não é originada da atividade produtiva, mas sim da monopolização do acesso a uma condição necessária à produção, no caso, o solo.

O solo é um bem destituído de valor (estamos fazendo referência ao valor-trabalho), uma vez que não é um produto derivado do trabalho humano, porém possui um preço. Por conta disso, é importante considerar as relações sociais que envolvem o processo de formação da renda da terra, e não ficar confinado, simplesmente, a uma quantificação dos preços de mercado.

O direito de propriedade do solo permite ao proprietário adquirir um ganho, que é resultado do progresso social, sem ter contribuído para isso,

instituciones antiguas (la Iglesia, la Corona, las grandes propiedades de los aristócratas), pasando por las instituciones financieras (bancos, fondos de seguros y de pensiones) hasta una amplia gama de dueños individuales y corporativos (incluyendo a los trabajadores que son dueños de sus propias casas) y las agencias del gobierno. Esta heterogeneidad es difícil de reconciliar con la idea de que los terratenientes constituyen ‘una de las tres grandes clases en la sociedad capitalista’.”

apenas consumindo as vantagens desse progresso. Para HALBWACHS (1992,p. 179), a característica principal do especulador é “prever” ganhos futuros:

Especular, é prever o futuro, e não o criar com todas as peças. Em matéria de terrenos, o especulador inteligente reconhece com antecedência que em razão da prosperidade crescente novos valores estão por ser criados, novos bairros a serem traçados, novas casas a serem construídas, com vista a satisfazer novas necessidades.⁶

Dessa maneira, com a instalação de equipamentos urbanos públicos e privados em determinado local, a tendência é fazer com que ocorra a valorização dos terrenos que ali se encontram. Como a formação do preço dos terrenos ocorrerá, em grande parte, em decorrência direta de investimentos públicos (para a instalação das redes de esgoto e água, energia elétrica, pavimentação, etc...), formados a partir da arrecadação tributária do conjunto da comunidade, observa-se que há a socialização dos custos na mesma medida, mas não dos benefícios.

Constata-se, pelo que foi exposto até aqui, que o proprietário de terra é beneficiado duplamente por um conjunto de fatores que condicionam um ao outro, ou seja, por um lado, os investimentos necessários para “valorizar” o seu terreno serão oferecidos pelo conjunto da sociedade, sem que ele tenha que desembolsar nada mais do que qualquer outro contribuinte.

Por outro lado, o proprietário de terra caracteriza-se por sua condição legal de apropriar-se de uma parte da mais-valia do proprietário dos meios de produção, e o valor dessa apropriação será resultado direto do fator que consta no parágrafo anterior.

⁶ “Spéculer, c’est prévoir l’avenir, et non le créer de toutes pièces. En matière de terrains, le spéculateur intelligent reconnaît d’avance qu’en raison de la prospérité croissante de nouvelles valeurs sont à créer, de nouveaux quartiers à tracer, de nouvelles maisons à construire, en vue de satisfaire des besoins nouveaux.”

A renda da terra não é tomada como conceito único, sendo subdividida como renda absoluta, diferencial (que contém outras subdivisões) e de monopólio.

Sem desconhecer a existência de considerável polêmica sobre o assunto, nos limitaremos a exibir sucintamente o que caracteriza cada forma de renda.

A **renda absoluta** realiza-se, exclusivamente, pelo fato do proprietário ter a posse legal de uma parte do globo terrestre, independente de quaisquer vantagens comparativas que seu terreno possua ou venha a adquirir.

A **renda diferencial** está relacionada às características particulares de determinado terreno, as quais permitem que seu proprietário consiga uma renda maior ou menor, conforme as vantagens que o terreno venha a oferecer. Na agricultura, a diferença de fertilidade é uma característica importante, com influência na formação do preço da terra. Por associação, no caso dos terrenos que se encontram na cidade, são duas as características fundamentais que condicionam a obtenção da renda diferencial.

Uma primeira está ligada às condições que o terreno oferece para a construção - construtibilidade, ou seja, geralmente, quanto menos investimentos exigir para sua utilização (não necessitar de grandes obras de aterro, drenagem etc), melhor preço vai ser obtido no mercado.

A outra característica, extremamente importante - a acessibilidade, diz respeito à localização do terreno, conforme os objetivos daqueles que vão utilizá-lo, como fator de produção ou consumo individual - moradia. Por exemplo, se um lojista paga um aluguel mais caro para ter seu estabelecimento localizado em determinado ponto da cidade, isso só acontece porque ele retira vantagens dessa localização, pois o oposto dessa afirmação não faria sentido, e ele seria obrigado a optar por outro ponto com preço de aluguel menor.

No caso da moradia, a renda diferencial, realizada através do aluguel ou compra de terreno (renda convertida em capital), é proporcionada pela distância em relação aos serviços e pela infra-estrutura que dispõe.

A **renda de monopólio**, na análise de SINGER (1982, p. 26), distingue-se da diferencial pelo fato de que certa localização privilegiada de uma empresa possibilita que ela possa cobrar preços acima dos que outras empresas congêneres normalmente aplicam em situação de concorrência. Trata-se de localizações que permitem, àqueles que as ocupam, o monopólio no fornecimento de determinado produto ou serviço. Nessa situação encontram-se, por exemplo, os bares e restaurantes localizados em escolas, clubes, aeroportos etc.

Essas colocações, ainda que distantes de esgotar tal temática, foram feitas no intuito de procurar localizar, no interior do quadro das relações sociais, os interesses econômicos e o papel atribuído ao agente fundiário-imobiliário dentro da produção espacial urbana. Apesar das dificuldades teóricas e práticas de se trabalhar com a categoria econômica **renda da terra**, sob a perspectiva da análise de processos urbanos, entendemos que essa ainda é ponto de pauta quando discutimos as ações dos diversos agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano.

Numa reflexão relacionada à possibilidade de apreensão da totalidade espacial em seu movimento, SANTOS, em mais de uma obra (1990, p. 195 e 1992, p. 57), escreve sobre a ineficácia de se estudar o todo pelo todo. Porém, ainda segundo esse autor, também seria um erro privilegiar uma variável - a **renda da terra** (ou outras variáveis como a forma excedente ou a expressão geográfica da luta de classes, etc.), como se essa categoria não se apresentasse como o que ela realmente é, ou seja, um momento da realidade total, uma estrutura subordinada e autônoma (por estar dotada de determinações que lhe são próprias) ao mesmo tempo.

Por conta disso, levando sempre em consideração que a **renda da terra** é uma categoria subordinada a um processo mais amplo, o de acumulação de capital, vale a pena insistir na utilização desse instrumento de análise teórico, para a compreensão de processos particulares, através dos quais manifestam-se, de forma concreta, as ações dos diversos agentes sociais, influenciando e sendo influenciadas pela organização espacial que se configura na cidade.

2. Objetivos da CMNP com o projeto da cidade de Cianorte

A cidade de Cianorte foi cuidadosamente planejada para tornar-se futuramente uma cidade com influência regional, ou, segundo os integrantes da COMPANHIA (1975, p. 252):

Para formar o Norte Novo e Novíssimo foram idealizados quatro núcleos habitacionais, fundados sucessivamente, distanciados entre si de aproximadamente cem quilômetros e destinados às grandes cidades de Norte e do Oeste do Paraná: Londrina (1930/1934), Maringá (1947/1951), **Cianorte (1953/1955)** e Umuarama (1955/1960). Embora situados em pleno sertão, o projeto e a construção de quase todos foram minuciosamente detalhados, com observância da técnica e da arte do urbanismo, para que se tornassem **metrópoles modelares**. [sem grifo no original]

Assim, essa cidade, emancipada em 1955, foi planejada com a expectativa, por parte da empresa, de vir a converter-se em um empreendimento urbano com o mesmo sucesso das cidades de Londrina e Maringá, emancipadas em 1934 e 1951, respectivamente.

Inclusive, a área urbana primitivamente planejada para a **cidade de Maringá**, com 15.000.000 m² (como pode ser constatado pela FIGURA 4.1), era **inferior** à destinada para a cidade de Cianorte, com uma área inicialmente planejada acima de 18.000.000 m².

Havia uma expectativa bastante promissora quanto ao progresso de Cianorte, principalmente via propaganda feita pela CMNP. Isso pode ser verificado pelos relatos de alguns pioneiros da cidade, os quais encontram-se no livro de CIOFFI (1995, p. 84-85):

A gente teve notícia de Cianorte no escritório da Companhia Melhoramentos em Maringá, que estava anunciando o lançamento desta nova cidade. Ela seria a “menina dos olhos” da Companhia. Eles iriam lançar mão de todos os recursos da engenharia no planejamento da cidade porque queriam fazer uma cidade modelo, ou em outras palavras, **a cidade mais bem projetada de todas as que haviam sido lançadas pela Companhia, na caminhada de Ourinhos até Maringá, onde já haviam chegado.** [sem grifo no original]

CELSO ANTONIO BROETTO

Eu levei fé em Cianorte devido à Companhia Melhoramentos, pela sua idoneidade. Era uma firma forte, já tinha feito Londrina, Maringá, que estavam se desenvolvendo bem. Achei que Cianorte seria uma segunda Maringá.

DANIEL ANTUNES BARBOSA

Enfatizando essa expectativa positiva sobre Cianorte, por parte da empresa, apresentamos a seguinte declaração proferida pela CMNP (1956, p. 10-11), ao referir-se a algumas das cidades que projetou: “Além de Maringá, contamos, ainda, mais algumas pérolas do colar, a saber: Mandaguassú, Nova Esperança, Astorga, Paissandú e além do Rio Ivaí, Jussara, Terrabôa e **Cianorte, esta destinada a ser a grande capital de além Ivaí,**[sem grifo no original] e no extremo da gleba “Cruzeiro” a promissora Umuarama.” A mensagem propagada pela empresa, sobre o futuro promissor da cidade de Cianorte, encontrou eco em revistas da época, como “A Pioneira”, que na sua edição do ano de 1954 escreveu: “O lançamento de ‘Cianorte’, cujas datas urbanas e lotes rurais estão sendo intensamente procurados, é mais uma arrojada iniciativa da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná. Tudo faz crer que ali haverá uma segunda edição de Maringá.”⁷ Trabalhos acadêmicos do período revelam, também, um prognóstico semelhante para a cidade, como é demonstrado por esse trabalho sobre o Norte do Paraná: “Na atual frente pioneira, na zona do Ivaí, dá seus primeiros passos a futura cidade de

⁷ **A Pioneira.** Cianorte - A nova e moderna cidade inaugurada na cafelândia paranaense. Londrina, ano VI, n.15. mar./abr. 1954, p. 40.

Cianorte, provável nova capital regional, como Maringá e Londrina.”(MÜLLER,1956, p. 79)

A cidade de Cianorte foi uma das últimas realizações, no plano imobiliário, feitas pela CMNP. A referida empresa conservou muitos terrenos na cidade e ao seu redor, justamente por ambicionar que Cianorte viesse a se tornar um centro urbano de destaque econômico e político regional, o que resultaria numa maior valorização dos terrenos que a empresa detinha.

Cianorte, atualmente, é uma cidade detentora de uma rede de influência regional sobre os municípios que formam a Microrregião Geográfica de Cianorte, como encontra-se apresentado no segundo capítulo desse trabalho. No entanto, o crescimento da cidade de Cianorte e sua importância a nível macrorregional, rivalizando com a cidade de Maringá, não ocorreu conforme o planejado pela empresa, devendo ser lembrado que o plano original para a cidade de Cianorte não se efetivou plenamente, como já foi esclarecido anteriormente.

2.1 Sobre as condições de venda dos terrenos urbanos

No início, quando tudo estava ainda por ser feito, as vendas eram facilitadas; após se criar toda a estrutura urbana, essa situação muda. Sobre a venda de lotes na cidade, o **ex-diretor da CMNP**, Dr. Paulo de Moraes Barros Neto faz a seguinte declaração em entrevista concedida a CIOFFI (1995, p. 140-141):

No começo as condições foram mais facilitadas para ajudar o cliente que estava começando a vida e se dispôs a vir para o sertão, com dificuldade para se instalar. Então, a Companhia vendeu terrenos com dois anos de prazo para pagamento. Depois que a cidade tomou certo vulto, não podem ser mais condições, quase que paternalistas porque o retorno do capital empregado começa a ficar demorado. Então esse prazo foi reduzido para um ano, pois a inflação torna tudo proibitivo.⁸ Como a venda de terrenos de um empreendimento desses é regulado pela Lei 58 que impossibilita a cobrança de correção monetária e juros além de 1% ao mês, hoje o prazo de pagamento máximo que a Cia.

⁸ Entrevista concedida entre final dos anos oitenta e início dos anos noventa, quando a situação inflacionária na economia do país caracterizava-se por altos índices.

dá aqui na cidade [de Cianorte] é de seis meses, porque num prazo maior, a parcela que fica para pagamentos em um ano fica completamente desvalorizada e uma taxa de juros ridícula.

Pelo exposto acima, concluímos que o estabelecimento das condições de preço e forma de pagamento de uma propriedade está diretamente ligada à estrutura urbana que foi organizada no seu entorno. Enquanto mercadoria que se encontrava em uma cidade de incipiente formação, os terrenos deveriam ser vendidos com condições “mais facilitadas”. A partir do momento que a cidade já se constituiu, essas “facilidades” podem ser retiradas, pois já se tem a estrutura urbana que envolve o terreno para oferecer ao comprador, além do próprio terreno, mesmo porque agora o preço da terra subiu.

No que diz respeito à ação da iniciativa privada no processo de especulação urbana, SPÓSITO (1995, p. 21) escreve que empresas incorporadoras e/ou imobiliárias adquirem lotes já ocupados ou não, aguardando a sua valorização conforme a possibilidade de maior procura a partir da localização futura ou transcorrente de bens e serviços, que promoverá externalidades benéficas para a área adquirida. Na situação analisada por nós, esse raciocínio é válido, porém deve-se acrescentar alguns elementos que tornam esse processo especulativo peculiar:

1º - No período que classificamos como “primeira fase de expansão da cidade” (ver capítulo anterior), a empresa possui o monopólio da venda da terra urbana, o qual só será quebrado três décadas após a fundação de Cianorte;

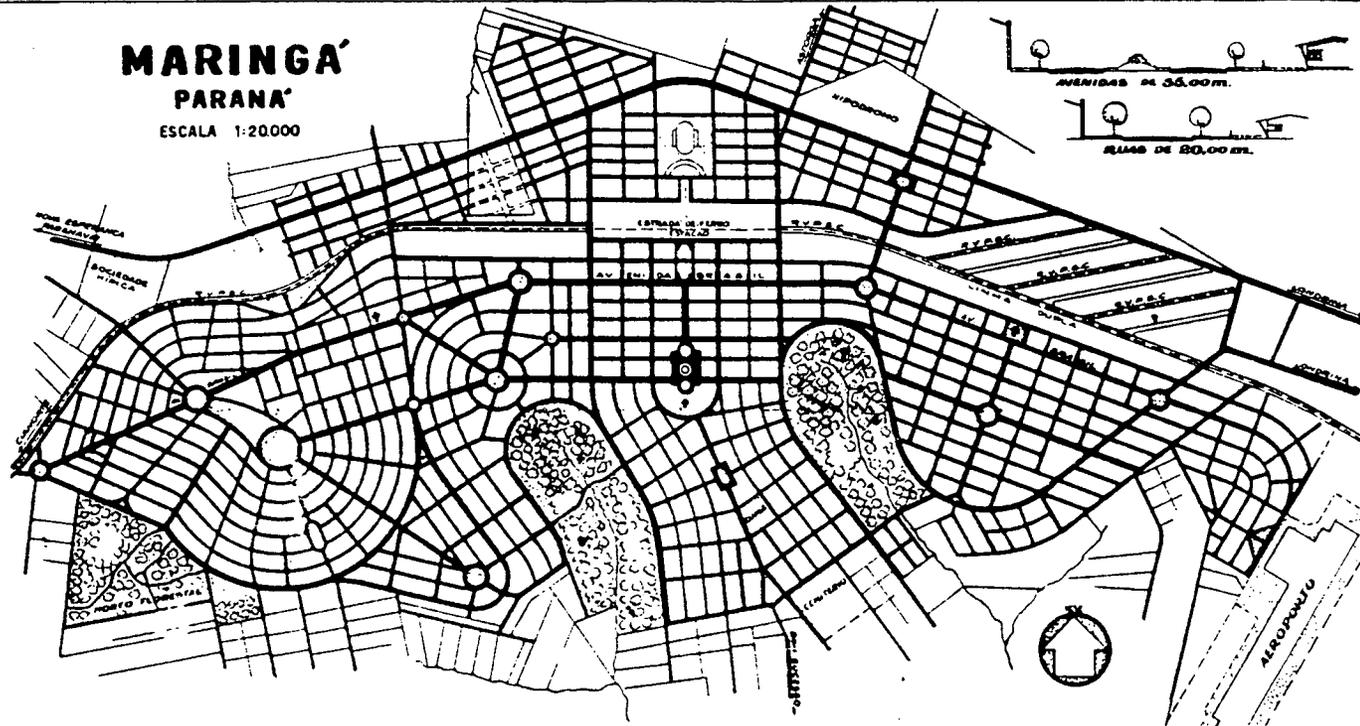
2º - como a cidade de Cianorte foi planejada pela própria empresa, ela teve condições de, não só visualizar, mas garantir, dentro de certos limites⁹, a efetivação de um plano que valorizasse um conjunto de propriedades estrategicamente localizadas, deixadas para a venda futura.

⁹ Sobre a configuração urbana de Cianorte, evidentemente, deve-se considerar a ação do Estado, atuando através da instalação de equipamentos urbanos, assim como a ação do empresariado local e a pressão por moradia dos trabalhadores vindos do campo. No entanto, não deve ser subestimado o papel da Companhia na orientação para a efetivação do plano urbano original, conforme já foi abordado no capítulo anterior.

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

MARINGÁ NO SEU 10º ANIVERSÁRIO - 10 DE MAIO DE 1957

Altitude: 554,87 metros - Latitude: 23° 25' Sul - Longitude: W. Gr. 51° 57' - Máximo declive: 5% - Área: 15.000.000 m². - 15 km². - Área caçada: 84.000 m².



Mapa da cidade de Maringá - 1957

Fonte: Prefeit. Mun. Maringá. Catálogo do Acervo da D.P.H.C., 1995. p. 165.

3. Estratégia da CMNP: estoque de terras e preço futuro

Como já foi salientado nessa pesquisa, a CMNP, até os anos setenta, tinha a exclusividade de oferecer novos loteamentos dentro da área pertencente ao plano original. Mesmo com a abertura de loteamentos, na década de 1980, utilizando pequenas propriedades agrícolas - "chácaras", por parte de algumas imobiliárias da cidade, e a ação do poder público (no caso da construção de conjuntos habitacionais), a CMNP preservou muitos terrenos dentro do perímetro urbano de Cianorte. Dados encontrados no Cadastro de Tributação Urbana de Cianorte demonstram que a empresa detinha, até o mês de maio de 1996, exatamente 978 propriedades (991.061 m²) estrategicamente localizadas nas esquinas das quadras, geralmente em vias comerciais, dentro da área urbanizada.

Com o cruzamento dos dados do Cadastro de Tributação Urbana de 1996, e da Planta Cadastral da cidade, do ano de 1995, procedemos à organização da representação gráfica desses terrenos distribuídos pela cidade (ver FIGURA 4.2, p.142). Pela sobreposição dos lotes da Companhia com o mapa de uso do solo urbano, percebe-se que parcela significativa dos terrenos localiza-se nas Zonas destinadas para a instalação de comércio e serviços, o que aponta maior valorização desses terrenos. Os lotes da empresa, contidos nas Zonas Residenciais, concentram-se, em sua maioria, às margens do Cinturão-Verde, em área de ocupação efetiva mais recente. No entanto, deve ser ressaltado que todos esses terrenos remanescentes (eram em número bem maior há apenas poucos anos) encontram-se dentro dos limites da área destinada à ocupação urbana no plano original da Companhia, de 1953.

Em Maringá, o projeto inicial da cidade elaborado pela CMNP foi superado, ocorrendo a expansão urbana através da incorporação de chácaras próximas à cidade. O projeto inicial para a cidade de Maringá previa uma área urbana que, em poucas décadas, mostrou-se insuficiente para abarcar o ritmo de crescimento da cidade. O plano inicial foi completamente ultrapassado,

ocorrendo a expansão da cidade através da incorporação de chácaras adjacentes.

Em Cianorte, o processo foi diferente ao apontado acima. A área projetada inicialmente para a cidade não se efetivou na sua plenitude, sendo que zonas residenciais planejadas (cinco e grande parte da seis) ainda não se constituíram até os dias de hoje (ver FIGURA 3.2, p. 99). No entanto, a maior parte da malha urbana existente condiz com o projeto inicial, com exceção de alguns loteamentos feitos na década de 1980, dados a que já nos referimos anteriormente.

O projeto de uma grande área para a efetivação da cidade, associado ao Cinturão-Verde que circunda praticamente toda a área originalmente proposta, impediu que ocorressem loteamentos feitos por particulares que possuíam propriedades próximas à cidade. Como é possível constatar, o Cinturão-Verde não está presente como um elemento simplesmente paisagístico, mas favoreceu os interesses imobiliários monopolistas da empresa na cidade, garantindo, em certa medida e por algum tempo, a manutenção da sua expansão territorial dentro dos limites indicados no plano original.

Uma passagem retirada do PLANO DIRETOR (1995) vem reforçar a avaliação exposta acima:

Durante seu processo de crescimento a cidade de Cianorte foi contida pelas reservas florestais, na sua grande maioria de propriedade da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. Dificuldades de acesso à outras áreas situadas além destas reservas impuseram um crescimento urbano quase atípico em relação às demais cidades. Pouquíssimos são os espaços loteados [dentro do plano original] ainda vazios.

Em síntese, a efetivação do plano original da Companhia não ocorreu em sua plenitude. Extensas áreas residenciais planejadas não se efetivaram até os dias atuais. Mas na porção do plano que se materializou, convenientemente envolvida pelas reservas florestais, a sua estratégia de vendas foi bem sucedida, inexistindo, nessa área, grandes vazios urbanos, a

não ser os últimos lotes pertencentes à empresa e que se encontram pulverizados pela cidade, não em razão da falta de demanda, mas por direcionamento comercial adotado pela Companhia, que tinha nesses terrenos uma reserva de valor.

FOTO 4.1



Por imposição do poder público municipal, a Companhia teve que murar todos os seus lotes urbanos ainda não ocupados. As suas propriedades podem ser identificadas pelo muro padrão que possuem, como é mostrado nesta foto.

Cianorte

ÁREA URBANA

LOTES PERTENCENTES À CMNP
Maio de 1996

LEGENDA

 Lotes

Base: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano/95

Fontes: Cadastro Imobiliário do Município de Cianorte - Prefeit. Municipal/96

Organização: Edson dos Santos Dias/97

0 100 200 400 1000 m
Escala Gráfica



Figura 4.2

Em Cianorte, a empresa colonizadora, ao colocar à venda um loteamento, continuava com a posse de parte dos lotes, de forma intercalada, estrategicamente localizados pela cidade, esperando a sobre-valorização desses terrenos futuramente. Uma informação relevante é que um dos problemas infra-estruturais de Cianorte é a falta de pavimentação das vias públicas, que atinge principalmente os loteamentos periféricos mais recentes (ocupados pela população de baixa renda), ou seja, aqueles loteamentos formados pelos conjuntos habitacionais populares (construídos pelo Estado) e loteamentos privados incorporados à cidade, que não constavam no plano original da Companhia.

A localização estratégica dos terrenos pertencentes à empresa - revela uma busca de obtenção de **renda diferencial**, a partir da estrutura urbana criada ao longo dos anos, resultado das relações travadas pelos diversos agentes sociais envolvidos. Em outras palavras, as ações da empresa são marcadas pela astúcia comercial, pois “o solo urbano enquanto mercadoria tem um valor que se expressa através da localização, papel e grau de inter-relação com o espaço global produzido, mesmo que seja potencial, dentro de condições específicas.” (CARLOS, 1992, p. 53).

Recorrendo ao depoimento de um antigo morador da cidade, pode-se vislumbrar que os seus habitantes apreendem, à sua maneira, as estratégias utilizadas pela empresa no processo de ocupação de Cianorte:

A Companhia Melhoramentos foi colonizadora, mas também comerciante. Então, ela não tinha interesse em vender todos os terrenos porque quando ela vendia, vamos dizer: num quarteirão que tinha quinze terrenos, ela vendia dez - ela conservava cinco para ela. Porque aqueles dez vendidos iriam construir, iriam fazer a cidade melhorar e automaticamente valorizava o remanescente que estava na mão da Companhia. [...] A Companhia, sendo uma potência como ela é, ela joga com o tempo; ela não faz questão. Se ela vender hoje, tudo bem, se ela não vender hoje, ela vai vender no ano que vem, ou daqui a cinco anos. Ela não se importa com isso. Acontece que um camarada chega aí e compra de um particular um terreno aí, com uma casa velha, mais barato do que a Companhia pede num terreno vizinho. Então, acontece que o particular vende mais barato e tem necessidade de vender, então ele vende, e é bom, porque satisfaz a necessidade

no momento dele e daquele comprador que está precisando de uma propriedade no centro e compra, em segunda mão, de um terceiro, em melhores condições do que da Companhia.¹⁰

O depoimento acima vai ao encontro da seguinte análise: a obtenção de altos lucros, com a venda futura de terrenos valorizados, em razão do desenvolvimento da estrutura urbana, é algo almejado pelas empresas que visam conseguir vantagens através da especulação imobiliária. SINGER (1982, p. 22) escreve sobre esse assunto: “Quando um promotor imobiliário resolve agregar determinada área ao espaço urbano, ele visa a um preço que pouco ou nada tem a ver com o custo imediato da operação. A ‘valorização’ da gleba é antecipada em função de mudanças na estrutura urbana que ainda estão por acontecer e por isso o especulador se dispõe a esperar um certo período, que pode ser bastante longo, até que as condições propícias se tenham realizado.”

É preciso lembrar que os terrenos urbanos em posse da Companhia, na cidade de Cianorte, não se resumem aos expostos na FIGURA 4.2, p 142. Com a aprovação do Plano Diretor da cidade de Cianorte, em 1996, e respectiva legislação urbana que acompanha o Plano, foi decretada a ampliação do perímetro urbano - como pode ser visualizado pela FIGURA 4.3,p. 146. Através dessa medida, toda a Zona Cinco, atualmente arrendada para uso agrícola, volta novamente a pertencer à área de uso urbano. Além disso, o Cinturão-Verde ainda pertence à empresa. De acordo com a legislação aprovada juntamente com o PLANO DIRETOR DE CIANORTE, o Cinturão-Verde é considerado como área de preservação ecológica, mas, de fato, como a Companhia detém a propriedade dessa área, sua real preservação depende muito dos planos da CMNP, das pressões da comunidade e do interesse do poder público pela questão, através da Prefeitura Municipal e do IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

No item a seguir, passaremos a discorrer sobre as relações da CMNP com a política e o poder público das localidades projetadas pela

¹⁰ Trecho de entrevista realizada em 17/01/97 com o senhor Mateus Biazzini.

mesma¹¹, procurando demonstrar sua interferência na esfera política, na busca da consolidação dos seus interesses.

¹¹ Quanto à sua influência nas esferas federal e estadual, já houve uma rápida abordagem sobre o assunto no primeiro capítulo desta dissertação, mostrando a atuação da empresa ainda na fase da CTNP e evidenciando que um mega-projeto imobiliário, como esse do Norte do Paraná, exigiu da CTNP/CMNP, nos seus diversos momentos de materialização, uma proximidade constante com os elementos constitutivos da dimensão política, procurando garantir seus interesses empresariais.

Cianorte

ÁREA URBANA

ZONEAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

LEGENDA

-  ZRE 1 - Zona Residencial 1
-  ZRE 2 - Zona Residencial 2
-  ZRE 3 - Zona Residencial 3
-  ZCS 1 - Zona Comercial e de Serviços
-  ZCS 2 - Zona Comercial e de Serviços
-  ZCS 3 - Zona Comercial e de Serviços
-  ZCS 4 - Zona Comercial e de Serviços
-  ZIN 1 - Zona Industrial
-  ZIN 2 - Zona Industrial 2
-  ZEP - Zona Especial
-  ZEP - Zona Especial
-  ZRF - Zona de Regularização Fundiária
-  ZRI - Zona de Riscos
-  PERÍMETRO URBANO

Base: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano/95
Coordenadores: Nestor Razende - CREA 6172-D
José L. Faraco - CREA 72622-D
Supervisão: FAMEPAR
Programa: PEDU

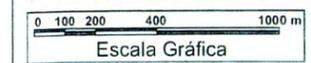


Figura 4.3

3.1 A CMNP e as suas relações políticas com o poder público

Uma empresa com as particularidades dessa Colonizadora, presente na cidade desde sua implantação, tendo tantos interesses econômico-imobiliários envolvidos, certamente tem uma relação muito próxima, mesmo que por vias indiretas, com políticos que possuem ou possuíram mandatos eleitorais. Reforçando essa nossa hipótese, fazemos a leitura da seguinte análise de MENDES (1994, p. 3): “A ocupação e expansão urbana foi e é ditada pela política de vendas da Companhia em comum acordo com órgãos públicos. Cianorte nasceu de um ideal capitalista, materializado em propriedade monopolista, organizado como uma grande propriedade...”

Motivados pelo exposto acima, procederemos ao resgate de algumas informações que identificam as ligações entre a Companhia e a política oficial local, e conseqüentemente, a influência junto ao poder público, para que possamos compreender melhor a atuação da referida empresa na cidade.

A Companhia Colonizadora sempre teve a preocupação de oferecer apoio às pessoas de sua confiança para que pudessem ocupar os cargos administrativos das cidades por ela planejadas, com o objetivo, entre outros, de garantir vantagens fiscais - como a isenção ou o abrandamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano.

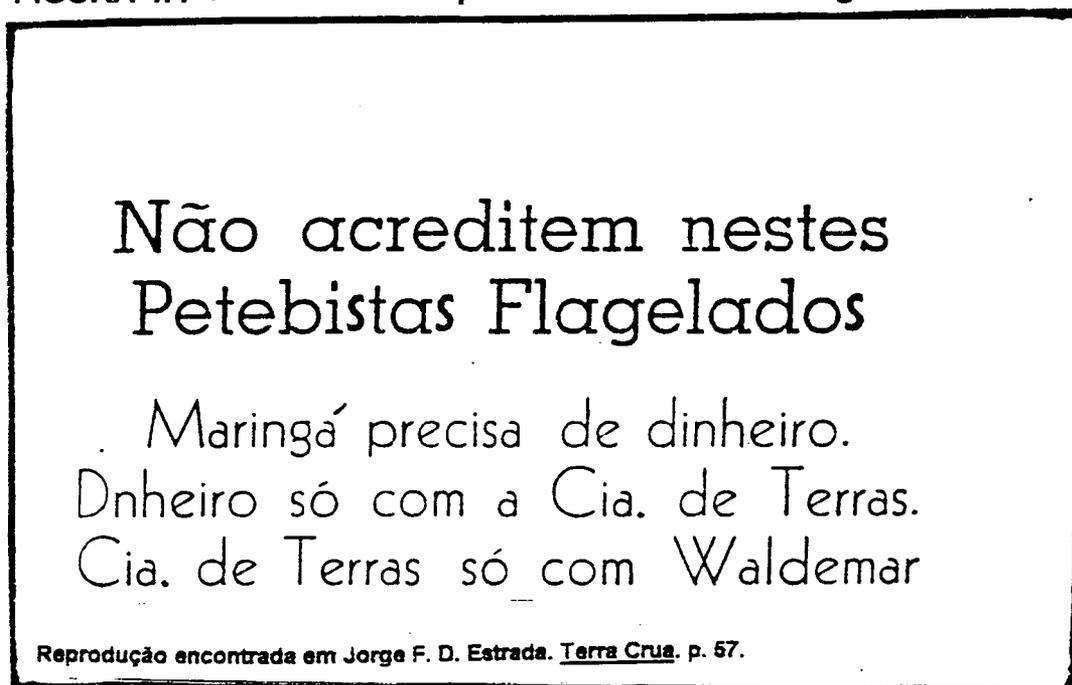
Retornando à fase inicial do empreendimento desenvolvido pela então CTNP, constatamos sua estratégia para assegurar o domínio político da primeira cidade fundada pela empresa - LONDRINA. Esse município, que foi oficialmente emancipado em 1934, teve como primeiro prefeito constitucional, eleito através de pleito ocorrido em 12 de setembro de 1935, o Sr. Willie da Fonseca B. Davids, que ocupava o cargo de Diretor Técnico da CTNP.

No município de Maringá, durante a primeira gestão municipal que transcorreu de 1952 a 1956, a relação política, envolvendo a já

denominada CMNP e o poder executivo municipal, foi bastante conflituosa. Constata-se a existência de forças políticas, na cidade, que discordavam da forma de encaminhamento quanto às vantagens fiscais pretendidas pela empresa, resultantes numa perda de arrecadação para o município. As desavenças já começaram durante a campanha para eleger o primeiro prefeito de Maringá, no ano de 1952. O apoio da CMNP ao Sr. Waldemar Gomes da Cunha, candidato da UDN - União Democrática Nacional, era explorado inclusive através de panfletagem distribuída aos eleitores (reproduzida na FIGURA 4.4), em que se apelava para a conveniência de eleger alguém que contasse com a aprovação dessa empresa. A interferência na política das localidades planejadas pela empresa pode ser avaliada pela seguinte declaração sobre a primeira eleição da cidade de Maringá, feita por um vereador:

A Companhia, o candidato dela era da UDN, e ela perdeu a eleição, a Companhia, nessa ocasião, contra o Villanova. O Villanova ganhou contra a Companhia Melhoramentos e bem que a Companhia não abria, assim, a política aberta, mas ela dava apoio, que a gente sentia, que era um apoio direto a determinado candidato, como dá até hoje, né. Quando tem política em Maringá, sempre a Companhia, como é chamada a "Madrinha de Maringá", ela tem interesse no desenvolvimento da cidade, né.¹²

FIGURA 4.4 Panfleto da campanha eleitoral em Maringá - 1952



¹² Trecho de entrevista feita pela Secretaria de Cultura da Prefeitura do Município de Maringá (D.P.H.C.) junto ao senhor Antenor Sanches em 30/06/86.

Apesar do apoio da Companhia ao candidato anteriormente citado, foi eleito, por uma pequena vantagem de menos de 200 votos para um universo de aproximadamente 6.000 eleitores na época, o Sr. Inocente Villanova Júnior, filiado ao PTB - Partido Trabalhista Brasileiro. Entre as iniciativas do primeiro prefeito de Maringá, constava a tributação sobre os terrenos da Companhia, que, por sua vez, arregimentou a seu favor a maioria dos vereadores eleitos, fazendo com que um grande conflito entre Companhia Colonizadora e Legislativo de um lado, e o prefeito, de outro, se arrastasse por todo o mandato desse último.

Ao final, após disputa judicial e com o apoio da maioria dos vereadores, a empresa saiu como grande vencedora do conflito, gozando de privilégios para o pagamento dos impostos e contando com uma redução superior a 70% de sua dívida para com a prefeitura.¹³

Em Cianorte, a CMNP, juntamente com lideranças políticas locais, empenhou-se para a criação oficial do município, que ocorreu em 13 de julho de 1955. As eleições municipais ocorreram no mês de outubro do mesmo ano. Depois da recente experiência conflituosa com o poder municipal em Maringá, certamente a Companhia dedicou-se com mais afinco a garantir sua presença nas decisões políticas na cidade em formação.

O primeiro prefeito eleito de Cianorte foi o Sr. Wilsom Ferreira Varella (gestão de 1953-59), candidato único. Segundo informações concedidas por um pioneiro e ex-vereador da cidade:

O primeiro prefeito de Cianorte era funcionário da Companhia Melhoramentos. Foi feito um trabalho político naquela ocasião e a Companhia participou e se esforçou muito para que houvesse um candidato único e este candidato era funcionário da Companhia Melhoramentos, o Sr. Wilson Ferreira Varella, e ele foi candidato único, ganhou. [A Companhia] ajudou a prefeitura, emprestou o salão. A Companhia dava o maquinário para passar nas ruas, nas estradas.

¹³ Sobre esse assunto ver: **Terra Crua**, do autor Jorge F. Duque ESTRADA, 1961.

Então, até certo ponto, eu acho que a Companhia ajudou bastante Cianorte. É claro que havia interesse da Companhia para que a própria Companhia, que foi fundadora de Cianorte, ela continuasse administrando.¹⁴

O apoio da Colonizadora foi relevante para a administração pública cianortense, em sua fase de organização. Isso pode ser constatado pelas informações que seguem abaixo.

Nos primeiros dias do governo, o Prefeito recém-empossado passou a desempenhar as suas funções despachando de sua sala de trabalho nas dependências da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A Câmara também se instalou no Departamento de Transporte da Companhia, até a transferência para o prédio onde funcionava o Serviço de Água de Cianorte - SACI, construído pela colonizadora. Não dispondo de nenhuma dotação orçamentária e nenhuma arrecadação tributária, a recém criada Prefeitura não dispunha sequer de uma caneta. Os móveis foram emprestados pela Companhia, que também financiou Cr\$ 50.000,00 em nome pessoal do Sr. Wilsom, sem cobrança de juros e taxas. (CIOFFI, 1995, p. 185)

Possuindo boas relações com o poder público municipal, a CMNP não tinha suas propriedades taxadas através do IPTU, ao contrário do que havia acontecido em Maringá. A isenção perdurou durante a gestão do segundo prefeito eleito, Sr. Antonio Rodrigues Mota (1959-63), ex-funcionário da Companhia que também contou como apoio da mesma durante a campanha, e no decorrer do seu mandato. Um depoimento relacionado a esse assunto, é encontrado no seguinte trecho da entrevista concedida pelo segundo prefeito do Município de Cianorte (gestão - 1959/1963):

É o tal negócio, a Companhia, com o apoio que dava para fazer as coisas, ela tinha o direito, achava que tinha, como devia ter, o direito de ter um abatimento dos impostos das datas. Que hoje é assim: uma casa, o valor do IPTU é um imposto de certo valor, uma data vazia é três vezes mais o valor do IPTU, então a Companhia não concordava com isso, ela queria ter um imposto mais barato, baseado no valor da residência. Eu concordei com eles, e tive todo o apoio deles.¹⁵

A cobrança integral de impostos sobre os terrenos da CMNP dar-se-ia na gestão do Sr. Ramon M. Schulz (1963-68), resultando numa rivalidade entre a empresa e o poder executivo do município. O relacionamento com a

¹⁴ Trecho de entrevista realizada em 17/01/97 com o senhor Mateus Biazzi.

¹⁵ Trecho de entrevista realizada em 16/01/97 com o senhor Antonio Rodrigues Motta.

Companhia Melhoramentos, importante aliada da Prefeitura nas gestões anteriores, ficou tenso, por causa da aprovação da lei que regulamentava o Código Tributário do município, lançando impostos maiores para os terrenos ainda não ocupados, situação de muitos terrenos da Companhia. (CIOFFI, 1995, p. 215)

Outro fato que certamente tem conotações políticas, diz respeito à redução da área urbana de Cianorte, a partir da legislação municipal, para favorecer a Companhia que deixou de pagar o imposto que incidia sobre as propriedades urbanas, transformadas em área rural, contando com impostos bem mais baixos. Sobre essa questão, ver página 108 desta pesquisa.

Buscando manter seus interesses empresariais, a Companhia sempre esteve atenta para a necessidade de acompanhar e mesmo interferir na política local das cidades que planejou, ao menos nas primeiras décadas de criação dessas cidades, quando seu interesse relacionado à venda de propriedades era grande. Cianorte não foi exceção a esse procedimento desenvolvido pela CMNP.

Porém, não se deve interpretar, de forma simplista, que a CMNP atuou sobre Cianorte com plenos poderes, dentro de uma esfera harmoniosa que envolvia as relações sociais. Como é próprio de toda estrutura sócio-econômica permeada por interesses diversos, houve conflitos, tanto com o poder público, em determinados momentos, como junto à parcela do empresariado local interessada numa participação maior no setor imobiliário. Nas duas últimas décadas, apesar da “presença” constante da Companhia nos rumos políticos, econômicos e de ocupação territorial urbana nessa cidade, sua interferência vem declinando na mesma medida que ela se desfaz dos seus últimos terrenos. É o resultado de uma mudança de orientação empresarial (cujas raízes são encontradas na década de cinqüenta), quando se visualiza o encerramento de um ciclo - a obtenção da renda da terra -, que possibilita investimentos em outros setores e atividades, na incessante busca de acumulação ampliada de capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da CMNP no processo de colonização do Norte e Noroeste paranaense confere uma característica de originalidade ao mesmo, que esperamos ter ressaltado suficientemente nessa dissertação. Após a exposição e discussão de diversas questões relativas à interferência desta Empresa na produção do espaço urbano de uma cidade que teve a oportunidade de projetar, resta-nos tecer algumas considerações relacionadas ao atual contexto econômico-espacial de Cianorte e o perfil empresarial da CMNP hoje.

A busca de uma periodização econômica do Município de Cianorte, procurou identificar as alterações conjunturais ocorridas que se desdobraram em reformulações nas práticas espaciais de ocupação urbana executadas pelos agentes sociais, tendo como protagonista selecionado para análise, neste pesquisa, a CMNP, aqui concebida como um agente fundiário urbano atuando de forma privilegiada sobre a cidade de Cianorte.

Em um estudo voltado para a **escala local**, o qual se encontra estreitamente vinculado ao que acontece em outras escalas mais amplas, deduzimos que as estratégias imobiliárias da Companhia em Cianorte estiveram sintonizadas com os diferentes “ciclos econômicos” do Município.

O período de vendas mais expressivo de lotes urbanos e rurais, por parte da Empresa, no Município, ocorreu na fase da predominância da cafeicultura, a partir do início da ocupação, quando: “A Companhia achava que Cianorte seria a ‘rainha da região’. [...] Aqui seria o pólo, aqui que seria concentrada a riqueza, o desenvolvimento do meio norte do Paraná. Então ficou designado que aqui seria uma grande cidade [...] Houve uma propaganda forte [por parte da Companhia] que Cianorte iria se tornar uma cidade muito importante.”¹ Não se vendia apenas o terreno, mas a expectativa de sucesso do empreendimento materializado pela cidade, sucesso esse, que, segundo a nossa percepção, configurou-se apenas parcialmente ao esperado. Ou seja, se o Município de Cianorte é uma referência para os municípios da

¹ Trecho de entrevista realizada em 17-01-97 com o Sr. Antonio Roberto Manfrinato.

Microrregião Geográfica à que pertence, bem como a outros localizados próximo, não obtém a mesma representatividade, num raio mais extenso de abrangência, como é o caso do Município de Maringá, que possui população e economia bem mais expressivas.

Com a especialização funcional de Cianorte representada pela indústria de confecções, nos anos oitenta, há uma retomada favorável na circulação da economia que tem como consequência a venda de muitos lotes urbanos pertencentes à Companhia, que estavam localizados na área projetada originariamente para a cidade.

Quanto à atual conjuntura econômica que o Município de Cianorte encontra-se envolvido, é pertinente tomar como referência um recente artigo publicado em um jornal local que chamava a atenção para a delicada situação do setor de confecções da cidade, após o plano econômico do governo federal. Tal situação atinge a economia do Município, em razão da importância desse setor para Cianorte.

... a opção por uma única via de desenvolvimento tem sido o estigma da comunidade [cianortense]. A especulação imobiliária deu lugar ao extrativismo vegetal, depois à monocultura do café, da soja em seguida e, finalmente, à indústria de confecção de roupas. Em praticamente todos esses ciclos econômicos, o município esteve refém do sucesso na comercialização dessas mercadorias que os pontificavam, já que os demais produtos, reunidos, representam, ainda hoje, um quase-nada nas estatísticas municipais. Não obstante todo este histórico, Cianorte continua dependente de um único tipo de produto [confecções].²

A especialização funcional verticalizada da economia cianortense tornou-a mais susceptível às mudanças que se processam em nível nacional. Foi assim com a cafeicultura, que, após sua fase áurea, lançou o Município em um período de verdadeira estagnação econômica, e a situação repete-se agora (com particularidades próprias do novo momento, evidentemente), com a crise que a indústria de confecções vêm passando, em razão da política econômica adotada pelo governo federal, associada à abertura do mercado brasileiro aos produtos estrangeiros.

Atualmente, na busca de soluções para superar as adversidades, percebe-se uma movimentação de outros setores econômicos. Por um lado,

² Só a diversificação econômica libertará Cianorte. **Opinião Popular**. Cianorte, 13 abr. 1997.

grupos empresariais que atuam nos mais diversos setores (moveleiro, alimentos), têm reivindicado maior apoio por parte do poder público, como por exemplo a liberação de crédito subsidiado nas mesmas condições oferecidas pelo BRDE para o setor de confecções. Alega-se, para tanto, a necessidade de diversificar a produção industrial na cidade, enquanto estratégia que permitiria uma menor dependência das nuances econômicas referentes a um único setor predominante.

Por outro lado, a Secretaria Municipal de Agricultura de Cianorte vem promovendo, recentemente, uma campanha de incentivo para o plantio de café no município e região, tendo como respaldo os altos preços que o produto vem obtendo no mercado internacional.³ Assim, em um momento de crise, uma das alternativas buscadas é a recuperação de um contexto econômico que já foi favorável para a região. É a tentativa de “reconquistar a cultura do café”, como se fosse possível recuperar a importância econômica do café existente na década de cinqüenta.

Em síntese, a conjuntura política e econômica que o país atravessa atingiu frontalmente a economia de Cianorte, levando a uma transformação no contexto local e exigindo reformulações econômicas que, até agora, indicam mais incertezas e ações incipientes do que tendências definidas de forma segura.

Segundo a avaliação de PIMENTA (1996), que julgamos como aplicável ao contexto econômico-social de Cianorte, num momento histórico em que as relações de trabalho estão passando por um amplo processo de transformação, devido ao emprego de novas tecnologias (biotecnologia, multimídia, microinformática, etc.), e onde a pequena empresa não está mais condenada à formas ultrapassadas de organização, o sucesso empresarial deve se vincular de forma estreita à organização regional e às solidariedades que são incorporadas ao espaço, enquanto lugar privilegiado de transmissão dos conhecimentos e de potencialidades de inovação.

Diante das mudanças econômicas e políticas que se processavam em Cianorte e no país, a CMNP, concebida enquanto agente social que ocupou importante papel no processo de constituição da cidade

³ Cotações recordes no exterior estimulam as exportações. **Folha de São Paulo**. 19mai.1997, p. 12.

de Cianorte, não foi um elemento passivo, ao contrário, procurou delinear novas estratégias para garantir seus ganhos, conforme a necessidade de adaptar-se aos novos tempos se impunha. Por essa razão, sua atuação empresarial não pode ser compreendida exclusivamente, muito menos nos dias de hoje, como voltada para a obtenção da renda fundiária.

É pertinente esclarecer que, apesar da importância que conferimos à análise da **categoria renda da terra** neste trabalho, pretendendo obter mais subsídios para auxiliar na compreensão de algumas estratégias adotadas pela Empresa, frisamos que, segundo a nossa interpretação, esta categoria não é autônoma, mas está subordinada ao processo de acumulação de Capital. O Capital leva em consideração a dimensão geográfica para proceder a acumulação. Nesse sentido, o Capital transcende em muito a questão da renda da terra, até porque, a Companhia, no processo de colonização paranaense, envolve-se em outros negócios, e, portanto, trata-se muito mais de uma investida do Capital Financeiro projetando todo um complexo sofisticado para combinar serviços, indústrias, agricultura e especulação imobiliária a longo prazo, do que propriamente apenas a obtenção da renda da terra.

Levando em conta a exposição acima, julgamos que a CMNP não pode ser concebida como um agente de papel exclusivamente fundiário, devido à teia de atividades (agropecuárias, industriais, financeiras) com as quais encontra-se envolvida já de longa data, estando mesmo, atualmente, **superada** a fase do grande volume de transações fundiárias, dando novo perfil ao encaminhamento dos seus negócios.

Constatamos que os terrenos urbanos pertencentes, ainda hoje, à Companhia, representam os últimos resquícios de uma fase anterior, que primava pela busca de um controle sobre a melhor forma de conseguir a renda fundiária. Em outras palavras, tratava-se de um planejamento especulativo de longo prazo para uma cidade, contando com a particularidade de o agente especulador traçar as linhas bases da constituição territorial do que viria a ser

a própria cidade. Além disso, como já foi discutido anteriormente, a renda da terra por si mesma não dá conta da complexidade da realidade social.

Aqui cabe a citação de uma obra de LEFEBVRE (1972b, p.128), na qual encontramos sintetizado, de forma primorosa, o processo de repartição da mais-valia, estando a renda da terra embutida no mesmo:

Cada capitalista serve-se do capital que investiu como se fosse uma bomba aspirante da mais-valia, que funciona por aspiração a partir da massa. É só na aparência que o capitalista explora os “seus” operários e empregados, pois na realidade a classe dos capitalistas, ou seja, a burguesia, explora o **conjunto da sociedade**, incluindo os não proletários, os camponeses, os empregados, etc.; mas em primeiro lugar, explora directamente o proletariado. A massa da mais-valia reparte-se pelas **diversas fracções**, incluindo os proprietários do solo, os comerciantes, as profissões ditas liberais, etc., e essa repartição tem lugar a nível global. O Estado vigia, impede excessos demasiado brutais, e por seu lado retira parte considerável da mais-valia, principalmente por meio do sistema fiscal, para manter a vida da sociedade, o saber e o ensino, o exército e a polícia, a burocracia e a cultura, etc. É sabido que o Estado capitalista poucos fundos atribui para a cultura, porque à burguesia apenas interessam as suas bases económicas,[sic] só contribuindo, aliás, para a cultura que é utilizável pela sociedade burguesa e nela integrável. O Estado encara as **necessidades sociais** exclusivamente em função das necessidades da burguesia. O sistema contratual (jurídico) que o Estado mantém e aperfeiçoa como poder (político) assenta na **propriedade privada**, do solo (propriedade imobiliária) e do dinheiro (propriedade mobiliária).

A análise acima, referente à sociedade burguesa e ao capitalismo, contempla, enquanto teoria geral, uma série de reflexões que tecemos no presente estudo, em que buscamos analisar a atuação de uma determinada empresa, na escala local, juntamente com as suas particularidades, que procuramos destacar no decorrer deste trabalho. Trata-se da busca de uma apreensão teórica mais geral para a interpretação de uma situação que tem nuances particulares.

Com a passagem de mais alguns anos, o papel de agente fundiário reservado à CMNP em Cianorte, estará basicamente restrito aos documentos históricos, desprovido de uma ação direta sobre a cidade, assim como hoje ocorre em Maringá e Londrina.

Mas, sua “marca” estará registrada na própria disposição urbana, herança de um planejamento, no caso de Cianorte, com um viés ambicioso quanto à sua materialização, o qual, se até o momento, não chegou a ser contemplado em sua plenitude, a Companhia conseguiu efetivar em grande parte. Até porque, isso significava alcançar os seus objetivos econômicos, e não são outros os objetivos que movem os agentes ligados ao capital.

BIBLIOGRAFIA

- ALEGRE, Marcos; MORO, Dalton Aureo. A mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná. **Boletim de Geografia**. UEM, ano 4, nº 1 : 28-73, jan.1986.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian. 1980.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar : a aventura da modernidade**. São Paulo : Companhia das Letras, 1986.
- BERNARDES, Lysia M. C. O problema das "frentes pioneiras" no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro : (3) : 335-381, jul./set. 1953.
- BEUAD, Michel. **L'art de la thèse**. Paris : Éditions la Découverte, 1988.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1993.
- BRASIL - Superint. do Desenvolvimento do Sul - SUDESUL. **Estudo para o desenvolvimento regional do noroeste do estado do Paraná**. Curitiba : Análise e Diagnóstico Regional, vol. 2, dez. 1973.
- BRASIL, IBGE. **Contagem da população/1996 : dados preliminares - Paraná**. Curitiba : Departamento Regional Sul - Divisão de Pesquisas do Paraná, 1997.
- _____. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 1991**. Paraná. Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- _____. **Censo Demográfico de 1980**. Paraná. Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1982.
- _____. **Censo Demográfico de 1970**. Paraná. Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1973.
- _____. **Censo Demográfico de 1960**. Paraná. Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1963.
- _____. **Geografia do Brasil - Região Sul**. Rio de Janeiro : SERGRAF-IBGE, 1977.
- _____. **Censos Agropecuários - Paraná : 1970, 1975, 1980 e 1985**.

BUESCU, Mircea. A Missão Inglesa de 1924. **Rev. de Informação Legislativa**. Brasília : Senado Federal, ano 21, nº 82 : 173-186, abr./jun. 1984.

CAMBIACHI, Salette M. O povoamento do norte do Paraná. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo : Vol. VI, tomo I, 1953.

CANCIAN, Nadir A. **Cafeicultura paranaense- 1900/1970**. Curitiba : GRAFIPAR, 1981.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo : Contexto, 1992.

CASSETI, Valter. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo : Contexto, 1991.

CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. **Revista Ensaio**. São Paulo : Ensaio, nº 17/18, 1989.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. São Paulo : Ática, 1995.

_____. **O que é ideologia**. São Paulo : Brasiliense, 1982.

CIANORTE, Prefeitura Municipal de. **Relatório de imóveis da Cia. Melhoramentos**. Cianorte : mai. 1996.

CIOFFI, Helena et. al. **Cianorte - sua história contada pelos pioneiros**. Maringá : Gráfica Ideal, 1995.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. São Paulo : DIFEL, 1985.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa dos 50 anos da CMNP. São Paulo, 1975.

_____. **1925 - 1985 : 60 anos de boa companhia**. [S.l. : s.n.], 1985.

_____. **A maior empresa colonizadora da América do Sul**. Suas realizações em mais de 30 anos de trabalho. [S.l. : s.n.], 1956, mimeog.

_____. _____. [S.l. : s.n.], abr. 1948.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo : Ática, 1989.

_____. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In : CORRÊA, R. L. et. al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995.

- DIAS, Edson dos Santos. Reflexões sobre o processo de reprodução territorial da cidade. **Formação**. Presidente Prudente : FCT/UNESP, n.3-4, 1997, p. 37-47.
- DRENAGEM e controle da erosão urbana**. São Paulo : IBRASA. Curitiba : CHAMPAGNAT, 1991.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo : Perspectiva, 1994.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo : Global, 1986.
- ESTRADA, Jorge F. Duque. **Terra Crua**. Curitiba : [S.l. : s.n.], 1961.
- FACHINI, Margarida Peres. **Impacto ambiental na urbanização de Cianorte**. Monografia de Especialização apresentada ao Deptº de Geografia - UEM, Maringá, 1987.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura**. Contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de setenta. Curitiba : Livraria do Chain : CONCITEC : IPARDES, 1988.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo : Nacional, 1991.
- GEOSUL - Revista do Deptº de Geociências. Entrevista com o professor José Pereira de Queiroz Neto. Florianópolis : EDUFSC, n. 18, ano IX - 2ºsem. 1994.
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- GUERRA, Antônio T. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro : IBGE, 1989.
- HAROUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo**. Campinas : Papyrus, 1990.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo : Loyola, 1992.
- _____. (1982) **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México : Fondo de Cultura Económica, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. (1909) Les expropriations et le prix des terrains à Paris : 1860-1900. In : RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry (org.). **Villes & Civilisation Urbaine - XVIII-XX Siècle**. Paris : Larousse, 1992.
- HOFF, Sandino. **O movimento da produção de excedentes numa região pioneira** (Nas pegadas do trabalho: café e idéias). Maringá : UEM, 1983.

- _____. A ocupação do Norte. In: **Cenários de Economia e Política : Paraná**. Curitiba : Prephácio, 1991. p. 25-39.
- HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã**. São Paulo : HUCITEC, 1996. ✓
- INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Relatório Fundação S.O.S. Mata Atlântica**, 1993.
- IPARDES - Fundação Edison Vieira. **Indicadores analíticos**. Curitiba : 1994.
- _____. **A sobrevivência da pequena produção e a oferta de alimentos no Paraná** - uma análise integrada. Curitiba : jul. 1986, vol. 1.
- JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- KOHLHEPP, Gerd. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no norte do Paraná (Brasil). **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro : 53(2) : 79-94, abr./jun.1991.
- LEFEBVRE, Henri. **La revolución urbana**. Madrid : Alianza Editorial, 1972a. ✓
- _____. **O pensamento marxista e a cidade**. Póvoa de Varzim : Ulisseia, 1972b.
- _____. **La production de l'espace**. Paris : Anthropos, 1974. ✓
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo : Editora Moraes, 1991. ✓
- LINARDI, Maria C.N. **Pioneirismo e Modernidade : a urbanização de Londrina**. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Deptº de Geografia, Universidade de São Paulo.
- LOPES, Ana Yara Dania P. **Pioneiros do Capital : a colonização do Norte Novo do Paraná**. São Paulo, 1982. Dissert. de Mestrado. Deptº Ciências Sociais, USP.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. Oportunidades regionais no Paraná. **Análise Conjuntural**. Curitiba : IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, v. 19, n. 9-10, p. 3-7, set./out. 1997.
- LOW-BEER, Jacqueline Doris. Renda da Terra - algumas noções básicas para a compreensão do caso urbano. **Revista Espaço & Debates**. São Paulo : nº 8, p.31-41, jan./abr.1983.

- LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira : Maringá**. Dissertação de Mestrado em História Social - Deptº de História da FFLCH-USP, São Paulo, 1980.
- MAACK, Reinhard. **Geografia física do estado do Paraná**. Rio de Janeiro : J. Olympio; Curitiba : Secretaria Cult. Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.
- MAGALHÃES, Marisa Valle. A migração no Paraná nas duas últimas décadas : um balanço preliminar. **Análise Conjuntural**, v. 14, n. 11-12, p.3-9, nov./dez. 1992.
- MAIA, Katy. **Confecções em Cianorte : um distrito industrial?**
In : **XVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. Caxambu-MG, 23 a 27 nov. 1994.
- MARTINS, José de S. **O cativo da terra**. São Paulo : Ciências Humanas, 1979.
- _____. **Capitalismo e tradicionalismo**. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo : Pioneira, 1975.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo : Martins Fontes, 1983.
- _____. (1894) **O Capital (Crítica da Economia Política)** - Livro 3. São Paulo : DIFEL, 1985.
- MATOS, Odilon N. de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. Campinas : Pontes, 1990.
- MENDES, Cesar M. **Algumas questões do desenvolvimento de Cianorte**. [S.l. : s.n.], Mimeo. 1994.
- MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo : Ensaio, 1989.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo : Hucitec/Polis, 1984.
- _____. **Novos estudos de Geografia Humana brasileira**. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1957.
- MORO, Dalton A. Aspectos da dinâmica espacial da população norte-paranaense, durante o processo de modernização da agricultura regional. In : **XI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (1992 : Maringá)**. **Anais...Maringá** : Univ. Estadual de Maringá, 1992. p. 56-76.

MÜLLER, Nice L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo : nº 22: 55-97, mar. 1956.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História**. Belo Horizonte : Itatiaia, vol.2, 1965. X

NÓBREGA, Maria T.; GASPARETTO, Nelson V.; NAKASHIMA, Paulo; NAKASHIMA, Myriam S.R.; QUEIROZ, Deise R.E.; CUNHA, José E.; SAGUTI, Leide Y.; SILVEIRA, Hélio; DIAS, Edson dos S.; RICHTER, Laércio M. Definição e hierarquização das zonas de riscos em Cianorte - PR. **Anais do 5º Simpósio Nacional de Controle de Erosão**. Bauru : UNESP, 22 a 25 de outubro de 1995, p.187-189.

NORTE DO PARANÁ EM REVISTA. Cianorte: 80.000 em doze anos. Maringá : E. Norparaná, ano VII, n. 7/6. out. 1965.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (1978) A lógica da especulação imobiliária. In : MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia : teoria e crítica**. Petrópolis : Vozes, 1982.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica : o caso do Paraná**, São Paulo : Hucitec, 1981a.

_____. A fronteira agrícola. **Revista de Economia Política**. São Paulo, vol.1 (1):51-75, jan./mar. 1981b.

PARANÁ : a vida depois do café. **Revista Exame**. Editora Abril, nº 610, 1996.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **A expansão da atividade têxtil e da confecção em Santa Catarina**. [S.l. : s.n.], Mimeo, 1996.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - **MUNICÍPIO DE CIANORTE**. FAMEPAR- Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná. 1995

PRADO JÚNIOR. Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo : Brasiliense, 1987.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo : Brasiliense, 1979.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE. **Cadastro Imobiliário do Município de Cianorte**, mai. 1996.

SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ - Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural. **Catálogo do Acervo da D.P.H.C.**, Maringá, 1995.

- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo : Nova Cultural, 1985.
- RONCAYOLO, Marcel. **La ville et ses territoires**. France : Gallimard, 1993.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade: ensaios**. Petrópolis : Vozes, 1979
- _____. **Por uma geografia nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo : Hucitec, 1990.
- _____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo : HUCITEC, 1991.
- _____. **Espaço e método**. São Paulo : Nobel, 1992.
- _____. **A urbanização brasileira**. São Paulo : Hucitec, 1993.
- _____. **Por uma economia política da cidade : o caso de São Paulo**. São Paulo : Editora da PUC-SP, 1994.
- SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle : política e cultura**. Campinas : Ed. da UNICAMP; São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO PARANÁ. **Listagem dos Estabelecimentos Industriais de Cianorte - SEID/SIC-PR**, mar. 1997.
- SERRA, Geraldo. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo : Nobel, 1987.
- SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.
- SINGER, Paul.(1978) O uso do solo urbano na economia capitalista.
In : MARICATO, Erminia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo : Alfa-Ômega, 1982.
- SOUZA, Maria Adélia A. de. Paraná: quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo : AGB, (46) : 38-87, dez. 1971.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo : Contexto, 1994.
- _____. **A expansão territorial urbana de Presidente Prudente. Recortes**. Presidente Prudente : GASPERR - UNESP, nº 4, 1995.

SUCEPAR - Superintendência de Controle da Erosão no Paraná. **Experiência da SUCEPAR na prevenção da erosão urbana - Propostas**. Maringá, 3º Simpósio Nacional de Controle de Erosão, 1985.

TOMAZZI, Nelson Dacio. **Certeza de lucro e direito de propriedade : o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Assis : 1989. Dissertação de Mestrado. Deptº História, UNESP.

TOPALOV, Christian. **Ganancias y rentas urbanas - elementos teóricos**. Madrid : Siglo Vientiuno Editores, 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalho**. Curitiba : Ed. da UFPR, 1994. 8 V.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro : [S.l. : s.n.], 1955.

- JORNAIS

BRDE libera empréstimos para empresas de Cianorte. **O Diário**. Maringá, 15 jan. 1997.

CERTEZA de lucro e garantia do direito de propriedade colonizaram o Norte do Paraná. **O Estado de São Paulo**, 15 jan. 1965. Publicidade.

CHUVA causa erosões nos novos conjuntos. **Tribuna de Cianorte**, 14 nov. 1996.

CIANORTE - A nova e moderna cidade inaugurada na cafelândia paranaense. **A Pioneira**. Londrina, ano VI, n.15, mar./abr. 1954.

CONFECÇÕES de Cianorte pedem socorro. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 5 mar. 1996. Caderno Economia.

COTAÇÕES recordes no exterior estimulam as exportações. **Folha de São Paulo**, 19 mai. 1997.

EMÍLIA apóia criação do Pólo. **Folha de Londrina**, 23 ago. 1995. Caderno Economia.

HOMENS invadem o corte e costura. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 18 mai. 1997.

KASTER, Jaime. Londrina lidera criação de empresas no Paraná. **Indústria & Comércio**, Curitiba, 11 set. 1995. Caderno Negócios.

LOPES, Cláudia. Cheina Confecções está concordatária. **Folha de Londrina**, 14 set. 1995. Caderno Folha Economia.

MOREIRA, Vânia. Confecções de Cianorte demitem 600. **Folha de Londrina**, 16 maio. 1995.

PARANÁ lidera produção de soja no país. **O Diário**. Maringá, 07 abr. 1996.

PREFEITO participa de reunião no Cianortinho. **Tribuna de Cianorte**, 27 mar. 1997.

SÓ a diversificação econômica libertará Cianorte. **Opinião Popular**. Cianorte, 13 abr. 1997.